



Anais da Assembléia

Nº 102

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 20 DE NOVEMBRO DE 1989

ANO XV

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 86.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 20 DE NOVEMBRO DE 1989
SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Werner Wanderer e Pirajá Ferreira.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessutti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acir Mezzadri, Amélia Hruschka, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Gerente Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Alves, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luciano Pizzatto, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Renato Adur, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert. (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura das Atas das sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

Sob o nº 69/89, do Sr. Desembargador Abrahão Miguel - Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, comunicando, que em sessão plenária realizada no último dia 19, face a proposição feita pelo Desembargador Renato Pedroso, o qual manda consignar em Ata um voto de profundo pesar pelo

falecimento do Deputado Edmar Luiz Costa. Ao conhecimento da Casa.

Sob o nº DTL/SAT/212/89, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver vetado o Projeto de Lei nº 200/89, em razão de motivos expostos. À Comissão de Constituição e Justiça.

OFÍCIO Nº 040/89

Senhor Presidente.

O presente tem a finalidade de comunicar a Vossa Excelência que a bancada do PDT, representada pelos Deputados Estaduais Valderi Vilela e Algaci Túlio, se retiram da Comissão Parlamentar de Inquérito que apura as irregularidades na aplicação dos recursos do SUDS, em função da não realização da auditoria independente a qual foi negada em função de votação dos integrantes do PMDB que são maioria absoluta na Comissão referida, cuja auditoria o PDT acha fundamental para os esclarecimentos necessários a conclusão dos trabalhos.

Assim sendo, REQUER a Vossa Excelência seja comunicado o ilustre Deputado Haroldo Ferreira - Presidente da mencionada Comissão.

Atenciosamente,

(a) VALDERI MENDES VILELA

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2416

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, REGIME DE URGÊNCIA para o Projeto de Lei nº 309/89, de sua autoria.

O referido projeto de lei concede estímulos especiais a pessoas domiciliadas em território paranaense que doarem em vida órgãos passíveis de serem transplantados, conforme específica.

A medida que o projeto visa instituir assume caráter emergencial, no momento em que vemos milhares de pessoas com suas vidas limitadas, pela falta de um órgão vital à saúde. Essa situação pode ter um fim, quando o Estado passar a conceder estímulos especiais àqueles, domiciliados no território paranaense que autorizarem, após a sua morte, o transplante de seus órgãos a fim de salvar a vida de outrem.

Sala das Sessões, em 20.11.89

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO Nº 2427

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas funções regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário REGIME DE URGÊNCIA ao Projeto 283/89, que cria a Região Administrativa Central do Estado do Paraná, no Vale do Ivaí.

Sala das Sessões, em 20.11.89

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 2428

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, REGIME DE URGÊNCIA ao Projeto n° 290/89, que fixa prazo para entrega das parcelas aos Municípios, da Conta de Participação do ICMS.

Sala das Sessões, em 20.11.89

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 2453

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, REGIME DE URGÊNCIA ao Projeto de Lei n° 304/89, que autoriza o Poder Executivo a conceder anistia aos Professores que sofreram descontos por motivo de greve e proceder o devido ressarcimento.

Sala das Sessões, em 20.11.89

(a) PIRAJÁ FERREIRA

Apoio: Werner Wanderer.

REQUERIMENTO N° 2410

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, preferência de discussão e votação, para o Projeto de Lei n° 129/89, de autoria do Poder Judiciário, que altera dispositivos que especifica, da Lei n° 7.297, de 08 de janeiro de 1.980.

Sala das Sessões, em 20.11.89.

(a) PIRAJÁ FERREIRA

REQUERIMENTO N° 2411

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja dada preferência de votação ao Projeto de Resolução n° 065/89, que autoriza a realização de Plebiscito visando a criação do Município de Candói, desmembrado do Município de Guarapuava, na forma que especifica.

Sala das Sessões, em 20.11.89

(a) ARTAGÃO MATTOS LEAO

REQUERIMENTO N° 2445

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pela Resolução n° 112/86, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, dispensa da discussão e votação para os projetos aprovados em 3ª Discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 20.11.89

(a) WERNER WANDERER

REQUERIMENTO N° 2452

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a Retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei n° 129/89.

Sala das Sessões, em 20.11.89

(a) WERNER WANDERER

REQUERIMENTO N° 2392

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda que ao presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o registro de VOTO DE PESAR pelo falecimento do Padre AFONSO WANDERNICKS, vigário de Marmeleiro, solicitando-se mais, que se officie à Paróquia dando ciência desse Ato.

Sala das Sessões, em 20.11.89

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

Nascido na Bélgica no ano de 1914, Pe. Afonso Wandernicks foi ordenado em 1941 e designado para o Brasil. Iniciou sua participação religiosa em nosso País, na cidade de Barracão onde permaneceu por alguns anos, sendo transferido para a Paróquia Nossa Senhora da Glória, de Francisco Beltrão onde permaneceu por muitos anos. Quando ainda em Francisco Beltrão, recebeu a delegação papal para assumir o cargo de Vigário de Marmeleiro, onde permaneceu até a data presente. Foi Superior da Ordem Missionária do Sagrado Coração. Vida religiosa ativa, Padre Afonso semeou amor e colheu durante sua fecunda existência, muitas amizades sólidas. Seu passamento entristece milhares de corações por ele consolados, orientados e amados.

REQUERIMENTO N° 2395

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento da senhora ARACI SANTOS DISTÉFANO, ocorrido dia 09.11.89 em São Mateus do Sul.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enluta-

da.

Sala das Sessões, em 20.11.89

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com a idade de 86 anos faleceu, em SÃO MATEUS do SUL, a senhora Araci Santos Distéfano, viúva do ex-Prefeito João Baptista Distéfano.

A extinta deixou 02 filhos, dentre eles o Doutor Eneas Henrique dos Santos Distéfano atual Prefeito Municipal de São Mateus do Sul e Dr. Enio Paulo residente em Londrina.

O falecimento da Sra. Araci, veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu grande círculo de amigos.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de sua serva Araci.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nossos corações a lembrança daquela que soube conquistar a nossa amizade.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família DISTÉFANO endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 2397

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento de PEDRO ACACIO DE MIRANDA, ocorrido em 13 de novembro do corrente ano, nesta Capital.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 20.11.89

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com a idade de 84 anos faleceu, em 13 de novembro o Senhor PEDRO ACACIO DE MIRANDA.

O extinto era viúvo da Sra. Maria Marcelina e deixou 7 filhos, 20 netos e sete bisnetos.

O passamento do Sr. Acacio veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu grande círculo de amigos.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de seu servo Acacio.

A Assembléia Legislativa do Estado do

Paraná, por intermédio deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família MIRANDA, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 2426

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, votos de profundo pesar, pelo falecimento do Senhor José Bueno Mendes, eminente Grão-Mestre do Grande Oriente do Estado do Paraná, ocorrido em 08 de novembro de 1989, nesta Capital.

O Senhor José Bueno Mendes, era serventuário da justiça e, antes, de 13.12.63 a 31.01.69, foi Prefeito Municipal do Município de Joaquim Távora-Pr.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência a esposa e filha do extinto, respectivamente, Ilma Senhora Cornélia Andrade Mendes e Ilma. Senhora Maria Aparecida Mendes Cordeiro, dirigindo-se correspondência ao seguinte endereço: Grande Oriente do Estado do Paraná - Praça Zacarias, 46 - 2° andar - CEP 80.020 - Curitiba. Pr.

Sala das Sessões, em 20.11.89.

(a) ORLANDO PESSUTI.

REQUERIMENTO N° 2394

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Doutor Carlos Antônio de Almeida Ferreira, Diretor Presidente do Banco do Estado do Paraná S.A., pela inauguração da Agência BANESTADO no Município de General Carneiro.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Doutor Carlos Antônio de Almeida Ferreira, bem como ao Senhor Prefeito Municipal de General Carneiro.

Sala das Sessões, em 20.11.89.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É sempre motivo de júbilo para todos nós paranaenses quando a estrutura do conglomerado BANESTADO instala mais uma agência no interior do Estado.

Desta vez foi o próspero Município de GENERAL CARNEIRO escolhido para acolher sua agência instalada com a presença ilustre do seu Presidente, demonstrando a sua segura e competente administração imprimida sob seu comando, onde o nosso BANESTADO vem alcançando significativas conquistas que o coloca entre os principais no ranking bancário nacional e um dos primeiros entre os

bancos estaduais do país. Esse desempenho é fruto de uma permanente modernização, arrojada atuação no mercado e qualificação de seu quadro funcional e a confiança de todos os paranaenses que aplicam e investem no banco que tem por objetivo o social e por filosofia o fortalecimento do municipalismo.

Em suma, toda a repercussão positiva na região de General Carneiro, que neste espaço seria impossível detalhar, serve para demonstrar o dinamismo e o trabalho do Diretor Presidente Doutor Carlos Antônio de Almeida Ferreira e sua equipe.

Por isso é de inteira justiça o reconhecimento ora proposto, porque traduz o anseio de toda a população de General Carneiro que deseja ver o desenvolvimento do seu Município cada vez mais acentuado e mais abrangente da economia do nosso Estado.

REQUERIMENTO N° 2396

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos pela passagem do 28° aniversário do Município de General Carneiro, no próximo dia 19 de novembro.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Senhor Prefeito Municipal, Antônio Costa, ao Vice-Prefeito, Senhor Sebastião Sergio Steptjuk bem como a todos os Senhores Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Paraná, recebam e cumprimentem a população de General Carneiro.

Sala das Sessões, em 20.11.89.

(a) ANTONIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

O progressista Município de General Carneiro comemora no próximo dia 19 de novembro seus 28 anos de fundação.

General Carneiro, foi um dos primeiros Distritos de Palmas, com a denominação inicial de IRATIM, mais tarde passou a denominar-se São José de Palmas, era conhecido mais comumente por Passo da Galinha.

Finalmente pela Lei n° 4.338 foi elevado a categoria de Município, desmembrado de Palmas. Instalado em 19 de Novembro de 1961, teve como primeiro Prefeito o Senhor Antônio Costa, que hoje dirige o Município pela 3ª vez, sempre em eleições diretas.

Foram também prefeitos de General Carneiro, os Senhores: Mario Pizzatto, Mozart Jakimiu, Thomaz Daldiz Gaiovicz e Joelcy Marcos Lammel.

General Carneiro, fruto da visão administrativa de sucessivos governos municipais e de seu povo trabalhador e honesto que continua dando o melhor de seu esforço

Curitiba, segunda, em 20.11.89

para o progresso do Município tão bem conduzido pelo eficiente atual Prefeito Senhor Antônio Costa.

É com orgulho, portanto, que a população de General Carneiro comemora seus 28 anos e, temos certeza continuará com a mesma garra e a mesma pujança o seu dignificante trabalho.

REQUERIMENTO N° 2399

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER a inserção na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, deste Poder, de um voto de regozijo pela entrada em funcionamento da 15ª unidade geradora de energia elétrica da Usina de Itaipu, e de congratulações com a Diretoria da empresa binacional, na pessoa de seu Diretor Geral, Ney Braga, pela posição de maior hidrelétrica do mundo, alcançada a partir do dia 10 do corrente mês.

Da decisão desta Casa, requer ainda, se dê ciência à Direção da Itaipu Binacional.

Sala das Sessões, em 20.11.89.

(a) WERNER WANDERER

JUSTIFICATIVA:

Mais um passo para complementação da grande usina hidrelétrica de Itaipu, foi dado no último dia 10, com a conclusão do trecho da Casa de Força do leito do rio e a entrada em operação comercial da 15ª unidade geradora de energia.

O fato foi condignamente comemorado com a presença dos Excelentíssimos Srs. Presidentes José Sarney, do Brasil, e Andrés Rodriguez, do Paraguai.

Destacar a importância de mais essa etapa seria mesmo desnecessário, bastando lembrar a crescente demanda de energia em todo o País e, em contrapartida, as dificuldades na obtenção de recursos para viabilizar sua produção.

No entanto, a grandiosidade da obra faz com que se ressalte o acontecimento. É o que fazemos com verdadeiro orgulho, como brasileiros que somos, e como paranaenses, em especial.

De fato, com as 15 unidades geradoras em operação (serão 18, no total), a hidrelétrica já tem 10.500.000 KW instalados. Com isso, superou a de Gran Coulee, até então a maior do mundo, na divisa dos Estados Unidos com o Canadá, que tem 9.700.000KW instalados. E mais: Itaipu, a partir da 15ª máquina, passa a produzir 60 bilhões de KW/hora por ano, enquanto que a Usina de Guri - até então a que mais produzia no mundo - gera 50 bilhões de KW/hora por ano.

Alguns outros dados, para bem dimensionar o empreendimento, podem e devem ser lembrados. Assim, o trecho da Casa de For-

ça do leito do rio, agora inaugurado, é uma estrutura de 750 metros de comprimento (equivalente a cerca de sete quarteirões), com altura de 112 metros, o que corresponde a um prédio de 40 andares, e com largura de 99 metros.

A obra teve início em novembro de 1978, tendo exigido a escavação de 1,1 milhões de metros cúbicos de terra e 3,9 bilhões de metros de rocha. O volume de concreto lançado na construção foi de 2.700.000m², suficientes para edificar 5.400 prédios de 10 andares ou 45 estádios iguais ao Maracanã. Foram ainda, consumidas 232.000t de ferragem, ou seja, 25.200 caminhões carregados com ferro/aço, que poderiam formar uma fila contínua de Foz do Iguaçu a Curitiba.

Toda essa estrutura, disposta em forma de edifício, abrigaria em suas galerias, além das áreas de montagem, 15 unidades geradoras com seus respectivos agregados e equipamentos auxiliares, transformadores, elevadores e subestação blindada isolada a gás SF-6.

Das 15 unidades geradoras, 9 produzem energia elétrica com a ciclagem de 50 hertz e 6, na ciclagem de 60 hertz.

Acrescente-se que 4 por cento da energia produzida por Itaipu é consumida pelo Paraguai, através da Administracion Nacional de Eletricidade - ANDE. Os 96% restantes são consumidos no Brasil. Desse total, 80% são distribuídos por Furnas, ao Distrito Federal e aos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Goiás e Mato Grosso. Os 16% restantes têm a distribuição a cargo da ELETROSUL, para os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul.

Itaipu participa com 27% da geração bruta média mensal do Brasil, ou seja, com 18,5 bilhões de KW/hora, sendo que no atual estágio, sua geração é de 60 bilhões de KH/hora por ano.

Graças aos esforços e ao trabalho da atual Diretoria, encabeçada pelo ilustre paranaense Ney Braga, o cronograma de construção de Itaipu está adiantado em 15 meses, devendo estar concluída totalmente em 1991.

Isso tudo, graças à dedicação, à visão e ao dinamismo imposto à empresa pelo seu quadro diretivo e pela operosidade de seus funcionários e daqueles que prestam serviços à obra.

É de se destacar, nesse particular, além da ação dinâmica e do comando firme do Diretor Geral, Ney Braga, o trabalho dos Diretores: Roberto Schulman, Diretor Técnico-Executivo; Moacyr Teixeira, Diretor Financeiro-Executivo; Fabiano Braga Cortes, Diretor Administrativo e Luiz Eduardo Veiga Lopes, Diretor de Coordena-

ção.

Além da dinamização das obras, essa Diretoria tem revelado preocupação constante com outras atividades paralelas, desenvolvendo sobretudo ações ambientalistas, visando a melhor qualidade da água, a sedimentologia, o reflorestamento das margens do lago, a arqueologia, a fauna, a irrigação, a ictiofauna e o ecomuseu. A navegação, a pesca, o lazer, a água para o consumo humano, também têm merecido atenção, de sorte que Itaipu tem, hoje, grande participação no desenvolvimento regional, através dos mais diversos tipos de atuação. A grande hidrelétrica não deixa de ser, também, grande fonte de atração, uma vez que, diariamente, uma média de 1.500 pessoas visitam a usina, totalizando já mais de 4 milhões de visitantes.

Tudo, evidentemente, dá idéia da grandiosidade da obra de Itaipu, motivo de justo orgulho para o Paraná e o Brasil. E a ela não podemos ficar alheios.

Assim, no momento em que Itaipu ganha sua 15.^a unidade geradora e se transforma na maior usina produtora de energia elétrica do mundo, é mais que oportuno e justo que se faça este registro. E o fazemos, pedindo a inserção em Ata, dos trabalhos deste Poder, de um voto de regozijo pelo acontecimento e de congratulações para com seus diretores e funcionários, pelo trabalho e pelo dinamismo da ação que desenvolvem. E esta Assembléia Legislativa, sempre atenta aos fatos de grande significação estadual e nacional, com certeza, por todos os seus membros, também unirá ao reconhecimento dos paranaenses e dos brasileiros, para comemorar esse acontecimento.

É o que espero.

REQUERIMENTO N° 2417

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos de hoje do Poder Legislativo, votos de congratulações à artista plástica FAUZIE SABBAG, pela excelência das obras expostas no vernissage ENSAIOS DA VIDA, no SESC/CENTRO, nesta Capital.

"FAUZIE SABBAG, artista plástica paranaense, em Ensaio da Vida, expõe duzentos trabalhos, sendo cem de aquarelas e cem de esculturas.

Eclética, seus trabalhos em argila, aquarela e bronze expressam toda a sua sensibilidade ressaltando uma alma visível, límpida e cristalina. A sua arte comunica às pessoas imagens do seu inconsciente que, com ele, se extasiavam.

De suas duzentas obras vem a mensagem de um ser para outros seres. Seus anseios, crises existenciais, o meio, o fato so-

cial, a sua transformação, o desespero, a angústia, a paz, o medo, os conflitos, a vida. O ser em suas partes e em sua totalidade, corpo e psique...

O ser tão simplesmente, ou tão complexo. Assim é Fauzie Sabbag. Assim, a sua criatividade, a sua constante, a sua obra, a grande artista. É o que sinto em Fauzie Sabbag, sentindo".

(Renate Thereza Jacobs, psicóloga e escritora).

Fauzie Sabbag é mais uma paranaense a, através da sua sensibilidade e talento in-comuns, elevar o nome do nosso Paraná ao cenário Nacional, dentre os mais conhecidos artistas plásticos brasileiros.

Este, o motivo da homenagem deste Poder a essa artista que, dotada de uma comunicabilidade "sui generis", expressa-se através da moldagem de formas carregadas de plástica, através das suas mãos e criatividade iluminadas.

Sala das Sessões, em 20.11.89.

(a) ALGACI TÚLIO.

REQUERIMENTO N° 2420

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, votos de congratulações ao INSTITUTO DE MEDICINA E CIRURGIA DO PARANÁ, pela passagem do seu 50° aniversário.

Considerado um dos mais antigos estabelecimentos de saúde do Estado, o Instituto de Medicina e Cirurgia do Paraná comemora este ano seu 50° aniversário. Fundado pelos médicos Sadi Antero Pizzato, Ernane Simas Alves e Erasto Gaertner, em 09 de julho de 1939, o Instituto ocupa, atualmente, as primeiras posições em cirurgias realizadas no Paraná. Segundo o diretor presidente do Instituto de Medicina e Cirurgia do Paraná, Amadeu Cassilha, o hospital possui hoje 120 leitos onde os pacientes recebem o atendimento de 126 funcionários, entre eles, 50 médicos.

O Instituto de Medicina do Paraná é um dos mais tradicionais estabelecimentos privados em funcionamento no Estado. Uma das peculiares características do Instituto de Medicina é o fato de apesar de ser uma entidade de fins lucrativos, dela ter sido criado por uma entidade de finalidade filantrópica - a Liga Paranaense de Combate ao Câncer. Segundo o superintendente do Instituto de Medicina, Luiz Pedro Pizzato, em 1947, foi criada a Liga de Combate ao Câncer, dentro do Instituto, por iniciativa do médico Erasto Gaertner.

Ali estava nascendo o embrião do que seria, em 1957, o Hospital Erasto Gaertner, atualmente, o principal no aten-

dimento e combate a esta doença.

E a ligação entre as duas instituições de medicina do Paraná é que elas são sócias da instituição filantrópica representada no Hospital Erasto Gaertner.

Contudo, apesar da finalidade lucrativa, o Instituto de Medicina do Paraná, jamais negou sua função social, atendendo sem distinção àqueles que a ela recorreram nestes cinquenta anos.

Sala das Sessões, em 20.11.89.

(a) ALGACI TÚLIO.

REQUERIMENTO N° 2421

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos desta data do Poder Legislativo, votos de congratulações à Escola Nice Braga, pela comemoração do seu 25° ano de fundação.

Ao homenagear a Escola Nice Braga, é necessário destacar a abnegação e a luta que tem acompanhado a tradição daquele estabelecimento de ensino. Criada pela administração do Instituto de Previdência do Estado, IPE, em 1964, para atender às necessidades das mães funcionárias públicas estaduais que não tinham onde deixar seus filhos enquanto trabalhavam, a Escola Nice Braga tem atravessado todos os sucessivos governos estaduais sem nunca baixar o seu padrão de ensino.

Atualmente, 260 crianças de 2 a 6 anos estão matriculadas e são atendidas por cerca de 60 profissionais. Os pais pagam uma taxa simbólica e o IPE arca com a maior parte das despesas. Sua marca registrada é a Cidade-Mirim, que é uma reprodução em miniatura de uma cidade comum, com comércio, etc. Nela, as crianças começam a receber as primeiras noções da vida em sociedade e do relacionamento humano.

A tradição da Escola Nice Braga que já abrigou duas gerações de curitibanos é a maior prova de que o tempo nem sempre prejudica a qualidade do ensino. Ao contrário, seus 25 anos só a credenciam a servir de exemplo às demais instituições de ensino do Estado.

Esta proposição visa não só registrar nos anais da Assembléia Legislativa do Paraná a passagem do 25° aniversário da Escola Nice Braga, mas destacar, com louvor, o trabalho que lá é desenvolvido, visando a formação plena das crianças, sempre com muito carinho, atenção, profissionalismo e dedicação.

A Escola Nice Braga, como já dissemos, constitui-se em instituição modelar em nosso Estado, digna de ser multiplicada, a fim de que um dia possamos ter centenas de escolas em todo o Paraná, com a tradição e respeito da Escola Nice Braga.

Que do teor do presente se dê ciência à Superintendência do Instituto de Previdência do Estado, IPE, bem como à escola homenageada.

Sala das Sessões, em 20.11.89.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 2422

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos desta data do Poder Legislativo, votos de congratulações ao estudante Roberto Massignan Neto, prefeito eleito da cidade-mirim do Colégio Lins de Vasconcellos.

Desnecessário falar da proposta vanguardista do Colégio Lins de Vasconcellos, ao adotar a Cidade-Mirim como atividade extra-classe da maior propriedade para fomentar as mais diversas experiências que o indivíduo deverá enfrentar durante toda a sua vida.

A cidade-mirim funciona como uma comunidade, com comércio próprio, casa de cultos, sistema bancário, casas de brinquedos, leitura etc, onde as crianças complementam o aprendizado iniciado na sala de aula.

Nessa cidade-mirim há prefeito e vereadores eleitos pelos próprios alunos, o que contribuiu sobremaneira para a familiarização das crianças, desde cedo, com o processo democrático. Nesse processo, na última eleição, foi escolhido como prefeito-mirim o jovem estudante Roberto Massignan Neto, que fez questão de fazer sua campanha sobre um programa de administração da cidade-mirim.

Que esta simples homenagem possa representar os cumprimentos do Poder Legislativo do Estado aos jovens estudantes do Colégio Lins de Vasconcellos pela demonstração nítida de vocação democrática e espírito comunitário.

Que do teor do presente se dê ciência ao homenageado e à Direção do Colégio Lins de Vasconcellos.

Sala das Sessões, em 20.11.89.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 2429

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas funções regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações pela eleição e posse da nova Diretoria, Conselho Fiscal e Delegados, representantes da Federação do Comércio Varejista do Estado do Paraná, em 10 de novembro de 1989.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao Sr. George Christofis, Presidente da Federação em apreço, através de

correspondência enviada para o seguinte endereço: Rua André de Barros, 750, 8°, Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 20.11.89.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 2430

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas funções regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações pela eleição e posse da nova Diretoria e Conselho Fiscal do Sindicato das Indústrias de Madeiras Laminadas e Compensadas, no Estado do Paraná.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao Sr. Altavir Zaniolo, Presidente do respectivo Sindicato, através de correspondência enviada para o seguinte endereço: Rua Dr. Muricy, 474 - sala 5 - Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 20.11.89.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 2432

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas funções regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações pela eleição e posse da nova Diretoria, Conselho Fiscal e Deliberativo da Casa do Estudante Luterano Universitário, ocorrida em 24 de setembro do corrente, nesta Capital.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao Sr. Rossembergue Gomes dos Santos, Presidente da Casa do Estudante Luterano Universitário, através de correspondência enviada para a Rua Carlos Cavalcanti, 238 - 80.510 - Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 20.11.89.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 2431

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas funções regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações pela eleição e posse da nova Diretoria e Conselho Fiscal do Sindicato do Comércio Atacadista de Materiais de Construção no Estado do Paraná, ocorrida em 26 de outubro próximo passado, nesta Capital.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao Sr. Fernando Manoel Grossi, Presidente do respectivo Sindicato, através de correspondência encaminhada para a Rua Cândido de Abreu, 427 - sala 1509 - Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 20.11.89.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 2433

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas funções regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações pelo transcurso do 34.º aniversário do Município de São Pedro do Ivaí.

Requer ainda, que do presente se dê ciência às seguintes autoridades:

. Osvaldo Agostinho Reinato - Prefeito Municipal.

. José Barban - Presidente da Câmara Municipal.

. Demais vereadores: Jorge Luiz Santana, Armando Fontanelli, Frigidiano Leon Dehesa, Antônio Íris de Mello, Antônio Bóbbo, Célio Brignolo, Valter Sticanella e Antônio Domingos Dela Rosa.

Sala das Sessões, em 20.11.89.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 2434

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas funções regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações pelo transcurso do cinquentenário de fundação do Sindicato do Comércio Atacadista de Madeiras do Paraná, que se comemora em 10 de novembro de 1989.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao Sr. Miguel Zattar, Presidente do Sindicato do Comércio de Madeiras do Paraná, através de correspondência encaminhada para o seguinte endereço: Rua Dr. Muricy, 474 - sala 5.

Sala das Sessões, em 20.11.89.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 2435

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas funções regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações pela eleição e posse da nova Diretoria e Conselho Fiscal do Sindicato do Comércio Atacadista de Madeiras do Paraná, em 10 de novembro de 1989.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao Sr. Miguel Zattar, Presidente do respectivo Sindicato.

Sala das Sessões, em 20.11.89.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 2437

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas funções regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Associação Brasileira de Taquígrafos - ASBRAT e à Associação Paranaense de Taquigrafia - AP-TAQ, pela realização do III Congresso Bra-

Curitiba, segunda, em 20.11.89

sileiro de Taquígrafos, ocorrido em Curitiba, em 08 de novembro de 1989.

Requer ainda, que do presente se dê ciência às seguintes pessoas:

- Sr. Carlos Benedito Cunha de Menezes - Presidente da ASBRAT.

- Sra. Paula Greiffo Coutinho - Presidente da APTAQ.

Sala das Sessões, em 20.11.89.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 2439

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Douto Plenário, REQUER a formulação e inserção em Ata dos trabalhos deste Poder, de votos de congratulações pela passagem do aniversário do Município de Engenheiro Beltrão, a realizar-se no próximo dia 26 de novembro.

Outrossim, solicita que do mesmo seja dada ciência ao Sr. Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores do referido município.

Sala das Sessões em 20.11.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 2440

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Douto Plenário, REQUER a formulação e inserção em Ata dos trabalhos deste Poder, de votos de congratulações pela passagem do aniversário do Município de Araruna, a realizar-se no próximo dia 29 de novembro.

Outrossim, solicita que do mesmo seja dada ciência ao Sr. Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores do referido município.

Sala das Sessões em 20.11.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 2441

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Douto Plenário, REQUER a formulação e inserção em Ata dos trabalhos deste Poder, de votos de congratulações pela passagem do aniversário do Município de Nova Cantu, a realizar-se no próximo dia 29 de novembro.

Outrossim, solicita que do mesmo seja dada ciência ao Sr. Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores do referido município.

Sala das Sessões em 20.11.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 2442

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Douto Plenário, REQUER a formulação e inserção em Ata dos trabalhos

deste Poder, de votos de congratulações pela passagem do aniversário do Município de Mariluz, a realizar-se no próximo dia 29 de novembro.

Outrossim, solicita que do mesmo seja dada ciência ao Sr. Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores do referido município.

Sala das Sessões em 20.11.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 2444

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Douto Plenário, REQUER a formulação e inserção em Ata dos trabalhos deste Poder, de votos de congratulações pela passagem do aniversário do Município de Janiópolis, ocorrido no último dia 18 de novembro.

Outrossim, solicita que do mesmo seja dada ciência ao Sr. Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores do referido município.

Sala das Sessões em 20.11.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 2443

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Douto Plenário, REQUER a formulação e inserção em Ata dos trabalhos deste Poder, de votos de congratulações pela passagem do 34° aniversário de criação do Distrito Administrativo de Farol, Município de Campo Mourão, parabenizando seus moradores pelo nível organizacional e consciência comunitária que vêm atingindo, tendo sempre em mente a máxima de que ninguém cresce sozinho e de que somente através do esforço concentrado de todos aqueles que convivem no dia-a-dia da realidade local é que se pode atingir os objetivos almejados.

Sala das Sessões, em 20.11.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 2446

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de congratulações pelo transcurso de mais um aniversário de emancipação política do Município de Marmeleiro, dia 25 de novembro, requerendo-se, mais, que do Ato se dê ciência aos Poderes Executivo e Legislativo locais.

Sala das Sessões, em 20.11.89.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

Marmeleiro foi levado a Município juntamente com outros, lindeiros - atendendo a nova divisão geográfica proposta à Assembléia Legislativa para atender a dis-

tritos de riqueza potencial reconhecida.

Surgiu Marmeleiro do desmembramento do município de Francisco Beltrão, assegurando a sua emancipação com índices de produção crescente, permitindo-lhe privilegiada colocação nos índices de ICM do Estado. Sua produção e participação na vida econômica e política do Paraná tem mantido Marmeleiro em justa posição de relevo, fazendo o Município credor da justa homenagem ora proposta.

REQUERIMENTO N° 2447

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de congratulações pelo transcurso de mais um aniversário de emancipação política do Município de Manguinhos, dia 21 de novembro, requerendo-se, mais, que do Ato se dê ciência aos Poderes Executivo e Legislativo locais.

Sala das Sessões, em 20.11.89.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

A emancipação política de Manguinhos ocorreu a 21 de novembro de 1956, pela Lei n° 533, assinada pelo Governador Lupion para atender a insistentes apelos das classes políticas que argumentavam a condição ímpar daquela comunidade a qual, pela presença da Reserva Indígena que faz parte da área, precisaria de tratamento especial das autoridades, especialmente quanto a reivindicação de recursos da esfera federal. Uma luta iniciada ainda na época do Estado Novo, que foi coroada de sucesso, finalmente, com o alvorecer da 2ª República.

REQUERIMENTO N° 2448

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, votos de congratulações pelo transcurso de mais um aniversário de emancipação política do município de São Jorge do Oeste, dia 23 de novembro requerendo-se, mais, que do Ato, se dê ciência aos Poderes Executivo e Legislativo locais.

Sala das Sessões, em 20.11.89.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

A história da emancipação política de São Jorge do Oeste foi de reivindicação, de argumentação.

Colocado o antigo distrito em área de densas matas nativas onde predominavam as araucárias, a agricultura desenvolve-se à medida que as serrarias faziam o aproveitamento da antiga riqueza natural. À medida que os pinheirais eram substituídos pelas lavouras, descobria-se a terra fértil,

banhada pelo generoso rio Chopin no seu caminho em direção do Iguaçu.

Esse foi o potencial que inspirou os pioneiros a reivindicarem sua emancipação, conseguida em 24 de junho de 1963, honrada até o presente com ponderável participação nas estatísticas da produção primária do Paraná.

REQUERIMENTO N° 2449

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de congratulações pelo transcurso de mais um aniversário de emancipação política do Município de Pérola do Oeste, dia 27 de novembro, requerendo-se, que do Ato se dê ciência aos Poderes Executivo e Legislativo locais.

Sala das Sessões, em 20.11.89.

(a) JOÃO ARRUDA.

JUSTIFICATIVA:

A grande luta do povo de Pérola do Oeste para alcançar um lugar de importância no contexto regional, a força de sua produção agrícola e pecuária e a sua participação nos eventos políticos paranaenses tem mantido o interesse sobre o Município. Pela disposição, pelo ingente trabalho e pela coragem com que têm enfrentado os sacrifícios impostos pela ausência de recursos, os habitantes de Pérola do Oeste merecem a homenagem ora proposta para a qual contamos com o apoio dos Ilustres Membros do Legislativo Estadual.

REQUERIMENTO N° 2409

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, a constituição da Assembléia em Comissão Geral de Plenário, para apreciação dos Projetos de Lei n°s 317/89 de autoria do Poder Executivo, 318/89, de autoria da Procuradoria Geral da Justiça do Estado, 319/89, de autoria do Poder Judiciário, 320/89 de autoria do Tribunal de Contas e, do Projeto de Resolução n° 67/89, de autoria da Mesa Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, que concedem abono salarial às respectivas categorias funcionais, conforme especificam.

Outrossim, Requer em atendimento ao disposto pelo Parágrafo Único do Art. 35, do Regimento Interno, que a mesma venha a ocorrer no transcurso da Ordem do Dia da Sessão Ordinária do dia de amanhã, 21 de novembro em curso.

Sala das Sessões, em 20.11.89.

(a) PIRAJÁ FERREIRA

REQUERIMENTO N° 2419

Senhor Presidente.

Curitiba, segunda, em 20.11.89

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja a Assembléia Legislativa Estadual transformada em Comissão Geral no dia 21 de novembro de 1989, às 14:30 horas para dar parecer ao Projeto de Lei n° 305/89, de autoria do Deputado Lindolfo Júnior, visando autorizar o Chefe do Poder Executivo a reajustar mensalmente, pela variação do Índice de Preços ao Consumidor (IPC), os vencimentos dos servidores públicos do Estado.

Sala das Sessões, em 20.11.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 2436

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de ofício desta Casa, ao Presidente do Banestado S/A, Doutor Carlos Antonio de Almeida Ferreira, solicitando a transformação do Posto Avançado do Banestado, em Godoy Moreira, em agência do respectivo Banco.

Sala das Sessões, em 20.11.89.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

O município de Godoy Moreira é um dos mais recentes criados no Estado do Paraná. Sua localização dista 35 quilômetros da sede de São João do Ivaí. Sendo um Município essencialmente agrícola, grande o número de produtores rurais que necessitam fazer uso dos serviços bancários.

Com a criação do Município, grande também tem sido a ascensão e desenvolvimento do comércio local, o que por si só já se constitui numa justificativa da solicitação em apreço.

REQUERIMENTO N° 2402

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Rene Ariel Dotti, Secretário de Estado da Cultura, solicitando a este, informações sobre a compra de um piano da marca STEINWAY & SONS- U.S.A., conforme notícia veiculada pela imprensa, através do Jornal Gazeta do Povo, do dia 12/11/89, à página n° 03, sendo ao mesmo formulado os seguintes quesitos:

- Qual o motivo da compra?
- Qual a modalidade de licitação empregada?
- Houve edital de concorrência?
- Onde foi publicado?
- Quais empresas foram convidadas a participar da licitação?
- Quais empresas concorreram ao pro-

cesso licitatório?

- Houve pesquisa para saber da existência de um piano similar nacional?

Requer, ainda, o envio a esta Casa de Leis de toda a documentação referente ao processo licitatório da mencionada compra.

Sala das Sessões, em 20.11.89.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento tem por fim, obter informações sobre inusitada compra de um piano da marca STEINWAY & SONS-U.S.A., mandado vir da Alemanha Ocidental pela Fundação Teatro Guaíra, conforme notícia veiculada pela imprensa local, já que temos ciência de similar nacional fabricado no Paraná, nesta Capital, pela internacionalmente renomada indústria de pianos "F. ESSENFELDER & CIA LTDA", que este ano comemora os seus cem anos de existência junto à comunidade paranaense.

REQUERIMENTO N° 2405

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente às autoridades abaixo nominadas, solicitando a imediata conclusão das obras da Delegacia de Polícia do Município de Sarandi, bem como a construção do muro da referida delegacia, que lamentavelmente encontra-se situada entre dois terrenos baldios, cujo matagal, que por ironia do destino, até de abrigo para marginais serve.

1. Secretário de Estado da Segurança Pública, Dr. Antônio Lopes de Noronha.

2. Delegado-Chefe da Polícia Civil do Estado do Paraná, Dr. Renato Ortoloni.

Sala das Sessões, em 20.11.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 2406

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente às autoridades abaixo nominadas, solicitando o aumento da cota de combustível para as duas viaturas que atendem a Delegacia de Polícia do Município de Sarandi, tendo em vista que a cota fornecida atualmente não é suficiente para atender a demanda de serviço daquele município.

1. Secretário de Estado da Segurança Pública, Dr. Antônio Lopes de Noronha.

2. Delegado-Chefe da Polícia Civil do Estado do Paraná, Dr. Renato Ortoloni.

Sala das Sessões, em 20.11.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 2407

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente às autoridades abaixo nominadas, solicitando a instalação de rádios nas viaturas da Delegacia de Polícia do Município de Sarandi, tendo em vista que a referida delegacia possui um aparelho de rádio instalado, porém as viaturas que atendem a mesma, ainda não possuem seus aparelhos de comunicação com a central, o que torna completamente sem efeito o sistema de rádio-comunicação da polícia daquele município.

1. Secretário de Estado da Segurança Pública, Dr. Antônio Lopes de Noronha.

2. Delegado-Chefe da Polícia Civil do Estado do Paraná, Dr. Renato Ortoloni.

Sala das Sessões, em 20.11.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 2408

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente às autoridades abaixo nominadas, solicitando que seja aumentado em número de quatro policiais o efetivo da Delegacia de Polícia do Município de Sarandi, tendo em vista a grande onda de violência que vem se desencadeando no referido município.

1. Secretário de Estado da Segurança Pública, Dr. Antônio Lopes de Noronha.

2. Delegado-Chefe da Polícia Civil do Estado do Paraná, Dr. Renato Ortoloni.

Sala das Sessões, em 20.11.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 2424

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Sr. Governador Álvaro Dias, solicitando que o mesmo envie a esta Casa de Leis, Mensagem Governamental que implante uma política salarial de reajustes salariais mensais, baseados no índice de Preços ao Consumidor - IPC, para todo o funcionalismo público do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 20.11.89.

(a) PEDRO TONELLI

JUSTIFICATIVA:

O funcionalismo público estadual está em greve já 25 dias e até o momento o Governo não apontou soluções capazes de cobrir as expectativas mínimas do funcionalismo. A defasagem chega a 205% para algumas das categorias. A inflação mensal está em torno de 40% ao mês e só uma política de correção de salários feita mensalmente pode trazer menos perdas ao funcionalismo.

O IPC é ainda o melhor dos índices para corrigir as perdas a que estão submetidos os assalariados, razão pela qual estamos propondo este requerimento para apreciação dos Pares neste plenário.

REQUERIMENTO N° 2450

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário e considerando as razões expendidas, REQUER seja oficiado ao ilustre Secretário de Estado da Política Habitacional, Sr. Odeni Mongruel, expediente solicitando informações sobre a execução do projeto para construção de 80 (oitenta) casas pelo Sistema Mutirão, no município de Borrazópolis.

Referida solicitação se faz em função de o município ter toda infra-estrutura pronta, aguardando apenas a execução das obras.

Do presente requer se dê conhecimento à vereadora Raquel Schimidt Souza e demais integrantes da Câmara Municipal, bem como ao ilustre Prefeito Municipal, Sr. Mário Cividini.

Sala das Sessões, em 20.11.89.

(a) VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO N° 2451

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário e considerando as razões expendidas, REQUER seja enviado expediente ao Diretor Presidente do Banco do Estado do Paraná S.A., solicitando informações sobre a efetivação de contratos de operação de crédito com a Prefeitura Municipal de Jataizinho.

Referida solicitação se faz em função de ter sido aprovado o Projeto de Lei n° 008/89, com a finalidade de se contrair financiamentos visando a suplementação orçamentária da cota parte do Município, no PRAM.

Do presente requer se dê conhecimento ao Sr. Evilázio Rangel Cordeiro, Presidente do PDT de Jataizinho - PR, à Rua Monteiro Lobato, 288.

Sala das Sessões, em 20.11.89.

(a) VALDERI MENDES VILELA

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 321/89

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

**CAPÍTULO I
DO REGIME FLORESTAL**

Art. 1° - As florestas existentes no território paranaense e as demais formas de vegetação, reconhecidas de utilidade às terras que revestem, são bens de interesse comum a todos os habitantes do Estado, exercendo-se os direitos de propriedades com as limitações que a legislação em geral e especificamente esta Lei Florestal do Estado estabelece.

Art. 2° - A atividade florestal deverá assegurar além de seus objetivos sócio-econômicos a manutenção da qualidade de vida e equilíbrio ecológico.

Art. 3° - A autorização para a exploração dos remanescentes de floresta nativa do Estado, somente será permitida através de técnicas de manejo.

Art. 4° - A Política Florestal e a execução desta lei, será aplicada pela autoridade florestal, mantida pelo Poder Executivo Estadual, em estrutura própria definida em lei.

Art. 5° - As florestas e demais formas de vegetação nativa existentes no território paranaense, ficam classificadas para efeito das disposições desta lei, em:

- a. Preservação permante;
- b. Reserva legal;
- c. Produtivas;
- d. Unidades de Conservação.

Art. 6° - Consideram-se de preservação permanente no âmbito do Estado do Paraná, as florestas e demais formas de vegetação especificadas no Código Florestal Brasileiro.

§ 1° - A autoridade florestal criará mecanismos e estimulará a recomposição das áreas de preservação permanente atualmente degradados ou sem cobertura vegetal.

§ 2° - Na pequena propriedade onde o proprietário não tiver recursos para recomposição das áreas de preservação, caberá à autoridade florestal fornecer os meios necessários.

Art. 7° - As florestas e demais formas de vegetação nativa consideradas Reserva Legal devem, representar em uma ou várias parcelas um mínimo de 20% da propriedade rural, visando manutenção de tecido florestal a nível de propriedade, ficando seu uso permitido somente através de técnicas de manejo que garantam a sua perpetuidade.

Art. 8° - As florestas e demais formas de vegetação nativa consideradas Produtivas serão todas as não abrangidas nas demais formas de classificação desta lei, e visam o suprimento de matérias primas de origem florestal necessárias ao abastecimento perene do Estado, de outros mercados, ou para uso e sustentação própria do produtor rural.

Art. 9º - As florestas e demais formas de vegetação nativa consideradas Unidades de Conservação são previstas na Legislação Federal e no Sistema Estadual de Unidades de Conservação criados por esta lei.

Art. 10 - Para os fins previstos nesta lei, entende-se por:

I - Diversidade Biológica, a variedade de genótipos, espécies, populações, ecossistemas e processos ecológicos existentes em uma determinada região;

II - Conservação da Natureza, a utilização sustentável dos recursos naturais, objetivando produção contínua e rendimento ótimo, condicionadas à manutenção permanente da diversidade biológica;

III - Preservação, os procedimentos integrantes das práticas de conservação da natureza que asseguram a proteção integral dos atributos naturais, admitindo apenas seu uso indireto;

IV - Manejo, a técnica de gerenciar os processos ecológicos visando atingir os objetivos de conservação da natureza e de preservação colimados;

V - Unidades de Conservação, as porções do território estadual, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais de relevante valor, de domínio público ou propriedade privada, legalmente instituídas pelo Poder Público com objetivos e limites definidos, sob regimes especiais de administração, às quais se aplicam garantias adequadas de proteção;

VI - Zona-Tampão, porção territorial adjacentes a uma unidade de conservação, submetida a restrições de uso, com o propósito de protegê-la das alterações decorrentes da ação humana nas áreas vizinhas;

VII - Florestas, nominando genericamente todas as formas de vegetação conjunta com porte arbóreo ou superior, com espécies nativas ou exóticas.

CAPÍTULO II DA PROTEÇÃO FLORESTAL

Artigo 11 - Qualquer árvore poderá ser declarada imune de corte, por ato do poder público, ouvida a autoridade florestal, por motivo de sua localização, raridade, beleza, importância científica ou interesse cultural e histórico.

Artigo 12 - A autoridade florestal estimulará a criação de unidades de combate a incêndios florestais, a nível de municípios, propriedades ou empresas.

Artigo 13 - Em caso de incêndio rural ou florestal, que não se possa extinguir com os recursos ordinários, compete não só ao funcionário florestal, como a qualquer outra autoridade pública estadual ou municipal, requisitar os meios materiais e convocar os homens em condições de prestar auxílio.

Parágrafo Único - A aplicação deste artigo estende-se à defesa civil, às CIPA (Comissão Interna de Preservação de Acidentes) e demais organizações especializadas na prevenção e combate a incêndios, públicas ou privadas.

Artigo 14 - É proibido o uso de fogos nas florestas e demais formas de vegetação.

Parágrafo Único - Nos casos em que se justifique a prática do fogo para limpeza e manejo, em áreas de floresta e demais formas de vegetação, a permissão se dará para uso criterioso e com garantias de controle, através de normas e autorização de Autoridade Florestal.

Artigo 15 - A autoridade florestal difundirá e normalizará o controle de pragas florestais.

Parágrafo Único - Toda constatação de focos de pragas florestais deve ser comunicada a autoridade florestal pelo proprietário rural ou responsável técnico.

CAPÍTULO III DO SISTEMA ESTADUAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO - SISEUC

Artigo 16 - Esta Lei, com fundamento nos Artigos 24, 216 e 225, itens I, II, III, VI e VII da Constituição Federal, define os Objetivos Estaduais de Conservação da Natureza, cria o Sistema Estadual de Unidades de Conservação, estabelece medidas de preservação da diversidade biológica e dispõe sobre responsabilidades institucionais, implantação de áreas naturais protegidas, incentivos e penalidades.

Artigo 17 - Constituem Objetivos Estaduais de Conservação da Natureza:

I - Manter a diversidade biológica no território estadual e águas jurisdicionais;

II - Proteger as espécies raras, endêmicas, vulneráveis ou em perigo de extinção;

III - Preservar e restaurar a diversidade de ecossistemas naturais;

IV - Incentivar o uso sustentável dos recursos naturais;

V - Estimular o desenvolvimento regional integrado, com base nas práticas de conservação;

VI - Manejar recursos de flora e fauna;

VII - Proteger paisagens naturais ou pouco alteradas, de beleza cênica notável;

VIII - Resguardar as características excepcionais de natureza geológica, geomorfológica, paleontológica, arqueológica e, quando couber, histórica;

IX - Proteger e recuperar recursos hídricos e edáficos;

X - Favorecer condições para educação ambiental e recreação em contato com a natureza;

Parágrafo Único - A consecução dos Objetivos Estaduais de Conservação da Natureza será efetuada mediante a aplicação dos princípios gerais de conservação em todo o território estadual e águas jurisdicionais, em consonância com a legislação ambiental vigente e o estabelecimento de um Sistema Estadual de Unidades de Conservação.

Artigo 18 - O Sistema Estadual de Unidade de Conservação - SISEUC, é constituído pelo conjunto de Unidades de Conservação - UC, de acordo com o estabelecimento nesta Lei.

Artigo 19 - O SISEUC, entendido como o conjunto ordenado de U.C. deverá ser constituído de forma a incluir comunidades biológicas representativas de ecossistemas naturais existentes no território estadual e nas águas jurisdicionais, dando-se prioridade àqueles que se encontrarem ameaçados de degradação ou eliminação.

Artigo 20 - O SISEUC será assim estruturado:

I - Órgão Superior: O Conselho Estadual de Defesa do Meio Ambiente - CEDA, com as atribuições de homologar e avaliar o SISEUC, subsidiado pelo Órgão Central;

II - Órgão Central: A Autoridade Florestal Estadual, com as funções de subsidiar o CEDA, coordenar e avaliar a implantação e a manutenção do SISEUC, e responsabilizar-se pela proposta de criação e administração das UC estaduais;

III - Órgãos Municipais: Os órgãos ou entidades municipais com as funções de subsidiar a autoridade florestal, coordenar, avaliar e responsabilizar-se pela proposta de criação e administração das UC municipais;

Parágrafo Único - As UC privadas serão supervisionadas pela autoridade florestal ou, mediante convênio, pelos órgãos municipais.

Artigo 21 - As UC integrantes do SISEUC constarão de um Cadastro Estadual de Unidades de Conservação, sob responsabilidade da autoridade florestal assegurando a todos o acesso aos dados nele contidos.

I - O Cadastro conterá os dados principais de cada UC, incluindo situação fundiária, inventário de flora e fauna, e a indicação das espécies raras, endêmicas, vulneráveis ou em perigo de extinção nelas contidas.

II - A autoridade florestal divulgará, em publicações e mapas, os dados principais do Cadastro.

III - O Órgão Superior disporá de uma Comissão de Unidades de Conservação, para assessorá-lo nas decisões relativas ao SISEUC constituída de 5 (cinco) personali-

dades de reconhecido saber e experiência nos assuntos relativos à conservação da natureza.

Parágrafo Único - Os membros da Comissão serão nomeados pelo Secretário (a) de Estado da Agricultura, mediante proposta da autoridade florestal e referendado pelo CEDA.

Artigo 22 - A autoridade florestal será responsável pela elaboração e divulgação de relação, periodicamente revista e atualizada, das espécies raras, endêmicas, vulneráveis e em perigo de extinção no Estado.

Artigo 23 - As UC integrantes do SISEUC serão reunidas em dois grupos, com características distintas:

I - Unidades de Proteção Integral;

II - Unidades de Manejo Sustentável.

1 - Nas Unidades de Proteção Integral, haverá proteção total dos atributos naturais que tiverem justificado sua criação, efetuando-se a preservação dos ecossistemas em estado natural com um mínimo de alterações e admitido apenas o uso indireto de seus recursos, excetuados os casos previstos nesta Lei.

2 - Nas Unidades de Manejo Sustentável haverá proteção parcial dos atributos naturais, admitida a exploração de parte dos recursos disponíveis em regime de manejo sustentado, sujeita às limitações legais.

Artigo 24 - Integram as Unidades de Proteção Integral as seguintes categorias de UC:

I - Reserva Científica;

II - Parque Estadual, Parque Natural Municipal;

III - Monumento Natural;

IV - Refúgio de Vida Silvestre.

Artigo 25 - As Reservas Científicas se destinam à preservação integral da blota e demais atributos naturais nelas existentes, sem interferência humana direta ou modificações ambientais, excetuando-se medidas transitórias de recuperação de ecossistemas alterados, o manejo das espécies que o exijam a fim de preservar a diversidade biológica, e o previsto no Artigo 10 (item 1).

Parágrafo Único - Condicionada à existência de um plano de Manejo, poderá ser autorizada no interior das Reservas Científicas a realização de pesquisas científicas ou ecológicas que em área não excedente a 2 (dois) por cento da reserva, e limitada a um máximo de 50 (cinquenta) hectares.

Artigo 26 - Os Parques Estaduais e Parques Naturais Municipais se destinam a preservar áreas naturais ou pouco alteradas, contendo interesse para atividades científicas, educacionais e recreativas, realizadas em obediência a Planos de Mane-

jo.

Artigo 27 - Os Monumentos Naturais destinam-se a preservar áreas contendo sítios abióticos que, por sua singularidade, raridade, beleza ou vulnerabilidade exijam proteção, sem justificar a criação de outra categoria de UC, dada a licitação de área ou ausência de diversidade de ecossistemas.

Artigo 28 - Os Refúgios de Vida Silvestre são constituídos de áreas em que a proteção e o manejo são necessários para assegurar a existência ou a reprodução de determinadas espécies residentes ou migratórias, ou comunidades de flora e fauna de importância significativa.

Artigo 29 - Integram as Unidade de Manejo Sustentável as seguintes categorias de UC:

- I - Reserva Cinegética;
- II - Área de Proteção Ambiental;
- III - Floresta Estadual;

Artigo 30 - As Reservas cinegéticas são áreas naturais ou alteradas contendo populações e animais nativos ou exóticos, terrestres ou aquáticos, e habitats adequados para a produção de proteínas, demais produtos de origem animal e caça desportiva.

Parágrafo único - A utilização dos recursos da fauna será feita sempre mediante manejo sustentado, cientificamente conduzido respeitada a Lei de proteção a fauna e sob permanente controle governamental.

Artigo 31 - As Áreas de Proteção Ambiental são porções do território estadual de configuração e tamanho variáveis, submetidas a modalidades de manejo diversas, podendo compreender ampla gama de paisagens naturais, seminaturais ou alteradas, com características notáveis e dotadas de atributos bióticos, estéticos ou culturais que exijam proteção para assegurar o bem-estar das populações humanas, conservar ou melhorar as condições ecológicas locais, preservar paisagens e atributos naturais ou culturais importantes, ou experimentar técnicas e atitudes que permitam conciliar o uso da terra com a manutenção dos processos ecológicos essenciais.

Parágrafo Único - As Áreas de Proteção Ambiental podem incluir sub-áreas sob proteção integral, atuar como zona-tampão para resguardar outras categorias de UC ou prover proteção paisagística e ecológica ao longo de estradas e rios cênicos.

Artigo 32 - As Florestas Estaduais são áreas extensas com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas, destinadas à produção econômica sustentável de madeira, proteção de recursos hídricos, pesquisa e estudos, manejo de fauna silvestre e atividades recreativas em contato com a natureza.

Artigo 33 - As UC serão de domínio público ou de propriedade privada, respeitadas as determinações e restrições constantes desta Lei.

1 - As UC de domínio público poderão ser estaduais ou municipais.

2 - As UC propostas por iniciativa privada serão gravadas com perpetuidade e estarão sujeitas à fiscalização governamental com a finalidade de garantir a permanência das condições que justificaram sua inclusão no SISEUC.

Artigo 34 - As UC de propriedade privada, previstas no artigo anterior, somente poderão ser instituídas nas categorias de Refúgio de Vida Silvestre, Área de Proteção Ambiental e Reserva Cinegética.

Artigo 35 - Nos Refúgios de Vida Silvestre e nas Áreas de Proteção Ambiental dentro dos princípios constitucionais que regem o exercício do direito de propriedade, o Poder Executivo poderá estabelecer normas limitando ou proibindo atividades que conflitem com as finalidades motivadoras da criação da UC.

Artigo 36 - As UC serão criadas por ato do Poder Executivo ou Legislativo, em obediência às prescrições desta Lei, e somente poderão ser suprimidas ou alteradas através de Lei.

Parágrafo Único - Do ato da criação da U.C. constarão seus limites geográficos e o órgão ou entidades responsável por sua administração.

Artigo 37 - A seleção das áreas a serem incluídas no SISEUC será baseada em critérios científicos e considerará as recomendações da Comissão de Unidade de Conservação, sendo julgadas prioritárias para fins de implantação no Sistema, aquelas que contiverem ecossistemas ainda não representados no Sistema ou em iminente perigo de eliminação.

1 - A autoridade florestal elaborará um Plano do Sistema de Unidades de Conservação, revisto trienalmente, no qual constarão as regiões ou ecossistemas prioritários para criação de UC.

2 - O Plano será aprovado por ato do Poder Executivo, mediante recomendação do CEDA e orientará a implantação do SISEUC.

Artigo 38 - A autoridade florestal submeterá ao CEDA, anualmente ou quando necessário, uma avaliação global da situação da Conservação da Natureza no Estado, com as conclusões e sugestões pertinentes.

Artigo 39 - As UC de todas as categorias disporão de um Plano de Manejo, no qual se definirá o zoneamento da Unidade e a sua Utilização.

Parágrafo Único - São vedadas, no interior da UC, quaisquer alterações, atividades ou modalidades de utilização em desacordo com suas finalidades principais e estranhas ao respectivo Plano de Manejo.

Artigo 40 - É proibida a introdução nas UC de espécies não integrantes dos ecossistemas protegidos.

Parágrafo Único - Excetua-se a introdução de espécies compatíveis com a conceituação de Área de Proteção Ambiental, Florestal Estadual e Reserva Cinegética, no que se referir a essas unidades de conservação, e nas áreas privadas.

Artigo 41 - As pesquisas científicas e demais atividades exercidas nas UC levarão sempre em conta as necessidades de não se colocar em risco a sobrevivência das populações das espécies nelas existentes, e estarão sujeitas a aprovação prévia e fiscalização do órgão responsável pela administração da UC.

Artigo 42 - Os órgãos responsáveis pela administração da UC que constituem o SISEUC poderão receber recursos ou doações de qualquer natureza, com ou sem encargos, provenientes de organizações privadas ou de pessoas físicas que desejarem colaborar com a conservação das UC.

1 - A administração dos recursos obtidos caberá ao órgão integrante do Sistema ao qual for dirigida a doação, vedada qualquer utilização que não seja direta e exclusivamente relacionada com a conservação das UC.

2 - A direção das UC poderá, a critério do órgão responsável pela sua administração, aceitar a cooperação de organizações privadas ou pessoas físicas para estudo, práticas educativas, monitoramento e manutenção das mesmas.

Artigo 43 - Os recursos obtidos com a cobrança de ingressos relativos à utilização das UCs somente poderão ser aplicados na implantação e manutenção do SISEUC.

Artigo 44 - As UC de domínio público ou propriedade privada, integrantes do SISEUC, e as formações vegetais reconhecidas como de interesse público nos termos desta Lei serão consideradas patrimônio cultural paranaense e, como tal, protegidas pelo Poder Público com a colaboração da comunidade.

1 - As UC de propriedade privada e as formações vegetais mencionadas desta Lei, quando exclusivamente destinadas à proteção de ecossistemas naturais, são declaradas isentas de qualquer tributação e consideradas como áreas produtivas para todos os fins.

2 - Constatada a inobservância das normas de conservação estabelecidas para as UC de propriedade privada e as formações vegetais mencionadas no parágrafo anterior, cobrar-se-á a tributação devida, com os acréscimos previstos na legislação tributária.

Artigo 45 - A Autoridade Florestal tendo em vista a proteção dos atributos naturais da UC, estabelecerá normas para a

utilização das áreas vizinhas às mesmas.

Artigo 46 - Além das disposições previstas nesta lei aplicam-se as penas previstas nas demais disposições federais, sendo que para danos irrelevantes às UC aplica-se o previsto no artigo 47.

Parágrafo Único - A autoridade competente poderá permitir a captura de exemplares de espécies ameaçadas de extinção destinadas a programas de criação em cativeiro ou formação de coleções científicas.

Artigo 47 - Sem prejuízo das penalidades já definidas na legislação federal, estadual e municipal, o descumprimento das normas estabelecidas pela autoridade competente, necessárias à prevenção ou correção de danos causados pela degradação da UC, sujeitará os transgressores às penalidades previstas no Artigo 14 da Lei Federal n° 6.938, de 31 de agosto de 1981.

Artigo 48 - O Poder Executivo regulamentará o funcionamento do SISEUC, no que for julgado necessário à sua execução.

CAPÍTULO IV

DA EDUCAÇÃO, PESQUISA E DIVULGAÇÃO

Artigo 49 - Nos mapas e cartas oficiais do Estado e Municípios serão obrigatoriamente assinaladas as unidades de conservação públicas previstas nesta Lei.

Artigo 50 - Esta Lei deverá ser distribuída gratuitamente de forma obrigatória de 4 (quatro) em 4 (quatro) anos para todas as escolas de primeiro e segundo grau públicas e privadas, sindicatos e associações rurais de trabalhadores e patronais do Estado, bibliotecas públicas, prefeituras municipais, acompanhada de amplo processo de divulgação e explicação do seu conteúdo e dos princípios de conservação da natureza.

Artigo 51 - A autoridade florestal promoverá a semana da árvore, divulgando a importância econômica, social e ecológica das florestas e suas formas de proteção e utilização racional.

Parágrafo Único - A autoridade florestal na semana da árvore, definida no período coincidente com o dia 21 de setembro, promoverá obrigatoriamente nas escolas e estabelecimentos públicos ampla divulgação dos princípios que ressaltem os valores da floresta face seus produtos e utilidades bem como sobre a forma correta de conduzi-las e perpetuá-las.

Artigo 52 - Durante todo o ano letivo o Poder Público deverá promover nas instituições de ensino, em todos os municípios, a conscientização pública de forma permanente, a divulgação dos princípios florestais, fornecendo o material didático necessário.

Artigo 53 - A autoridade florestal criará Museus e Jardins Botânicos repre-

sentativos dos principais ecossistemas do Estado, a nível de microrregiões, visando a pesquisa, educação e divulgação.

Artigo 54 - A autoridade florestal incentivará a solução de problemas comuns relativos aos aspectos florestais mediante a celebração de acordos, convênios ou consórcios.

Artigo 55 - O Estado formará técnicos de nível médio e de outras modalidades para atuarem nas atividades suporte de implantação, manejo, conservação, administração de UC, exploração e utilização das florestas.

Artigo 56 - O Poder Público fomentará a realização de pesquisas florestais através da integração dos órgãos existentes no Estado, com a coordenação da Autoridade Florestal.

Parágrafo Único - Fica assegurado um percentual de 10% da taxa florestal prevista nesta Lei, para aplicação em pesquisa florestal no Estado através de projetos específicos apresentados pela comunidade científica e tecnológica ligada ao setor, independente dos programas governamentais com outras fontes de recursos.

Artigo 57 - Fica assegurada a difusão de informações oriundas de pesquisas florestais à comunidade rural, através da extensão e outros meios, executada pela autoridade florestal.

CAPÍTULO V

DO REFLORESTAMENTO, MANEJO E EXPLORAÇÃO

Artigo 58 - As florestas não sujeitas ao regime de utilização limitada previstas em lei e ressalvadas as de preservação permanente são suscetíveis de exploração e transformação obedecidas as disposições legais.

Artigo 59 - A autoridade florestal estimulará o plantio de árvores divulgando o livre exercício desta atividade quando não vinculada a reposição florestal obrigatória ou em área de preservação permanente, bem como a garantia de sua plena e livre utilização futura.

Artigo 60 - As áreas degradadas, não classificadas como de preservação permanente, deverão ser prioritariamente utilizadas para implantação de programas florestais visando sua reintegração ao processo produtivo.

Artigo 61 - As formações florestais, localizadas na faixa de entorno de lagoas, lagos ou reservatórios de águas naturais ou artificiais, terão função protetiva, podendo no entanto, serem exploradas através de técnicos de manejo, a critério da autoridade florestal, salvo as faixas previstas como de preservação permanente com limite mínimo de 30 m a contar da linha de água junto as margens.

Artigo 62 - Os consumidores de matéria-prima florestal, na primeira transformação, são obrigados a efetuarem direta ou indiretamente a reposição florestal equivalente ao seu consumo.

§ 1º - Os índices de reposição florestal relacionando os volumes consumidos com os volumes médios das florestas a serem repostas, serão estabelecidos pela autoridade florestal, quando a legislação federal não prever, podendo ainda utilizar o critério de área explorada com área a ser reposta com índices mínimos da população por espécie na rotação final.

§ 2º - A reposição poderá ser realizada diretamente ou através da participação de programas executados por terceiros devidamente aprovados por autoridade florestal Estadual ou Federal.

§ 3º - Serão estimulados pela Autoridade Florestal os programas de reposição executados de forma coletiva através de cooperativas ou associações envolvendo pequenos e médios proprietários rurais.

Artigo 63 - Quando a reposição florestal for recolhida diretamente a autoridade florestal na forma de cota, taxa, multa, ou outra modalidade, os valores recolhidos deverão ser aplicados exclusivamente no plantio específico de florestas a qualquer título, preferencialmente no município de origem da floresta que determina o recolhimento.

Artigo 64 - As florestas plantadas, vinculadas oficialmente a programas industriais e reposição florestal, com densidade superior à população da rotação final são isentas da reposição florestal nas colheitas, ou desbastes intermediários, observando-se que a reposição florestal aplicada ao corte final garanta a manutenção equivalente da área florestal cortada.

Artigo 65 - A autoridade florestal manterá controle estatístico e informativo da disponibilidade e consumo de florestas, e dos produtos florestais em suas várias formas e fases, divulgando periodicamente estas informações.

Artigo 66 - A autoridade florestal baixará normas concorrentes com a legislação federal para ordenar o uso das florestas nativas e demais formas de vegetação nativas localizadas nas regiões de distribuição natural de mata Atlântica, matas de araucárias, matas subtropicais pluviais e Região Metropolitana de Curitiba, obedecendo os critérios gerais desta Lei.

Parágrafo Único - As florestas e áreas rurais visando exploração futura e programas de reflorestamento não vinculados a projetos específicos em execução ou ao PIFI - Programa Integrado Floresta Indústria, previsto na legislação federal, serão considerados em uso desde que seu proprietário declare a autoridade florestal

seus objetivos para utilização efetiva, definido ainda o prazo futuro para utilização.

Artigo 67 - A mata Atlântica não localizada em Área de Preservação Permanente e suscetível da exploração somente através de técnicas de manejo que garanta a estabilidade e perpetuidade deste ecossistema obedecendo os critérios da legislação federal, Estadual e normas específicas estabelecidas pelo Poder Executivo.

§ 1º - Além da caracterização da tipologia florestal as normas deverão observar a diferenciação das regiões topográficas especialmente na planície litorânea onde a atividade agrícola e de pecuária possa ser permitida.

§ 2º - Deverá ser fomentada a atividade de produção de Palmito (*Euterpe edulis*) e da caxeta (*Tabebuia cassianoides*), como forma de rendimento econômico da mata Atlântica, através da divulgação orientação e extensão a ser realizada pela autoridade florestal. ~~Artigo 68 - As áreas~~

Artigo 68 - As áreas atualmente revestidas de formações florestais nativas, sem intervenção, em que ocorre o Pinheiro Brasileiro ou Pinheiro do Paraná (*Araucária angustifolia*), não poderão ser desmatadas de forma a provocar a eliminação permanente destas florestas, tolerando-as, somente a exploração racional destas, observadas as prescrições ditadas pela técnica, com a garantia de permanência dos maciços em boas condições de desenvolvimento e produção.

§ 1º - Deverão ser mantidos, a título de porta-sementes e de material genético, o mínimo de dez indivíduos adultos em média por hectare nas áreas remanescentes da exploração.

§ 2º - Quando constatados pela autoridade competente a estagnação ou senilidade dos indivíduos remanescentes, os mesmos poderão ser substituídos através de adensamento ou enriquecimento, neste caso com população mínima média de 100 indivíduos por hectare, constatados sua existência pela autoridade florestal até cinco anos após seu plantio.

Artigo 69 - A autoridade florestal normatizará a exploração na Região Metropolitana de Curitiba, observando o estímulo de sua vocação energética através do manejo da Bracatinga (*Mimosa scabrella*), do reflorestamento intensivo das áreas degradadas e controle da utilização das florestas nativas e das reservas legais.

Artigo 70 - O manejo de floresta de Bracatinga (*Mimosa scabrella*), com corte raso e regeneração por alto fuste, quando não visar sua substituição por outro uso, e em área não classificada de preservação permanente, será efetuada mediante solicitação simplificada a autoridade florestal, que terá prazo máximo de 15 dias para res-

posta.

Parágrafo Único - A aplicação do caput deste artigo, quando abrangendo período de uma rotação, dispense os procedimentos do artigo 69.

Artigo 71 - O manejo em florestas nativas situadas em áreas de reserva legal, deverá prever a manutenção ou reposição de pelo menos dez árvores por hectare em média de espécies consideradas de relevância econômica e ecológica simultaneamente, além da composição florística prevista no manejo conforme legislação Federal.

§ 1º - Para áreas de florestas subtropicais as árvores previstas neste artigo deverão ser preferencialmente das espécies do Pinheiro do Paraná (*Araucária angustifolia*), Imbuia (*Ocotea porosa*), Ipê (*Tabebuia* spp), ou Cedro (*Cedrella fissilis*).

§ 2º - Para as demais regiões do Estado a autoridade florestal poderá determinar as espécies de maior relevância para cumprimento deste artigo.

§ 3º - Nas propriedades rurais com menos de 15 hectares não se aplicam as disposições deste artigo.

Artigo 72 - As espécies escolhidas para a manutenção ou reposição previsto no artigo 71 poderão estar localizadas em bloco ou distribuídas aleatoriamente na área de reserva legal observando-se a densidade média mínima prevista.

Parágrafo Único - A manutenção ou reposição dos indivíduos previstos neste artigo poderá ser feita através da conservação de indivíduos adultos ou em desenvolvimento durante a fase operacional do manejo ou através da condução de regeneração natural, adensamento ou outras técnicas silviculturais.

Artigo 73 - A autoridade florestal poderá após cinco anos do término da execução do período de manejo constatar a existência do previsto no artigo 71, em qualquer fase de desenvolvimento da espécie.

§ 1º - Caso a autoridade florestal constate a não existência da população média prevista poderá exigir do proprietário o plantio imediato dos indivíduos necessários para atingir a população prevista, podendo neste caso determinar a espécie.

§ 2º - Caso não atendido o parágrafo primeiro deste artigo a autoridade florestal poderá efetuar o plantio diretamente correndo todos os custos por conta do proprietário infrator.

Artigo 74 - A autoridade florestal através de Macro-Zoneamento Agro-Ecológico definirá zonas prioritárias de desenvolvimento florestal onde deverá ser estimulado este tipo de atividade.

Artigo 75 - Nas zonas de desenvolvimento florestal previstas no artigo 74, os instrumentos de estímulo fiscal, crédito

dos órgãos governamentais, programas de desenvolvimento e demais atividades de reestruturação regional serão preferencialmente dirigidos a atividade florestal.

Artigo 76 - Fica proibida a autorização para a exportação a outros países de produtos florestais "in natura" oriundos de floresta nativa, que não sofrerem nenhuma forma ou processo de beneficiamento.

Parágrafo Único - Não incluem-se neste artigo as plantas ornamentais, observadas disposições da Legislação Federal.

Artigo 77 - Toda propriedade rural que possuir cobertura florestal a qualquer título superior a 60% de sua área total poderá ser considerada "Fazenda Florestal".

Parágrafo Único - Para a classificação como Fazenda Florestal o proprietário deverá solicitar a autoridade florestal seu registro, sem nenhum ônus, observando-se os seguintes pré-requisitos.

a) Identificação da Propriedade Rural, com planta de localização e limites;

b) Laudo Técnico de Profissional legalmente habilitado, declarando a existência de Cobertura Florestal e sua respectiva área;

c) Declaração do Proprietário que manterá como atividade principal do seu imóvel o manejo florestal e respeito a legislação Federal e Estadual vigente.

Artigo 78 - A Fazenda Florestal terá sistemática simplificada de controle pela autoridade florestal, observando-se somente de cinco em cinco anos a manutenção das técnicas de manejo, ou em vistorias com prazos menores caso a autoridade florestal julgar necessário.

§ 1º - Será dada prioridade à extensão florestal com orientação à Fazenda Florestal em detrimento a simples fiscalização.

§ 2º - Constatado pela autoridade florestal a prática reincidente de não observância das técnicas de manejo poderá ser revogada a categoria de Fazenda Florestal da propriedade, voltando a mesma ao regime normal de controle.

§ 3º - As Fazendas Florestais com áreas superiores a 500 hectares deverão manter responsável técnico de forma permanente através de profissional devidamente habilitado e qualificado.

§ 4º - A autoridade florestal baixará normas complementares de estímulo, benefício e proteção das Fazendas Florestais, mantendo o princípio de sua criação previsto nesta Lei.

Artigo 79 - As empresas e indústrias florestais que manejarem diversas propriedades que em seu todo se enquadrem no percentual de Cobertura Florestal prevista no artigo 77 poderão enquadrar como Fazendas Florestais as propriedades de forma agrupada.

Artigo 80 - Os proprietários de imó-

veis rurais com até 15 hectares de área total, para aplicação do previsto no Artigo 241 da Constituição Estadual, não necessitam de prévia autorização de Autoridade Florestal, observando-se a manutenção da reserva legal e proteção das áreas de preservação permanentemente, neste caso, não superior a 20% da área da propriedade.

Parágrafo Único - No caso de comercialização da matéria-prima florestal aplicar-se-á a sistemática de declaração de origem prevista no Artigo 89, § 2º.

Artigo 81 - Na distribuição de lotes destinados à agricultura, em planos de colonização e reforma agrária, não devem ser incluídas as áreas florestais de preservação permanente de que trata esta Lei, nem as florestas necessárias ao abastecimento local ou nacional de madeiras e outros produtos florestais.

Parágrafo Único - Nas dúvidas de definição, da função florestal previstas neste artigo deverá ser ouvida a autoridade florestal.

CAPÍTULO VII

DAS TAXAS E PROGRAMAS DE ESTÍMULO

Artigo 82 - Fica instituída a Taxa Florestal Estadual a ser recolhida pela autoridade florestal em função de seus serviços previstos nesta Lei, que será calculado por 1% do valor líquido, excluídos impostos e transporte, da matéria-prima florestal "in natura", na forma de toras, toretes, lenha, resina, plantas ornamentais e folhas.

§ 1º - A taxa será devida pelo primeiro comprador da matéria-prima florestal controlado pelo documento fiscal de compra ou transporte, e deverá ser recolhida em conta específica da autoridade florestal até o dia 30 do mês subsequente a data de emissão do documento fiscal.

§ 2º - As produções eventuais vendidas com nota de produtor rural ou de consumo próprio são isentas da Taxa Florestal Estadual, bem como a matéria-prima transformada na mesma propriedade de origem.

Artigo 83 - A autoridade florestal manterá controle específico dos recursos arrecadados com a Taxa Florestal Estadual, inclusive seus resultados com aplicações financeiras e outras.

§ 1º - Anualmente a autoridade florestal divulgará os valores arrecadados, seus resultados e a efetiva aplicação por programas e sub-programas.

§ 2º - Do montante total previsto no "caput" deste artigo deverá ser aplicado obrigatoriamente 50% dos recursos e seus resultados em programas de desenvolvimento da Estrutura Florestal produtiva do Estado, não podendo ser aplicado em programas de reposição florestal obrigatória.

Artigo 84 - Quando a Matéria-Prima Florestal "in natura" prevista no Artigo 82, não sofrer nenhum grau de transformação no município de origem da floresta, poderá o município cobrar Taxa Florestal Municipal equivalente a até 1% do valor líquido, excluídos impostos e transporte da matéria-prima florestal "in natura", na forma de toras, toretes, lenha, resina, plantas ornamentais e folhas, independente da Taxa Florestal Estadual.

Parágrafo Único - A instituição da Taxa Florestal Municipal dependerá de Legislação específica do município.

Artigo 85 - Todo estabelecimento domiciliado no Estado, que utilize matéria-prima de origem florestal, agrícola ou pecuária, poderá deduzir diretamente do imposto líquido devido de ICMS a parcela aplicada diretamente na atividade de produção de mudas florestais, plantio, manutenção e melhoramento de florestas, proteção e controle a pragas e incêndios florestais, tecnologia, pesquisa, melhoramento, e manutenção de U.C. particulares.

§ 1º - Ficam limitadas as despesas aplicadas no "caput" deste artigo a 10% (dez por cento) do Imposto Líquido devido quando as atividades forem com espécies ou florestas nativas e a 5% (cinco por cento) quando forem com espécies ou florestas exóticas.

§ 2º - Poderá ser deduzido ainda diretamente parcela até o limite de 1% (um por cento) do Imposto Líquido devido a valores aplicados na atividade de entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos, voltadas a preservação e conservação da natureza, com ênfase na proteção florestal, educação ambiental e pesquisa.

§ 3º - Só poderão ser utilizadas as despesas, devidamente contabilizadas para fins de fiscalização, quando aplicadas nos itens previstos no "caput" deste artigo, no Estado do Paraná.

Artigo 86 - Para benefício do previsto no Artigo 85, salvo parágrafo segundo, o estabelecimento que utilizar a dedução, deverá aplicar no mínimo igual parcela nas mesmas atividades previstas, com recursos próprios.

§ 1º - Não poderá ser utilizado como valores aplicados nas atividades previstas neste artigo e no artigo 85, quando a floresta a ser implantada for objeto de execução do programa de reposição florestal obrigatória ou cumprimento de recomposição florestal determinado pela autoridade florestal.

Artigo 87 - Se constatado pela autoridade florestal ou de rendas a aplicação indevida dos recursos, ou a inexistência do programa contabilizado, o estabelecimento pagará imediatamente na contribuição do ICMS do mês subsequente da constatação,

os valores deduzidos indevidamente, corrigidos e acrescidos de multa de 100%.

§ 1º - O estabelecimento reincidente na infração prevista neste artigo não poderá mais se beneficiar da aplicação prevista no artigo 85.

Artigo 88 - Os municípios que possuem parte de seu território ou façam limite com unidades de conservação, Federais, Estaduais ou Municipais, ou que possuem mais do que 40% de seu território com Cobertura Florestal a qualquer título garantindo desta forma a manutenção e o equilíbrio do abastecimento hídrico da região ou do Estado participarão equitativamente em 1/6 da parcela distribuída aos municípios da arrecadação do imposto sobre operações, relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços, de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, conforme o Artigo 132, Parágrafo único da Constituição Estadual e Artigo 158, Parágrafo único, II, da Constituição Federal.

Parágrafo Único - Os municípios enquadrados neste artigo solicitarão ao Poder Executivo do Estado sua participação na Distribuição Prevista, que terá 60 dias para efetivação do benefício ou contestação.

CAPÍTULO VIII

DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

Artigo 89 - Nas florestas plantadas, não consideradas de preservação permanente e desvinculadas da reposição florestal obrigatória, é livre a extração de lenha e demais produtos florestais ou a fabricação de carvão.

§ 1º - A aplicação deste artigo independe de prévia autorização ou qualquer procedimento junto a autoridade florestal.

§ 2º - Para o eventual transporte, quando não consumido na propriedade, o produto florestal deverá ser acompanhado de declaração de origem, fornecida pelo proprietário rural quando originada em áreas florestais não superiores a 50 (cinquenta) hectares, e declaração de origem fornecida por profissional legalmente habilitado para áreas florestais superiores.

Artigo 80 - A constatação pela autoridade florestal de falsidade na declaração de origem prevista no artigo anterior obrigará ao proprietário rural a imediata recomposição da área caso a mesma não possa ser explorada, ou adequação às normas vigentes, quando a área for suscetível de exploração racional, independente das demais penalidades previstas em Leis e de responsabilidade do profissional que emitir a declaração de origem irregular.

Artigo 91 - Para a exploração, manejo ou supressão das demais florestas não previstas no Artigo 89, deverá ser observado

as disposições desta Lei e do Código Florestal Brasileiro, bem como as normas estabelecidas pela autoridade florestal Federal e Estadual.

Artigo 92 - O Poder Executivo Estadual, através de autoridade florestal, em convênio com a União ou com o Município, fiscalizará a aplicação das normas desta Lei.

Parágrafo Único - Nas áreas urbanas, referidas no Artigo 2 do Código Florestal Brasileiro, a fiscalização é da competência dos municípios atuando a União e a autoridade florestal do estado supletivamente.

Artigo 93 - A aplicação dessa Lei e das demais disposições legais de proteção e conservação dos recursos naturais poderá ser realizada pelo proprietário rural ou seus funcionários devidamente qualificados, dentro dos limites da propriedade rural.

Parágrafo Único - A autoridade florestal e policial deverão prestar toda assistência para aplicação deste artigo, bem como aplicar as penalidades cabíveis ao infrator.

Artigo 94 - Não serão transcritos ou averbados no registro geral de imóvel os atos de transmissão "intervivos" ou "causa-mortis", bem como a constituição de ônus reais, sobre imóveis da zona rural, sem a apresentação de certidão negativa de dívidas previstas nesta Lei ou no Código Florestal Brasileiro, por decisão transitada em julgado.

Parágrafo Único - Na alienação de imóvel rural, que desmembre a propriedade de seu registro atual, em áreas com cobertura florestal a qualquer título, a autoridade florestal ou profissional devidamente qualificado e habilitado deverá verificar a manutenção da reserva legal ou sua relocação adequada.

Artigo 95 - Nas propriedades onde não exista a área de Reserva Legal prevista no artigo 7, cabe à autoridade florestal estimular sua recomposição, preferencialmente nas áreas degradadas ou de vocação florestal.

Parágrafo Único - Nas regiões onde não existam áreas de vocação florestal, a autoridade florestal poderá adotar sistemática de reservas coletivas, públicas ou privadas, a nível de microbacias ou região, para gerar o tecido florestal mínimo através de sistemática específica estabelecida pela autoridade florestal.

Artigo 96 - Todos os processos solicitados a autoridade florestal deverão ser respondidos no prazo máximo de 60 dias a contar de seu protocolo, sob pena de responsabilidade, salvo informações técnicas adicionais solicitadas formalmente a contagem de tempo para resposta.

Parágrafo Único - O indeferimento de qualquer processo deverá ser acompanhado de laudo técnico, justificando de forma clara e compreensível a nível de produtor rural as razões técnicas ou legais do indeferimento, assinado por profissional devidamente habilitado e qualificado, sob pena de responsabilidade.

Artigo 97 - A aplicação concorrente das normas desta Lei à da legislação federal deverá ser feita preferencialmente em conjunto do mesmo processo ou projeto.

§ 1º - A autoridade florestal no prazo de 120 (cento e vinte) dias após a promulgação desta lei baixará as normas de análise e trâmite conjuntos com o governo Federal, previstas neste artigo.

§ 2º - Na impossibilidade da aplicação conjunta prevista neste artigo, a autoridade florestal poderá solicitar processo complementar específico, neste caso, apenas das informações, documentos e levantamentos técnicos previstos nesta legislação e não contemplados no processo junto ao governo federal, evitando duplicidade e custos desnecessários.

Artigo 98 - O não cumprimento das disposições desta Lei, salvo disposição específica, além das penalidades previstas na Legislação Federal, implicará na aplicação pela autoridade florestal, ou entidade e municípios conveniados de:

a) Notificação de infração quando o infrator for primário, acompanhada de informações técnicas necessárias e orientação;

b) Multa de 0,5 e 50 salários mínimos vigentes para reincidentes de acordo com a gravidade do ato a critério da autoridade florestal;

c) Interdição da atividade para sua regularização quando em área possível de utilização permanente.

Artigo 99 - As ações ou omissões contrárias as disposições desta Lei na utilização e exploração das florestas são consideradas uso nocivo da propriedade (Artigo 302, XI, "b", do Código do Processo Civil).

Artigo 100 - Aplicam-se às contravenções previstas neste código as regras gerais do Código Penal e da Lei de Contravenção Penais, sempre que a presente Lei não disponha de modo diverso.

Artigo 101 - O Poder Executivo deverá manter estrutura e recursos necessários para o cumprimento desta Lei, através de autoridade florestal específica, que deverá ainda exercer as funções de controle, fomento e extensão, dando prioridade aos aspectos de:

a) Manutenção e Implantação de Sistema Estadual de Unidades de Conservação;

b) Conservação do potencial genético e

diversidade biológica das florestas nativas remanescentes;

c) Estímulo a produção e desenvolvimento florestal regional;

d) Apoio as indústrias e empresas florestais preferencialmente com reservas localizadas no Estado;

e) Recuperação e manutenção das áreas de preservação permanente;

f) Apoio aos municípios para estruturação dos seus sistemas florestais descentralizados.

CAPÍTULO IX DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 102 - As áreas naturais protegidas em função de legislação anterior deverão ser reclassificadas, no todo ou em parte, dentro das determinações desta Lei e referendadas pelo CEDA, no prazo de 1 (um) ano a partir da sua promulgação, integrando-se ao SISEUC.

Parágrafo Único - Este dispositivo também se aplica às áreas denominadas Reservas Florestais, não mencionadas no Código Florestal vigente.

Artigo 103 - O Poder Executivo do Estado, deverá prever no seu orçamento até no máximo o ano de 1995 recursos necessários para a efetiva criação desapropriação e implantação do Parque Estadual das Araucárias, com área mínima de cobertura florestal original de 1000 hectares visando a preservação deste Ecossistema e do Pinheiro do Paraná (*Araucária angustifolia*), de acordo com o Artigo 20 das disposições transitórias da Constituição Estadual.

Artigo 104 - A autoridade florestal no Estado, prevista nesta Lei será o Instituto de Terras, Cartografia e Florestas - ITCF ou seu sucedâneo definido em Lei.

Artigo 105 - Esta lei aplica-se de forma concorrente a todas as disposições do Código Florestal Brasileiro e demais legislações Federais pertinentes.

(a) LUCIANO PIZZATTO

Apoiamento: Anibal Khury, Antônio Annibelli, Renato Adur, Luis Carlos Alborghetti, Nereu Carlos Massignan, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Ezequias Losso, Tadeu Lúcio Machado, Dirceu Manfrinato, Neivo Beraldin, Hermas Brandão, Sabino Campos, Orlando Pessuti, José Felinto, Cândido Bastos, Quiélse Crisóstomo, Brondi Silvério e José Afonso Júnior.

JUSTIFICATIVA:

Com a aprovação da nova Constituição Brasileira, através do art. 23, inciso VII, os Estados e Municípios recuperaram seu direito de legislar sobre a floresta e outras atividades correlatas, concorrentemente às normas da União.

A Constituição Estadual ratificou este direito, definindo os princípios básicos para a conservação da natureza e explora-

ção florestal, em especial nos seus artigos 12, incisos VI e VII, e 13, inciso VI, além de outras disposições específicas.

Desta forma, torna-se necessário a criação de uma Lei Florestal do Estado do Paraná, que considere os aspectos regionais das nossas florestas nativas e exóticas, além de garantir os princípios básicos de proteção, manejo correto e estímulo ao replantio de novas florestas, dentro dos princípios básicos do Código Florestal Brasileiro, Lei 4.771 de 15 de setembro de 1965, com as alterações subsequentes e demais disposições da União e leis correlatas.

Na oportunidade de se fazer uma lei de florestas, específica para nosso Estado, não podemos cometer o equívoco do controle e fiscalização, sem o devido equilíbrio com o fomento e a extensão, tratando a floresta como um fator de produção da propriedade agrícola, livre e equivalente à agricultura e pecuária, sem descuidar da sua interação ecológica, mantendo a qualidade de vida, da água à atmosfera.

Os princípios definidos na legislação federal, podem ser complementados de forma a gerar mecanismos eficientes ao nosso Estado, cientes da dinâmica do tema e da necessidade de garantias para uma atividade que envolve a dedicação de décadas ou até mesmo séculos para sua colheita.

Um capítulo especial para as unidades de conservação, dentro dos mais modernos estudos sobre o assunto, garante que a lei de florestas poderá gerar equilíbrio entre o uso e a preservação das nossas florestas.

Na análise do conteúdo desta lei, deve ser observado que o radicalismo não gera a condição básica de manejo dos recursos naturais renováveis, e que é necessário uma imensa dose de bom senso e equilíbrio, para que a lei torne-se justa e aplicável.

A adoção em seu texto de mecanismos de estímulo objetiva também manter a capacidade florestal do Estado, além de gerar recursos futuros com a colheita das nossas florestas a serem plantadas e recursos imediatos ao Estado e Município, através da taxa de recursos florestais.

Torna-se necessário que o Estado, empresários agricultores e comunidade somem esforços, cada um dedicando um pouco de si, para que tenhamos uma Lei Florestal que não seja base da sistematização de proibição, mas sim, a base de um uso normal, de proteção coletiva e de visão de perpetuidade que as florestas exigem.

PROJETO DE LEI N° 325/89
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Ficam isentas do pagamento de Imposto sobre as Operações relativas à Circulação de mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) as prestações de serviços de Transporte Rodoviário de passageiros realizado por veículos registrados na categoria de aluquel (taxi).

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.11.89

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

JUSTIFICATIVA:

A Lei nº 8933, de 26 de janeiro de 1989, determina:

"Artigo 3º - Ocorre o fato gerador:

...

IX - na prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal."

Senhores Deputados.

É obrigação desta casa, verificada a impossibilidade da aplicação da lei, rever os procedimentos legislativos anteriormente adotados.

O dispositivo vigente da Lei nº 8933/89 é inexecutável pelas razões que passo a aduzir:

1º - sendo o ICMS um imposto indireto, o ônus financeiro recai sobre o usuário ou consumidor;

2º - inexistente a condição de se antever a ocorrência do fato gerador;

3º - após quase um ano da edição da lei, não existe regulamentação para o recolhimento do imposto, face à sua complexidade.

Vejamos em caso prático:

O passageiro recém chegado à rodoviária entra em um taxi e solicita que o motorista o conduza até o bairro Boqueirão.

A dirigir-se ao local solicitado, nota-se que a residência do passageiro se localiza além da ponte do Rio Iguaçu, em consequência, no município de São José dos Pinhais.

Pela lei em vigor, o pagamento do serviço deveria ser:

1º - até a ponte do Rio Iguaçu o constante no taxímetro;

2º - da ponte do Rio Iguaçu, até a residência do passageiro, o valor resultante do preço desse percurso, acrescido do valor do ICMS.

Vê-se, em consequência, a impossibilidade total de cobrança do citado imposto, motivo pelo qual se pede sua isenção.

PROJETO DE LEI Nº 326/89

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Artigo 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação de Desenvolvimento Comunitário Integrado de Farol", com sede e foro no Distrito de Farol.

Artigo 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.11.89

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Desenvolvimento Comunitário Integrado de Farol, congrega todos os moradores do Distrito Administrativo de Farol, situados na sua área de abrangência, que venham a se integrar no seu plano estatutário, apoiando suas legítimas aspirações, pugnando por seus interesses e direitos.

Sociedade civil, sem fins lucrativos, apartidária, autônoma em suas decisões, a Associação supra-mencionada dedica-se desde a sua fundação, 03 de outubro de 1985, a estimular o espírito de solidariedade e cooperativismo entre os moradores da região e sócios que a constituem, no sentido de desenvolvimento e conquista na condição de vida dos mesmos e da comunidade como um todo.

A finalidade essencial e básica desta instituição é promover o crescimento organizacional do seu lugar de atuação, através da realização de obras e melhoramentos, com recursos próprios ou obtidos por doação ou empréstimos, destinados a proporcionar além da integração comunitária, atividades econômicas, culturais e desportivas aos seus associados e dependentes.

Reconhecê-la como sendo de Utilidade Pública, implica intrinsecamente em reconhecer o próprio espírito de fraternidade e união como útil e imprescindível para o alcance de uma sociedade melhor organizada, ciente de seus direitos e compromissada com o dever.

Longe de ser apenas mais uma entidade cartorial, a Associação de Desenvolvimento Comunitário Integrado de Farol, têm realizado na prática, um trabalho exemplar, na verdade, sem precedentes na região onde atua.

Considerando-se o exposto, temos a certeza de que nossos nobres Pares nesta Casa, homens cientes da importância da organização popular, somarão conosco nesta iniciativa.

PROJETO DE LEI Nº 327/89

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade

Pública a "Sociedade Beneficente e Recreativa do Ex-Guarda Civil do Paraná", com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.11.89

(a) ERONDY SILVEIRO

JUSTIFICATIVA:

A Sociedade Beneficente e Recreativa do Ex-Guarda Civil do Paraná, que responde pela sigla "S.B.R. do Ex-G.C." nasceu da fusão da Sociedade Beneficente União da Guarda Civil do Paraná e do Centro Social da Guarda Civil do Paraná (já extintas pelo Decreto Federal nº 1.072/69).

A entidade é pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro em nossa Capital. E com caráter eminente assistencial e recreativo.

Através dela procura-se promover e destacar publicamente o trabalho heróico desempenhado pelos integrantes da extinta Guarda Civil do Paraná na prevenção e repressão ao crime junto à comunidade.

A "S.B.R. do Ex-G.C." presta aos seus associados assistência econômico-financeira (mediante a concessão de empréstimos reembolsáveis parceladamente), recreativa (promoção de excursões, intercâmbios culturais e recreativos com sociedades congêneres), judiciária (em processos criminais e administrativos referentes de atos resultantes do exercício de função pública) e de previdência (auxílio funerário pago ao cônjuge do associado falecido).

Pelo exposto, vemos que a citada entidade presta relevantes e necessários auxílios aos seus associados. E por tais motivos estamos convictos que a nossa medida aqui proposta merece o apoio dos nobres Pares desta Augusta Casa de Leis por ser justa àqueles que nunca titubearam diante do perigo de perderem suas vidas para defenderem o patrimônio e a vida de seus semelhantes.

PROJETO DE LEI Nº 328/89

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Paraná ao senhor Jorge Aloysio Weber.

Art. 2º - Ficam concedidos os títulos de Cidadão Benemérito do Paraná aos senhores Carlos Alberto Pereira de Oliveira, George Christofis, Rubens Armando Brustolin, José Alberto Pereira Ribeiro e Arnaldo de Mello Arantes.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.11.89

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

JUSTIFICATIVA:

A iniciativa que pretendemos ver aprovada nesta Casa, guarda estreita relação com o próprio desenvolvimento econômico do Estado do Paraná, bem como com a qualidade de vida de sua população.

Dotados de amplos méritos e de formação cultural e política inatacáveis, todos os homenageados vêm prestando inestimáveis serviços a este Estado, em suas respectivas áreas de atuação.

Entre todos, o único nascido fora do Paraná é o homenageado com o título de Cidadão Honorário, senhor Jorge Aloysio Weber, que desde 1981, vem prestando seu empenho à melhoria deste Estado.

Industrial, contabilista, jornalista e professor, Jorge Weber nasceu, a 16 de março de 1928, em Passo Fundo, Rio Grande do Sul.

No Paraná, foi membro do Conselho do CEAG/PR, membro do COIND, Vice-Presidente do CIEE/PR, membro do Conselho da RFFSA, membro do Conselho de Contribuintes do Estado do Paraná e, consecutivamente, Secretário, Vice-Presidente e Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná.

Pode-se intuir que, no exercício de todas as missões acima descritas, o homenageado tenha tido a possibilidade de contribuir enormemente para o incremento da capacidade produtiva de tão importante segmento econômico, com todas as consequências advindas de tal fato.

Cremos, então, que tais méritos justificam plenamente a concessão do título pretendido, o que viria denotar uma justa retribuição aos serviços que Jorge Aloysio Weber prestou e, com ceteza, ainda continuará prestando a esta terra.

O segundo homenageado, agora com o título de Cidadão Benemérito, é o senhor Carlos Alberto Pereira de Oliveira, nascido nesta cidade de Curitiba, a 28 de fevereiro de 1915. Casado com a senhora Clarice Vidal de Oliveira, tem três filhos e seis netos.

Iniciou seus estudos no Rio de Janeiro, findando por graduar-se em Medicina, profissão que exerceu por longos anos, fato coroadado com a construção do Hospital da Cruz Vermelha Brasileira - Filial do Paraná, durante sua permanência na Secretaria desse órgão.

Como industrial, exerceu o cargo de Vice-Presidente da Cia. de Anagem de Curitiba, por doze anos e, nas atividades comerciais, foi membro do Conselho de Administração da Ancora Comercial S.A., tendo sido seu Presidente, Diretor da Guaira Motores, e consecutivamente membro do Conselho Consultivo da Ancora e Superintendente da Cipar Representações Comerciais Ltda.

Sua intensa participação social na vida do Estado reflete-se nos cargos exercidos, dentre os quais ressaltam: as Presidências da Sociedade Hípica Paranaense, do Clube do Comércio, do Rotary Club Curitiba, do Conselho Deliberativo do IPAG - Instituto de Assistência Gerencial à Pequena e Média Empresa, do Centro de Comércio Exterior do Paraná (por duas vezes), do Conselho de Representação do Projeto Rondon, do Sindicato dos Representantes Comerciais do Paraná e do Conselho de Representações Comerciais do Paraná; também foi membro do Conselho de Administração do BANESTADO, Delegado do Ministério da Indústria e Comércio no Estado do Paraná, Vice-Presidente do Conselho Federal dos Representantes Comerciais do Brasil e, consecutivamente, Vice-Presidente e Presidente da Associação Comercial do Paraná, findando por ser declarado Doutor Honoris Causa da Universidade Federal do Paraná, da qual foi também membro dos Conselhos de Administração e Universitário.

Atualmente, é membro da Junta Governativa da ACARPA, Vice-Presidente da Confederação das Associações Comerciais do Brasil, membro do Conselho de Investimentos e de Administração do Banco de Desenvolvimento do Paraná - BADEP e Presidente da Federação das Associações Comerciais do Paraná.

O homenageado seguinte, senhor George Christofis, filho de pais gregos, nasceu a 2 de fevereiro de 1930, na cidade de Paranaguá, tendo casado com a senhora Mirtes Anjolita Appel Christofis, com dois filhos, também casados.

Formou-se em Farmácia pela Universidade Federal do Paraná e, posteriormente, em Direito, pela Faculdade de Direito de Curitiba e, nos dois cursos de graduação superior, teve oportunidade de exercer ação política, primeiramente na Associação Acadêmica 20 de Janeiro e posteriormente, na qualidade de fundador do Diretório Acadêmico Clotário Portugal, tendo, ainda, representado nosso Estado no Congresso Nacional de Estudantes, ocorrido em Goiânia, em 1953. Ressalte-se que, já a essa época, tinha sido Aspirante da Reserva, na Arma de Artilharia.

É Cidadão Honorário de Guarapuava, de Curitiba e de Ponta Grossa, recebeu Diploma de Colaborador Emérito do Exército e é Membro Honorário da Força Aérea Brasileira, tendo sido condecorado pela Sociedade Nacional do Mérito Cívico com a Medalha dos Inconfidentes, no grau de Comendador.

Foi eleito Delegado-representante junto à Federação do Comércio Varejista do Estado do Paraná, cargo para o qual foi reeleito por um novo biênio. Também por dois biênios, elegeu-se como membro efetivo do Conselho Fiscal do Sindicato do Co-

mércio Varejista de Produtos Farmacêuticos do Estado do Paraná. Desde o ano de 1968, vem sendo reeleito Presidente deste mesmo Sindicato, o que demonstra sua pujança no exercício da função.

Extremamente ligado ao comércio varejista, foi Vice-Presidente da Federação do Comércio Varejista deste Estado, durante o triênio de 1968/1971, tendo sido reeleito para novo triênio e como tinha suas atividades ligadas à área do comércio, foi membro do Conselho Regional do SENAC/PR, de 1969 a 1974, época em que pode exercer interinamente, tanto a Presidência da Federação, quanto a do Conselho Regional do SENAC.

Foi também Vice-Presidente da Associação Brasileira do Comércio Farmacêutico por quatro vezes, do Centro do Comércio Varejista, do Centro do Comércio Exterior, membro nato dos Conselhos: Consultivo da Política Industrial e Comercial do Paraná e do Desenvolvimento Econômico e Social do Paraná.

Atualmente, promove atividades como Presidente da Federação do Comércio Varejista, do Conselho Regional do SENAC e do Sindicato do Comércio Varejista de Produtos Farmacêuticos, entre outras tantas, não menos importantes.

Rubens Armando Brustolin, o outro homenageado, como todos os demais, também vem exercendo importantes cargos nas demais diversas atividades, desde 1942. Contabilista, Administrador e Financista, é membro do Sindicato dos Representantes Comerciais do Paraná, entidade em que ocupou o cargo de Presidente por dois mandatos consecutivos, de 1969 a 1975.

No mesmo período, foi eleito e reeleito Presidente do Conselho Regional dos Representantes Comerciais, é Secretário do Conselho dos Representantes Comerciais do Paraná desde 1975, e é membro do Conselho Deliberativo da Associação Comercial do Paraná, desde 1970.

Em 1984 foi eleito Vice-Presidente da Associação Comercial do Paraná, cargo que ocupou até o início de 1987, ocasião em que se licenciou para assumir a Presidência da Federação do Comércio do Estado do Paraná e do SESC, por um período de três anos.

É de ressaltar-se que, anteriormente, participava como Diretor da Federação do Comércio do Estado desde 1962 e Conselheiro do SESC, desde 1976, bem como foi Diretor e Delegado-representante na Confederação Nacional do Comércio.

Representante do Paraná no Conselho Federal de Representantes Comerciais, é membro da Fundação da Universidade Federal do Paraná, do Conselho Superior da Campanha "SOS" da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba, do Conselho de Política Finan-

ceira do Estado do Paraná, do Conselho Consultivo da Política Industrial e Comercial do Paraná, do Centro de Comércio Exterior do Paraná e do Conselho Consultivo da FERROESTE. Desde 1986, vem exercendo o cargo de Presidente da Federação do Comércio do Estado do Paraná e do Conselho Regional do SESC.

José Alberto Pereira Ribeiro é natural de Curitiba, onde nasceu a 17 de outubro de 1946, tendo adquirido Graduação de Engenharia pela Universidade Federal do Paraná no ano de 1971.

No exercício de sua profissão, teve a oportunidade de contribuir de inúmeras maneiras, não só para o desenvolvimento deste Estado, mas também do vizinho Estado de Santa Catarina, ocupando sempre funções de extrema responsabilidade na área da Engenharia e tendo participado, assim, de um indescritível número de obras.

Foi eleito Diretor da Associação Paranaense dos Empreiteiros de Obras Públicas-APEOP, para um mandato de dois anos, sendo, na mesma época, aproximadamente, designado pelo Secretário dos Transportes para compor a Comissão do Sistema de Fiscalização de Obras.

Na mesma APEOP, além do já citado, exerceu também os cargos de Diretor do Setor de Transportes, de vice-Presidente e, finalmente, de Presidente. No Sindicato da Construção Civil do Estado do Paraná, foi Diretor, Presidente da Comissão de Obras Públicas e membro do Conselho Fiscal.

Na Câmara Brasileira da Indústria da Construção, foi representante do Sindicato da Indústria da Construção Civil e, subsequentemente, Diretor daquele Órgão. Membro do Conselho Consultivo do Sindicato Nacional da Indústria da Construção de Estradas, Pontes, Portos, Aeroportos, Barragens e Pavimentação-SINICON, também membro da Comissão da Construção Civil no Conselho Consultivo da Política Industrial e Comercial do Paraná-COIND, concomitantemente com o cargo de Presidente da Comissão da Construção Pesada e membro da Comissão do Lobby Empresarial.

Na Fundação de Estudos Sociais e Políticos dos Empresários do Paraná, foi membro fundador e, desde 1982, é membro do Rotary Club Curitiba Leste.

Presidente eleito para o mandato de 1986 a 1989, do Sindicato da Indústria da Construção de Estradas, Pavimentação, Obras de Terraplanagem em Geral no Estado do Paraná, também foi levado à Vice-Presidência da Associação Nacional das Empresas de Obras Rodoviárias.

Cavaleiro da Boca Maldita, membro da Coordenação Estadual da Defesa Civil-CEDEC, recebeu a Comenda de Honra ao Mérito da Cruz Vermelha Brasileira-filial do Paraná, além de participar de quase uma de-

zena de Encotros da Câmara Brasileira da Indústria da Construção.

Finalmente, Ariovaldo de Mello Arantes, que é natural de Castro, nascido a 15 de abril de 1924, Oficial da Reserva do Exército Brasileiro e Cirurgião Dentista. O homenageado foi Presidente do SINDIPAR por duas gestões e Diretor Sindical da Federação do Comércio.

Conselheiro do Serviço Nacional do Comércio-SENAC, do Serviço Social do Comércio-SESC, e por dez legislaturas Conselheiro da Universidade Federal do Paraná, também exerceu estas funções na Santa Casa de Misericórdia de Curitiba e no Conselho Administrativo Hospitalar do Hospital Erasto Gaertner.

Foi Vice-Presidente da Federação Nacional de Estabelecimentos de Saúde, da Federação Brasileira de Hospitais e da Associação dos Hospitais do Estado do Paraná, cargo que exerceu até o presente ano, quando foi eleito Presidente desta Entidade para o triênio 1989/91.

Este grupo de Cidadãos, todos portadores de uma folha invejável de serviços prestados, uniram-se em mais um empreendimento nas suas já laboriosas vidas. Mas, este empreendimento seria o mais sério e o de maior alcance entre todos, uma vez que traria um grande avanço nas condições múltiplas que interagem na vida de um Estado.

Juntos, perceberam o nível de desarticulação dos empresários da livre iniciativa, o que implicava na dispersão dos princípios da liberdade empreendedora, da propriedade privada, do lucro e da responsabilidade individual, complementos necessários a um maior desempenho da cidadania, não só para a classe, mas também extensível a toda a população, por motivos mais do que perceptíveis.

E dessa consciência, surgiu a idealização e posterior concretização do Conselho Paranaense da Livre Iniciativa. Nasceu com uma proposta dinâmica, pois outra vinda de tais pessoas não poderia ser, de criar instrumentos pragmáticos no sentido de disseminar os princípios supracitados, além de coordenar e encaminhar os assuntos relacionados com a integração entre empresários, autoridades e comunidade e, finalmente, otimizar o uso dos recursos humanos, materiais e financeiros, disponíveis nas entidades representativas dos diversos segmentos econômicos.

Vale repetir a enumeração dos Princípios da Livre Iniciativa, por se traduzirem numa lição de seriedade de propósitos a ser seguida, a fim de se atingir um maior grau de liberdade social e democrática:

1º) O homem, como indivíduo a ser dotado de talento - sequer comparável ao de seu semelhante - somente consegue projetar

a sua personalidade se for livre para empreender, para acertar e para errar, porém sempre sob a sua responsabilidade.

2º) Empreender importa organizar a atividade econômica, a produção, com o objetivo não só de tornar acessíveis a todos os bens essenciais à sua subsistência, mas também de outorgar-lhes bens que elevem seu padrão e qualidade de vida. Como tal, é função laboriosa e difícil a exigir arrojo, determinação, vigilância e aptidão.

3º) O talento pessoal, por isso, é manifestação que diferencia os homens em termos de pendor de vocações, para exercer esta ou aquela atividade no convívio social.

4º) A responsabilidade individual da escolha pelo exercício da atividade econômica impõe aceitar, de um lado, eventual insucesso no desempenho empresarial e os mecanismos naturais de mercado para depurá-lo e, de outro, a propriedade privada e o lucro como elementos instigadores da eficiência produtiva e competitiva.

5º) O empreendedor responsável é, pois, quem articula e coordena o trabalho de obter bens para pessoa que, também e à sua vez, declaram livremente sua intenção de consumir e poupar.

6º) A forma de organização de produção da livre iniciativa assenta-se, então, sobre estes pilares: o trabalho, o consumo e a privação do consumo ou poupança. "Não pode haver capital sem trabalho nem trabalho sem capital", dissemina a doutrina social cristã desde Leão XIII.

7º) Deferir a um Estado presunçosamente supercompetente a tarefa de decidir sobre o que as pessoas necessitam é a negação do talento e da responsabilidade individuais. "Atribuir a um grupo, encastelado no poder, a resolução do que deva ou não ser feito com o produto do trabalho de todos é aniquilar a força criadora do indivíduo em construir seu próprio destino".

8º) E os indivíduos, cada qual com suas aptidões, se relacionam e integram sistematicamente em um mercado, que tanto pode ser um método de registro das preferências dos consumidores e da alocação de recursos produtivos quanto um instrumento de transmissão espontânea de conhecimento, através dos preços, quer do trabalho, quer dos bens.

9º) Assim, o sistema de livre iniciativa igualmente inacolhe manifestações de poder, associadas a grupos ou ao próprio Estado, que resultem em dominação de mercado por monopólios ou oligopólios de produção.

10) O sistema de livre iniciativa também repudia toda espécie de subsídios, de reservas de mercado, de proteção paternalista do Estado e de sua intervenção no domínio econômico, porque, além de embota-

rem a noção de risco e de responsabilidade empresariais, não se coadunam com os princípios da moralidade social, cujo nível está sempre e diretamente ligado ao desempenho da economia.

11) Somente uma sociedade que respeita os princípios da liberdade econômica consegue desfrutar dos benefícios da liberdade política, a que denominamos de democracia, porquanto permanentes estimuladoras da concorrência e da competência individuais, que aperfeiçoam crescentemente a qualidade de vida pela oferta de bens e serviços, privados ou públicos.

Do enunciado acima, retira-se uma proposta tendente a modernizar as relações sociais, ainda que estes princípios tenham sua aplicação idealizada em tempos antigos, o que não significa a perda de sua validade.

Não se pode dizer, então, que homens dessa cepa, disposto a sacrificarem seus afazeres pessoais para emprestarem suas contribuições a um projeto de tamanha relevância para toda a população, não mereçam uma contraprestação, justamente daqueles que representam esta mesma população beneficiada.

Estes, sucintamente, os motivos que nos levaram a tomar a iniciativa desta Proposição, para a qual pedimos o apoio e a conseqüente aprovação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N° 329/89
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Artigo 1º - Fica concedida a Alaíde Maria Brígido, viúva do ex-agente de reclusão Adalberto Gomes da Silva, uma pensão mensal, equivalente a 02 (dois) salários mínimos de referência.

Parágrafo Único - A pensão de que trata esta lei deixará de ser devida, caso a beneficiária venha a contrair novas núpcias.

Artigo 2º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, em 20.11.89.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Adalberto Gomes da Silva foi admitido na Penitenciária Central do Estado, PCE, no dia 18 de abril de 1986, portanto, há mais de três anos, a partir de quando começou a exercer a função de agente de reclusão.

No último dia 14, Adalberto foi vítima de um "estoque" e de um projétil de arma de fogo, quando, em conjunto com outros segurança tentava conter a rebelião de internos na Penitenciária Central do Estado.

Aos 39 anos de idade, Adalberto Gomes da Silva morreu, em pleno exercício profissional, resistindo à situação criada por centenas de presidiários que buscavam a fuga do presídio de Piraquara.

Adalberto, contudo, não teve jamais culpa por aquela situação e, como havia se proposto a fazer, quando aceitou o cargo de agente de reclusão, arriscou a própria vida afim de impedir a fuga de pessoas inabilitadas para viver na sociedade.

Colocou - podemos dizer - a sua vida em risco (e perdeu-a), na luta insana de tentar salvar a vida de muitas outras pessoas que em seus lares e nas ruas, são abordadas por marginais e delinquentes, da mais alta periculosidade, como os internos da Penitenciária Central do Estado.

A perda deste ente querido é injustificável e irreparável para a sua esposa, e sobretudo, para seus dois filhos que viram, repentinamente, sumir de dentro de casa a figura tão importante do pai e amigo.

Além da saudade, a dor e tristeza inerentes a este momento, concorrerá contrariamente ao restabelecimento da normalidade, na vida dessa família, a dificuldade financeira, imposta pela perda da figura paterna aliada à dificuldade e instabilidade econômicas em que se assenta o país, agravando ainda mais, a situação de vida dos mais humildes.

Não quer esta proposição ser piegas mas, fazer justiça, no mínimo que se pode, a uma família, cujo patriarca, descansou no exercício da função que o Estado lhe impôs; fazer justiça à família deste homem que, para o exercício íntegro e correto da atribuição que lhe foi confiada, colocou em patamar secundário sua segurança própria.

PROJETO DE LEI N° 330/89
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica instituída a SEMANA DO VOLUNTARIADO PARANAENSE, a ser comemorada entre os dias 24 a 30 de setembro de cada ano, na qual, o dia 27 fica estabelecido como data alusiva ao Voluntário do Paraná.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.11.89.

(a) ACIR MEZZADRI

JUSTIFICATIVA:

O voluntariado, como trabalho filantrópico, data de muitos séculos, tendo São Vicente de Paulo como precursor desta nobre atividade, o qual dedicou sua vida em benefício dos necessitados.

Hoje, os voluntários formam um contingente que, da mesma forma, dedicam suas

vidas em prol dos menos favorecidos, e, por serem anônimos, seu trabalho é tão pouco reconhecido.

Criando-se a semana e o dia alusivo ao voluntariado e, especificamente, ao Voluntário do Paraná, como aqui se pretende, sem dúvida será uma forma de incentivo, reconhecimento e valorização dos voluntários, não só de nosso Estado, mas de todo o País.

Projetos de Lei Complementar:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 322/89
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Ficam instituídas, na forma do artigo 21, da constituição do Estado, as Regiões Metropolitanas de Cascavel, Toledo e Foz do Iguaçu.

§ 1° - A Região Metropolitana de Cascavel constitui-se nos Municípios de: Cascavel, Corbélia, Cafelândia, Nova Aurora, Braganey, Guaraniaçu, Catanduvas, Três Barras do Paraná, Capitão Leônidas Marques, Boa Vista da Aparecida, Lindoeste, Santa Tereza, Campo Bonito, Céu Azul e Ibema;

§ 2° - A Região Metropolitana de Toledo constitui-se dos Municípios de: Toledo, Ouro Verde, Vera Cruz do Oeste, São José das Palmeiras, Assis Chateaubriand, Palotina, Marechal Cândido Rondon, Terra Roxa, Guaíra, Tupãssi, Jesuítas e Nova Santa Rosa;

§ 3° - A Região Metropolitana de Foz do Iguaçu constitui-se dos Municípios de: Foz do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu, São Miguel do Iguaçu, Matelândia, Medianeira, Missal, Santa Helena, Diamante D'Oeste.

Art. 2° - Nomear-se-á em cada Região Metropolitana um Conselho Deliberativo, presidido pelo Governador do Estado, e um Conselho Consultivo, criados por Lei Estadual.

§ 1° - O Conselho Deliberativo contará em sua composição, além do Presidente, com cinco (5) membros de reconhecida capacidade técnica ou administrativa, um dos quais será o Secretário-Geral do Conselho, todos nomeados pelo Governador do Estado, sendo um deles dentre os nomes que figurem em lista tríplice organizada pelo Prefeito da Sede e outro mediante indicação dos demais municípios integrantes da Região Metropolitana.

§ 2° - O Conselho Consultivo compor-se-á de um representante de cada município integrante da Região Metropolitana sob a direção do Presidente do Conselho Deliberativo.

§ 3° - Incumbe ao Estado prover, a expensas próprias, as despesas de manutenção do Conselho Deliberativo e do Conselho

Consultivo.

Art. 3º - Compete ao Conselho Deliberativo:

I - Promover a elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado da região Metropolitana e a programação dos serviços comuns;

II - Coordenar a execução de programas e projetos de interesse da Região Metropolitana, objetivando-lhes, sempre que possível, a unificação quanto aos serviços comuns;

Parágrafo Único - A unificação da execução dos serviços comuns efetuar-se-á quer pela concessão do serviço a entidade estadual, quer pela constituição de empresa de âmbito metropolitano, quer mediante outros processos que, através de convênio, venham a ser estabelecidos.

Art. 4º - Compete ao Conselho Consultivo:

I - Opinar, por solicitação do Conselho Deliberativo, sobre questões de interesse da Região Metropolitana;

II - Sugerir ao Conselho Deliberativo a elaboração de planos regionais e a adoção de providências relativas à execução dos serviços comuns.

Art. 5º - Reputam-se de interesse metropolitano os seguintes serviços comuns aos municípios que integram a Região:

I - Planejamento integrado do desenvolvimento econômico e social;

II - Saneamento básico, notadamente abastecimento de água e rede de esgotos e serviço de limpeza pública;

III - Uso do solo metropolitano;

IV - Transporte e sistema viário;

V - Urbanismo e habitação popular;

VI - Aproveitamento dos recursos hídricos e controle da população ambiental;

VII - Outros serviços que vierem a incluir-se na área de competência do Conselho Deliberativo.

Art. 6º - Os municípios da Região Metropolitana que participarem da execução do planejamento integrado e dos serviços comuns, terão preferência na obtenção de recursos estaduais, inclusive sob a forma de financiamentos, bem como de garantias para empréstimos.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20.11.89.

(a) DAVID CHERIEGATE

Apoio: Erondy Silvério, Werner Wanderer, Raul Lopes, Pirajá Ferreira e uma ilegível.

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei em tela deriva do art. 21, da Constituição do Estado, e inspira-se na experiência protagonizada pela União, que estabeleceu a região Metropolitana de Curitiba, de largo e profícuo desempenho sócio-administrativo.

A iniciativa, concretamente, pretende viabilizar o desenvolvimento harmônico e integrado dos municípios da Região Oeste do Estado, de crescente densidade populacional e franco progresso econômico, uniformizando as ações administrativas consentâneas às organizações das populações urbanas.

Objetiva ordenar a tarefa de minimizar os efeitos da acentuada expansão urbana, responsável pelos decréscimos da qualidade de vida, geradores dos desconfortáveis índices de miséria que vêm solapando, indiscriminadamente, toda a Nação.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 323/89

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

TÍTULO I

DA ORGANIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - O Município, unidade do território do Estado, é pessoa jurídica de direito público interno, dotado de autonomia política, administrativa e financeira, asseguradas pelas Constituições Federal e do Estado.

Art. 2º - Para fins administrativos, os Municípios podem subdividir-se em Distritos.

Art. 3º - Na denominação dos Municípios e Distritos é vedada:

I - a repetição de nomes de cidades ou vilas brasileiras;

II - a designação de datas, nomes de pessoas vivas e expressões compostas de mais de três palavras, excluídas as partículas gramaticais.

Art. 4º - A denominação de Municípios ou Distritos depende de lei estadual.

Parágrafo Único - A alteração do nome do Município ou do Distrito, bem como a mudança de sede, dependerão de representação conjunta da Câmara e do Prefeito e de consulta plebiscitária à respectiva população.

CAPÍTULO II

DA CRIAÇÃO DE MUNICÍPIOS

Art. 5º - A criação de Municípios poderá ocorrer mediante:

I - desmembramento do território de um Município;

II - fusão de parcelas de dois ou mais Municípios;

III - fusão da área territorial integral de dois ou mais Municípios, com a extinção destes.

Art. 6º - São condições para que um

território se constitua em Município, além das fixadas na Constituição do Estado, as seguintes:

I - apresentar distância não inferior a dez quilômetros entre o perímetro urbano de sua sede do Município de origem;

II - ter continuidade territorial e não interromper a de outro;

III - demonstrar que o fluxo das suas atividades econômicas propiciam a arrecadação de receitas tributárias compatíveis ao desempenho das funções que lhe incumbe;

IV - possuir população superior a cinco mil habitantes.

Art. 7º - A lei de criação do Município mencionará:

I - o nome;

II - as divisas, definidas segundo linhas geodésicas entre pontos bem identificados ou acompanhando acidentes naturais de acordo com memorial descritivo e mapa fornecidos pelo Instituto de Terras Cartografia e Florestas.

Parágrafo Único - Somente serão criados Municípios até o sexto mês do ano que antecede as eleições municipais.

Art. 8º - A criação de Distritos far-se-á por lei estadual, mediante representação da Câmara, pelo voto favorável de 2/3 de seus membros, obedecidas as seguintes condições:

I - população superior a mil habitantes no território;

II - existência, na sede, de pelo menos cinquenta casas;

III - delimitação da área, com a descrição das respectivas divisas, definidas na forma do inc. II do art. 7º.

Parágrafo Único - A comprovação dos requisitos dos incisos I e II será efetuada certidões do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

CAPÍTULO III

DA FUSÃO, INCORPORAÇÃO E DESMEMBRAMENTO DE TERRITÓRIO

Art. 9º - A transferência de área territorial de um para outro Município depende de lei estadual, após a comprovação dos requisitos e a observância das formalidades estabelecidas neste capítulo.

Art. 10 - O processo de transferência, referido no art. anterior, terá início com a representação dirigida à Assembléia Legislativa, de forma que se comprove o benefício sócio-econômico, acompanhada de mapa descritivo das divisas, segundo linhas geodésias entre pontos identificados ou seguindo acidentes naturais, subscritas por cem eleitores, no mínimo, residentes na respectiva área, com firmas reconhecidas e atestado de residência expedido por autoridade policial competente.

Parágrafo Único - Cumprirá à Assem-

Curitiba, segunda, em 20.11.89

bléia Legislativa certificar-se de que o Município remanescente manterá os requisitos mínimos exigidos para a criação de Municípios.

Art. 11 - A transferência de área, de que trata o art. 9º, dependerá sempre de aprovação das Câmaras dos Municípios que sofrerem diminuição de seus territórios, através de resolução aprovada, no mínimo, pela maioria absoluta dos membros.

Art. 12 - Instruído o processo, a Assembléia Legislativa deliberará sobre a realização do plebiscito de consulta à população residente na área.

§ 1º - O plebiscito será considerado favorável se, no mínimo, a maioria dos 50% (cinquenta por cento) dos eleitores inscritos da área opinarem pela transferência.

§ 2º - Sempre que o resultado do plebiscito for desfavorável à transferência territorial, a proposta será arquivada, não podendo ser renovada na mesma legislatura da Assembléia Legislativa.

Art. 13 - A transferência territorial de que trata esta lei, em ano de eleições municipais somente se realizará até o sexto mês precedente.

Art. 14 - Aplicam-se às áreas transferidas, no que couber, as disposições dos artigos 20 e 23.

CAPÍTULO IV

DA INSTALAÇÃO DO MUNICÍPIO

Art. 15 - A instalação do Município far-se-á por ocasião da posse do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores.

Art. 16 - Os Vereadores, por convocação e sob a presidência da autoridade judiciária da Comarca, reunir-se-ão para posse e instalação da Câmara.

§ 1º - Instalada a Câmara esta procederá à eleição de sua Mesa, sob a presidência do Vereador mais idoso.

§ 2º - Procedida a eleição e posse da Mesa, o Prefeito e Vice-Prefeito, em seguida, tomarão posse perante a Câmara.

Art. 17 - Instalado o Município, deverá o Prefeito, no prazo de sessenta dias, remeter à Câmara:

I - a proposta orçamentária para o respectivo exercício;

II - o projeto de lei de organização dos serviços da Prefeitura;

III - o projeto de lei do quadro de pessoal, com os respectivos vencimentos.

Parágrafo Único - Se o Prefeito omitir-se na providência determinada no inciso I deste artigo, a Câmara tomará por base o orçamento do Município de origem, observada para a previsão da receita e fixação da despesa a proporcionalidade quanto à receita e despesas havidas quando na condição de Distrito.

Art. 18 - Salvo o disposto no artigo anterior, vigorará no novo Município, no que couber a legislação:

I - do Município de origem, em caso de simples desmembramento;

II - do Município de maior população, em caso de território desmembrado de dois ou mais Municípios.

Art. 19 - O território do novo Município continuará a ser administrado, até a sua instalação, pelo Prefeito do Município ou Município de que foi desmembrado.

Art. 20 - Os bens e serviços municipais situados no território desmembrado passarão à propriedade do novo Município, na data de sua instalação, independentemente de indenização.

Art. 21 - Durante o período compreendido entre a criação e a instalação do Município, a contabilidade de sua receita e despesa será processada em separado pela Prefeitura do Município ou Municípios de que se desmembrou.

§ 1º - Em dez dias úteis à instalação do novo Município, a Prefeitura responsável pela contabilidade entregará àquele os livros e documentos de escrituração contábil e a respectiva prestação de contas, para fins de controle interno e externo.

Art. 22 - O novo Município indenizará o saldo das dívidas contraídas e vencíveis após a sua criação, que decorram de obras e serviços que beneficiaram apenas o seu território.

Art. 23 - Os imóveis e instalações que constituírem parte integrante e inseparável de serviços industriais utilizados pelos Municípios originários e originados, serão administrados e explorados conjuntamente como patrimônio comum, na proporção de utilização respectiva dos serviços, firmando-se consórcio para tal fim. Quando só servirem ao Município de que se desmembrou continuarão a pertencer-lhe.

CAPÍTULO V DISPOSIÇÃO FINAL

Art. 24 - Esta lei complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.11.89.

(a) DAVID CHERIEGATE

Apoiamento:

Erondy Silvério, Raul Lopes, Pirajá Ferreira e uma ilegível.

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei complementar em tela, objetiva regulamentar o art. 19, da Constituição do Estado do Paraná.

No intuito de preservar o movimento municipalista, de profícuos e benéficos resultados no processo de desenvolvimento de nosso Estado, pouco ou nada alterou-se da Lei Complementar n. 27 que disciplinava

a matéria até a promulgação do texto constitucional em vigor.

É de supor que, à aprovação deste projeto, manter-se-á incólume as iniciativas municipalistas, alargando-se, ao menor rigor de umas poucas exigências, a consecução de novos Municípios, já consagrada pelos resultados desenvolvimentistas que observamos concretizarem.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 324/89

A Assembléia Legislativa

do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aprovada a Lei Complementar dos Serviços de Transporte de Passageiros do Estado do Paraná.

CAPÍTULO I DA COMPETÊNCIA

Art. 2º - O serviço público de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros será executado pelo Estado ou outorgado, na forma desta Lei, a empresas particulares, aqui denominadas transportadoras.

Art. 3º - Não está sujeito às disposições desta Lei, o serviço realizado sem objetivo comercial, por entidade pública ou particular.

Art. 4º - Compete ao Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná, daqui por diante denominado DER/PR executar ou planejar, outorgar e fiscalizar a execução dos serviços de que trata esta Lei quer em rodovias federais, estaduais ou municipais.

CAPÍTULO II DAS DEFINIÇÕES

Art. 5º - Para efeito de interpretação desta Lei entende-se por:

1 - BAGAGEIRO: compartimento destinado exclusivamente ao transporte de volumes ou bagagens, com acesso pela parte externa do veículo;

2 - BILHETE DE PASSAGEM: documento que comprova contrato de transporte com o adquirente;

3 - COEFICIENTE DE UTILIZAÇÃO: relação entre os lugares ocupados e os lugares oferecidos;

4 - CONDIÇÕES EXCEPCIONAIS DE DEMANDA: oscilação sensível do número de passageiros em razão de circunstâncias temporárias ou ocasionais;

5 - COMPOSIÇÃO TARIFÁRIA: conjunto de fatores que incidem na fixação do custo da tarifa de transporte;

6 - CONCORRÊNCIA RUINOSA: aquela capaz de reduzir o coeficiente de utilização abaixo do estabelecido na composição tarifária;

7 - CONEXÃO DE LINHAS: realização de viagem em mais de uma linha com o mesmo

veículo ou não e vendas simultâneas de passagens correspondentes as linhas conectadas;

8 - DEMANDA: volume de procura de serviço de transporte;

9 - FAIXA DE HORÁRIO: determinação de horário de partida a cada transportadora na ligação efetuada por mais de uma, com resguardo de intervalo mínimo entre elas e estabelecimento de vagas para ampliação de frequência de cada transportadora;

10 - FREQUÊNCIA: número de viagens em cada sentido, numa linha;

11 - HORÁRIO: momento de partida e chegada, determinada pelo órgão concedente;

12 - ÍNDICE DE DESEMPENHO: o "índice de desempenho" é a relação entre a soma de quilometragem dos percursos diários, constantes dos certificados de concessão e a "idade média" dos veículos - ônibus da frota acrescida da somatória ponderada das multas aplicadas à transportadora, tudo isso dividido por cem;

13 - ÍNDICE DE LIQUIDEZ: relação entre o patrimônio líquido e o exigido, tomada para um determinado período;

14 - ITINERÁRIO: via percorrida na execução do serviço, podendo ser definido por código de rodovia, nome de localidade à sua margem ou ponto geográfico conhecido;

15 - LETREIRO INDICATIVO: letreiro existente no pára-brisa do veículo, contendo indicação do serviço e iluminado internamente à noite;

16 - LINHA: ligação regular entre duas localidades que são pontos terminais, por itinerário, seccionamento e horários definidos;

17 - LINHAS METROPOLITANAS: são as linhas intermunicipais que ligam dois pontos, um dos quais absorve, parcialmente, o mercado de trabalho do outro;

18 - MERCADO INTERMEDIÁRIO: núcleo de população localizado ao longo de itinerário de linha, sem que constitua seus pontos terminais;

19 - NÚCLEO: povoado;

20 - PERCURSO: distância percorrida na execução da linha;

21 - PONTO DE APOIO: local para prestação de serviço de manutenção e socorro de veículo ou troca de tripulação;

22 - PONTOS TERMINAIS: locais onde se inicia e se completa a viagem de linha;

23 - PONTO DE PARADA: local de parada obrigatória na localização de viagem;

24 - PONTO DE SEÇÃO: limite de trecho compreendido pela seção;

25 - SEÇÃO: serviço autorizado em trecho de itinerário, configurado no documento de outorga, com fracionamento do preço de passagem;

26 - TARIFA: preço fixado para o

transporte de passageiros;

27 - TEMPO DE VIAGEM: tempo de duração total da viagem, computando-se o tempo de percurso e os de parada;

28 - VIAGEM DIRETA: viagem executada com seção única;

29 - VIAGEM ESPECIAL: serviço eventual ou contínuo, sem caráter de linha regular;

30 - VIAGEM MÚLTIPLA: viagem total da linha em horário autorizado na outorga, além da viagem ordinária;

31 - VIAGEM ORDINÁRIA: viagem total da linha no cumprimento de horário outorgado;

32 - VIAGEM EXTRAORDINÁRIA: viagem da linha em horário diferente dos outorgados, quando a transportadora for exclusiva na ligação ou nas faixas determinadas quando houver mais de uma transportadora efetuando a mesma ligação;

33 - VIAGEM PARCIAL: viagem executada em parte do itinerário pela transportadora mediante autorização do DER/PR;

34 - VIAGEM SEMI-DIRETA: viagem executada com mais de uma seção em linhas seccionadas excluindo-se parte do seccionamento intermediário;

35 - VIAGEM REFORÇO PARCIAL: viagem eventual executada em parte de itinerário, em horário de viagem ordinária, mediante comunicação ao DER/PR.

CAPÍTULO III

DO PLANEJAMENTO E DA IMPLANTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Art. 6º - Para execução dos serviços previstos nesta Lei mediante outorga, o DER/PR, visando o interesse público, elaborará um Plano competente, divulgando-o amplamente.

Art. 7º - O Plano de que trata o artigo anterior, deverá obrigatoriamente, discriminar todas as linhas ou ligações existentes e estabelecer critérios para a implantação das ligações futuras, obedecendo os dispositivos previstos nesta Lei.

Parágrafo Único - Este Plano poderá ser revisto ou adaptado a critério do DER/PR, de modo a satisfazer as necessidades públicas.

Art. 8º - As diretrizes básicas para a implantação do Plano de que trata o artigo 6º para a outorga dos serviços, serão definidas pelo exame conjunto dos seguintes fatores:

I - real necessidade de transporte devidamente verificada por levantamentos estatísticos e censitários, adequados e periódicos;

II - possibilidade de exploração economicamente suficiente, aferida pelo coeficiente de utilização adotado na composição tarifária;

III - consideração do mercado de outros serviços, já em execução, outorgados pelo DER/PR ou nos limites das respectivas

competências, por órgão federal ou municipal.

Art. 9º - Considerar-se-á atendido o mercado de transporte quando o coeficiente de utilização do serviço existente, verificado mediante procedimento estatístico, não for superior de 20% (vinte por cento) ao estipulado na composição tarifária;

§ 1º - quando não atendido o mercado, será elevado o número de transportadoras que o exploram, obedecido o critério de outorga desta Lei;

§ 2º - quando condições excepcionais derem causa a maior demanda, o DER/PR autorizará a execução de viagem extraordinária, observada a tarifa vigente e horários pelo poder concedente;

§ 3º - quando condições excepcionais derem causa a maior demanda em parte do seccionamento da linha e a transportadora for exclusiva no seccionamento ou com prévia autorização do DER/PR poderá a mesma executar viagem Reforço Parcial para suprir as necessidades, mediante emissão de comunicado, observando a tarifa vigente e os horários de viagens ordinárias.

CAPÍTULO IV

DA OUTORGA DOS SERVIÇOS

Art. 10 - Os serviços para linha regular serão outorgados sob forma de concessão, mediante concorrência pública, para atender a implantação do Plano que trata o artigo 7º ou no cumprimento do Parágrafo Primeiro do artigo 9º.

Art. 11 - A concorrência será realizada decorrido o prazo mínimo de trinta (30) dias contados da primeira publicação do resumo do Edital no Diário Oficial do Estado, contendo indicação aos interessados, para a obtenção do texto integral e demais informações.

Parágrafo Único - Elaborado o Plano de que trata o artigo 6º, somente as ligações ou linhas que atendam aos critérios fixados pelo Plano, poderão ser outorgadas, mediante concorrência pública.

Art. 12 - O Edital de concorrência conterá:

I - Local, dia e hora da realização da concorrência;

II - indicação da autoridade que receberá as propostas;

III - Local onde serão prestadas as informações sobre a concorrência;

IV - disposições de apresentação da proposta;

V - valor, forma e restituição de caução;

VI - características da ligação com especificação de:

a) número de transportadoras para exploração;

b) número de veículos necessário à

operação;

c) itinerário;

d) seções;

e) pontos terminais e de paradas;

f) extensão da linha;

g) frequência;

h) condições de piso da estrada;

i) tipo de serviço.

VII - capital integralizado mínimo;

VIII - condições mínimas de guarda e manutenção do equipamento, inclusive de serviços mecânicos próprios ou contratados com capacidade para atender a frota nos pontos terminais e, quando exigido, em pontos de apoio;

IX - prazo máximo para início dos serviços;

X - outras condições visando maior eficiência e comodidade dos serviços;

XI - critério para julgamento da concorrência.

Crítérios explícitos de julgamento da concorrência observado o disposto no artigo 13 (décimo terceiro), consideradas as seguintes condições:

a). a concorrente execute ligações entre os terminais como seção de linha;

b). a concorrente execute linha entre os terminais por outro itinerário;

c). a concorrente percorra maior extensão como seção de linha;

d). a concorrente execute linha intermunicipal em parte do itinerário previsto;

e). a concorrente execute linha municipal em parte do itinerário a mais de dois (2) anos.

f). índice de desempenho.

Parágrafo Único. Serão eliminadas da concorrência as transportadoras que deixarem de apresentar qualquer um dos documentos exigidos no edital ou apresentarem informações incompletas ou de interpretação duvidosa.

Art. 13 - Será considerada vencedora da concorrência, a transportadora que apresentar maior número de pontos nos critérios de julgamento previstos no art. 12, item XI.

Parágrafo Único. Ocorrendo empate na contagem final de pontos, será proclamada vencedora a concorrente que satisfaça melhor as condições de precedência dos itens constantes do inciso XI do art. 12, desta lei.

Art. 14 - A concessão dar-se-á pelo prazo de 10 (dez) anos e será objeto de contrato, do qual observadas as normas desta lei, constarão obrigatoriamente, cláusulas que determinem:

I - identificação das partes;

II - característica da linha com especificação de:

a. número de veículos necessários para a operação;

b. terminal de linha;

- c. itinerário e percurso;
- d. seções;
- e. frequência de viagem;
- f. restrição existente;

III - valor do investimento mínimo;

IV - atendimento pela transportadora de requisição do DER/PR para garantir operação de serviços em caso de suspensão temporária ou cassação de outras linhas, bem como, para satisfazer condições de maior demanda, conforme o § 2º do art. 9º.

V - utilização de bens da transportadora, mediante requisição do DER/PR para garantir a continuidade dos serviços em caso de cassação da linha;

VI - valor da caução;

VII - demais condições operacionais e legais;

VIII - cláusula proibitiva do uso de fumo nos veículos;

IX - fôro.

§ 1º - Para assinatura do contrato, a transportadora deverá apresentar:

1 - apólice do seguro de responsabilidade civil obrigatória;

2 - apólice do seguro de acidentes pessoais;

3 - certificado do registro e vistoria dos veículos;

4 - documentos autorizando ponto de embarque e desembarque nos terminais e ponto de parada que já sejam homologados ou termo de responsabilidade da concorrência que atenderá os requisitos mínimos exigidos no prazo de trinta (30) dias, da data de assinatura do contrato;

5 - outros documentos exigidos por Lei ou pelo DER/PR.

§ 2º - A não apresentação desses documentos implicará na sua automática desclassificação, convocando-se aquela que, na concorrência, classificou-se imediatamente após.

Art. 15 - Firmado o contrato, o DER/PR expedirá ordem para o início dos serviços e fornecerá o respectivo certificado de concessão, para manutenção obrigatória nos terminais, agências e no interior dos veículos;

§ 1º - O certificado de concessão conterá as seguintes especificações:

a. nome da transportadora;

b. número do seu registro junto ao DER/PR;

d. horários de partida e de chegada nos terminais e pontos de seção e de parada;

e. restrição existente.

§ 2º - A concessão será prorrogada em aditamento por períodos de dez (10) anos, a requerimento da transportadora, que deverá dar entrada no DER/PR até noventa (90) dias antes do seu término, mediante documentação exigida por lei ou pelo DER/PR e decisão favorável do órgão conce-

dente.

Art. 16 - A concessão é condicionada a uma carência de dois (02) anos, computado no prazo global, durante o qual será observada a capacidade administrativa e técnico-operacional da transportadora.

§ 1º - Comprovada a incapacidade administrativa e/ou técnico-operacional, em processo regular, a concessão ficará resolvida com perda de caução e sem direito a indenização de qualquer espécie.

§ 2º - Durante o período de carência e mediante autorização do DER/PR, poderá ser transferida para outra transportadora, participante da concorrência, cuja concessão seja objeto da transferência, por ordem de classificação.

Art. 17 - Vencido o prazo de carência da concessionária, poderá a mesma, mediante autorização do DER/PR, transferir a concessão a terceiros, desde que ocorra a venda concomitante de veículos, instalações e equipamentos correspondentes, ficando a sucessora na sua nova concessão, sujeita ao disposto no art. 16.

Art. 18 - No período de vigência do contrato, não será permitido nenhum tipo de paralisação dos serviços, salvo nas hipóteses previstas nesta lei para este caso.

§ 1º - A requerimento da transportadora, poderá ser cancelada a linha, ficando automaticamente extinto o Contrato de Concessão.

§ 2º - No cancelamento ou rescisão contratual, poderá o DER/PR, autorizar, provisoriamente, outra transportadora para atender o mercado até a realização de concorrência pública.

Art. 19 - Na mesma ligação, pelo mesmo itinerário, não poderão ser concessionárias transportadoras com veículo de interdependência.

Parágrafo Único. Configurar-se-á interdependência quando:

I - uma das transportadoras, por si, seus sócios, cônjuges ou filhos menores, for titular de mais de cinquenta por cento (50%) do capital da outra;

II - a mesma pessoa exerça, simultaneamente, nas transportadoras, função de direção, seja qual for o título ou denominação.

Art. 20 - Na vigência do contrato e após o período de carência, serão admissíveis, por aditamento, as seguintes alterações na concessão:

I - fusão de duas ou mais linhas;

II - prolongamento de linha em razão de transferência de um de seus terminais;

III - prolongamento de linha em razão de transferência de um de seus terminais;

IV - mudança de itinerário;

V - inclusão e exclusão de pontos de seção.

§ 1º - As medidas a que se referem os itens II a V, serão efetivadas mediante aditamento contratual.

§ 2º - Na concessão da fusão de linhas rescindir-se-ão os contratos das linhas originárias procedendo-se a lavratura de novo, com prazo de vencimento idêntico àquele estabelecido no mais antigo vínculo contratual envolvido no procedimento que a transportadora mantenha com o DER/PR.

Art. 21 - A fusão de duas ou mais linhas intermunicipais poderá ser deferida, desde que satisfaça todas as seguintes condições:

I - sejam executadas pela mesma transportadora;

II - não houver outra transportadora executando a linha resultante, mesmo como seção de linha;

III - não ocorra prejuízo de atendimento aos mercados intermediários;

IV - não resulte em concorrência ruí­nosa a outra transportadora que execute a ligação resultante mesmo que por outro itinerário.

Art. 22 - O prolongamento de linha deverá ser deferido desde que satisfaça as seguintes condições:

I - a distância entre o terminal final e o da localidade objeto da solicitação não seja superior a 20% (vinte por cento) da extensão do itinerário original da linha;

II - inexista linha regular ligando, entre si, os terminais da linha resultante, ainda que por outro itinerário;

III - que seja mantido os seccionamentos originais da linha.

Art. 23 - O encurtamento de linha poderá ser deferido, desde que satisfaça as seguintes condições:

I - a localidade prevista como novo terminal, seja ponto de seção da linha originária;

II - o antigo terminal não fique privado de transporte, ainda que indiretamente;

III - inexista serviço regular ligando, entre si, os terminais da linha resultante, ainda que por outro itinerário.

Art. 24 - A alteração de itinerário decorrente da entrega ao tráfego de nova estrada, trecho melhorado, ou itinerário que possibilite o atendimento mais confortável ou econômico ao usuário, garantirá à transportadora que explora os mercados dos terminais e mantidos os terminais anteriores, a concessão de linha pelo novo itinerário desde que:

I - se obrigue a também executar a linha pelo antigo itinerário, assegurando o atendimento das localidades intermediárias;

II - não se estabeleça com a alteração do itinerário a exploração de mercados dos

pontos iniciais e terminais intermediários já servidos por outra transportadora no itinerário pretendido.

Parágrafo Único - Não se dará mudança de itinerário da linha cujo objetivo principal é servir mercado intermediário quando os terminais já se encontrem atendidos por itinerários que possibilitem serviços mais confortáveis ou econômicos aos usuários.

Art. 25 - A inclusão de ponto de seção em linha existente poderá ser autorizada a requerimento da transportadora, ou "ex-offício", desde que a demanda assim o justifique e as seções pretendidas não estejam situadas em trecho sob restrição contratual.

Parágrafo Único - A exclusão de ponto de seção poderá ser deferida a requerimento da transportadora ou "ex-offício", desde que a demanda de passageiros assim justifique ou por atendimento de outra linha.

Art. 26 - É indispensável de concorrência:

I - serviço auxiliar de apoio rodoviário, na forma do artigo 66.

II - serviço complementar na forma do artigo 52, durante a vigência do contrato e vencido o prazo de carência a que se refere o artigo 16;

III - para execução de serviço eventualmente contratado, destinado a atender necessidade de classe ou grupo, em seus deslocamentos obrigatórios, sem que seja caracterizado como linha e de livre escolha do contratante, por período determinado;

IV - regularização de linhas municipais, em intermunicipais, em decorrência

CAPÍTULO V

DO REGISTRO DAS TRANSPORTADORAS

Art. 27 - Toda transportadora que execute Serviço de Transporte Coletivo Intermunicipal de Passageiros, deverá obrigatoriamente ser registrada no DER/PR.

§ 1º - O DER/PR fornecerá à transportadora, certificado contendo o seu número de registro,

§ 2º - O número de registro da transportadora, obrigatoriamente, constará na parte externa dos veículos, em locais, cores e características determinadas pelo DER/PR.

Art. 28 - O requerimento para registro deverá estar acompanhado da seguinte documentação:

I - instrumento constitutivo, arquivado na Junta Comercial do Paraná, no qual conste, como um dos objetivos, a execução de transporte coletivo intermunicipal de passageiros,

II - comprovação de capital registrado

de valor mínimo correspondente ao de dois (02) veículos tipo adotados na composição tarifária vigente;

III - comprovação de que se acha integralizado no mínimo cinquenta por cento (50%) do capital registrado;

IV - título de identidade e provas de regularidade perante a legislação eleitoral e militar dos proprietários, diretores ou sócio-gerentes, quando se tratar de sociedade.

V - declaração do proprietário, dos diretores ou sócio-gerentes, afirmando sob as penas da lei, não terem sido efetivamente condenados, pela prática de crimes cuja pena vede, ainda que de modo temporário, o acesso à função ou cargos públicos, por crime de prevaricação, falência culposa ou fraudulenta, suborno, concussão ou peculato, crimes contra a economia popular e a fé pública;

VI - prova de propriedade de no mínimo dois veículos tipo;

VII - prova de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária;

VIII - outras provas exigidas por lei ou pelo DER/PR.

§ 1º - Toda alteração que venha a ocorrer com a transportadora e que implique na modificação do conteúdo dos documentos referidos neste artigo, deverá ser comunicado ao DER/PR, no prazo máximo de dez (10) dias;

§ 2º - Independentemente do previsto no parágrafo anterior, serão renovados anualmente os documentos referidos nos itens IV, V, VI e VII.

CAPÍTULO VI

DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS

Art. 29 - Pela prestação do serviço, o usuário pagará à transportadora o preço individual da passagem de acordo com a tarifa aprovada pela autoridade competente.

Art. 30 - Na composição do preço da passagem, baseado em serviço eficiente, serão considerados em todos os seus componentes, os custos operacionais da manutenção, administração, de vendas e fiscais, à justa remuneração do investimento, o juro do capital, depreciação do imobilizado, inclusive o equipamento de será exigido pelo DER/PR, o valor correspondente ao seguro de acidentes pessoais, a aplicação do coeficiente de utilização, bem como outros componentes necessários, acrescidos de dois por cento (2%) sobre o preço de cada passagem de característica rodoviária, referente à Taxa de Contribuição para o Melhoramento do Transporte Coletivo Intermunicipal de Passageiros - TMTC, cuja finalidade é aparelhar o órgão gerenciador de meios eficazes de fiscalização do sistema;

§ 1º - Na composição do preço das pas-

sagens para serviços, com características metropolitanas não serão considerados os tributos do ICMS, TMTC e do Seguro de Acidentes Pessoais;

§ 2º - A taxa de contribuição para melhoramentos do transporte coletivo intermunicipal de passageiros, de que trata este artigo, deverá ser recolhida pela transportadora, até o trigésimo dia do mês subsequente ao da sua arrecadação;

§ 3º - A base de cálculo da taxa mencionada no caput do parágrafo anterior, se constituirá no somatório da receita da venda das passagens intermunicipais rodoviárias, auferidas pela transportadora, decorrente da venda ao usuário, dos bilhetes de passagens;

§ 4º - Fica sujeita à atualização monetária e aos juros de mora de um por cento (1%) ao mês, não capitalizável, a taxa a que alude o parágrafo segundo deste artigo, não recolhida no prazo estabelecido no mesmo dispositivo, inclusive o valor decorrente da multa prevista no inciso VII, do artigo 88.

I - para os efeitos deste parágrafo serão observados os mesmos coeficientes utilizados para a atualização monetária do imposto que se refere a constituição da república federativa do Brasil;

II - considerar-se-á termo inicial para o cálculo da correção monetária e dos juros de mora, o mês subsequente ao em que expirar o prazo de pagamento.

Art. 31 - Para possibilitar eficiente composição o DER/PR poderá estabelecer plano padrão de contas, para escrituração das transportadoras e modelos de impressos para registro;

§ 1º - A transportadora é obrigada a fornecer ao DER/PR:

I - até 31 de julho de cada ano, o balanço e conta de lucros e perdas do exercício anterior, devidamente legalizados;

II - os dados estatísticos solicitados;

III - os elementos contábeis indispensáveis ao cálculo tarifário, exigidos pelo DER/PR.

§ 2º - Sempre que julgado necessário poderá ser efetivado pelo DER/PR o exame da escrituração da transportadora, para verificação da exatidão das informações prestadas.

Art. 32 - Periodicamente o DER/PR, poderá promover o estudo para revisão das tarifas, que entrarão em vigor após aprovação;

§ 1º - A revisão de que trata este artigo poderá ser feita a requerimento da entidade de classe dos transportadores, devidamente fundamentada;

§ 2º - Em caráter excepcional e por decisão do Secretário dos Transportes, poderá haver revisão tarifária, respeitado o

disposto no § 1º do artigo 30.

Art. 33 - O pagamento de que trata o artigo 29 será feito mediante aquisição do respectivo bilhete de passagem, que será emitido em pelo menos duas vias, uma das quais ficará definitivamente em poder do passageiro.

Parágrafo Único - Desde que previamente autorizada pela Secretaria da Receita Federal, poderá o DER/PR, permitir a emissão de bilhetes de passagem por processo mecânico, eletrônico ou similar.

Art. 34 - Constarão obrigatoriamente das passagens:

I - Nome, endereço da transportadora e seu número de registro no Cadastro Geral de Constituintes no Ministério da Fazenda;

II - número do bilhete, série e sub-série da numeração, conforme o caso;

III - local e data da emissão;

IV - data e horário da viagem;

V - número da poltrona;

VI - origem e destino da viagem;

VII - preço;

VIII - número da linha ou serviço;

IX - nome e endereço da impressora do bilhete e número do respectivo registro do CGC (MF);

X - quantidade de bilhete, número de ordem do primeiro e do último bilhete impresso, com série e sub-série;

XI - mês e ano da impressão.

Parágrafo Único - Na emissão de passagens, para passageiros intermediários, é dispensável o preenchimento do item V.

Art. 35 - É vedado o transporte de passageiro sem que porte o mesmo, seu bilhete de passagem, salvo nas hipóteses previstas na Lei;

§ 1º - é assegurada a viagem gratuita de crianças até seis (06) anos de idade que não ocupem assentos;

§ 2º - Para o pessoal da transportadora, sem função a bordo, a passagem poderá ser substituída por um passe de uso interno.

Art. 36 - A passagem emitida com data e hora marcada, perderá a sua validade caso não tenha sido utilizada para a viagem prevista.

Art. 37 - Antes do horário de partida, a transportadora aceitará a transferência ou a desistência de viagem, observados os seguintes prazos:

I - Três (3) horas, nas linhas com percurso inferior a 100 (cem) quilômetros;

II - Seis (6) horas, nas linhas em percurso entre 100 (cem) e 500 (quinhentos) quilômetros;

III - Doze (12) horas, nas linhas com percurso superior a 500 (quinhentos) quilômetros,

Parágrafo Único - No caso de desistência o passageiro será reembolsado em 90% (noventa por cento) do valor da passagem.

Art. 38 - A venda de passagem será efetivada obrigatoriamente pela transportadora:

I - em suas próprias agências;

II - por intermédio de agências nos terminais;

III - por intermédio de agência de viagem autorizada;

IV - no próprio veículo;

V - em outros locais devidamente autorizados.

Parágrafo Único - Nos casos previstos nos itens II e III, a transportadora poderá pagar, a título de comissão pela venda de passagem, até o máximo de dez por cento (10%) sobre o valor da passagem.

Art. 39 - A passagem será vendida pelo preço exato, determinado pelo DER/PR, sem qualquer desconto ou acréscimo não previsto nesta lei.

§ 1º - Independentemente do Seguro de Responsabilidade Civil, as transportadoras são obrigadas a proporcionar Seguro Facultativo de Acidente Pessoal, por conta do interessado.

§ 2º - As taxas de embarque ou de utilização de terminais, de uso de balsas, ferry-boats e de pedágio, deverão ficar destacadas nas tabelas de preço, explicitamente, bem como nos bilhetes de passagem, após homologação do DER/PR.

§ 3º - O prêmio de Seguro de Acidentes Pessoais, após homologado pelo DER/PR, poderá ser cobrado, desde que figure de modo destacado e explícito no corpo da passagem.

Art. 40 - Ao passageiro é assegurado:

I - cobertura por acidentes pessoais;

II - transporte gratuito de um volume, nos bagageiros, desde que não exceda de tinta (30) quilogramas, e de outro que se adapte perfeitamente ao porta-embrulhos interno;

§ 1º - A transportadora só será responsável pelo extravio ou danificação de volumes, como figurado no item II e até o limite de três (03) vezes, o valor da UPFPR, mediante comprovação do talão de bagagem.

§ 2º - A transportadora é obrigada a proporcionar aos passageiros, mediante o pagamento do respectivo prêmio, seguro que cubra o valor excedente ao estabelecido no parágrafo anterior.

§ 3º - É facultada à transportadora, cobrar até dez por cento (10%) do valor da passagem, por volume que exceda do estabelecido no item II deste artigo, mediante comprovante.

§ 4º - Não é permitido o transporte de animal ou produto que possa comprometer a segurança e o conforto dos passageiros.

Art. 41 - Nenhuma transportadora, direta ou indiretamente, por si ou por seus prepostos, agentes ou intermediários, ain-

da que empresa de turismo ou propaganda, poderá conceder descontos, passagens de cortesias, abatimentos ou qualquer tipo de redução sobre as tarifas, bem como distribuir prêmios.

CAPÍTULO VII DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

SEÇÃO I DO REGIME

Art. 42 - Os serviços serão executados obedecendo padrão técnico-operacional estabelecido pelo DER/PR.

Art. 43 - A transportadora observará os horários e os itinerários aprovados, conduzindo os passageiros e respectivas bagagens ao ponto de destino.

Parágrafo único - É vedado o acesso a localidade situada fora do eixo rodoviário percorrido, salvo se existir ponto de seção devidamente aprovado.

Art. 44 - Os horários das viagens ordinárias e extraordinárias poderão ser alterados e a frequência aumentada ou diminuída, "ex-offício" ou a requerimento da transportadora, para atender as condições estabelecidas nesta lei.

§ 1º - O requerimento para aumentar ou diminuir a frequência de viagem, deverá conter justificativa que demonstre a necessidade do pedido.

§ 2º - Explorando mais de uma transportadora a mesma ligação, serão estabelecidos intervalos de horários, evitando-se a sobreposição dos mesmos.

§ 3º - A transportadora poderá executar viagens múltiplas nos horários das viagens ordinárias, para atender a oscilação de demanda, mediante emissão de comunicado.

§ 4º - A transportadora poderá executar viagem de reforço parcial em parte do itinerário, para atender a oscilação de demanda, desde que não exista outra empresa executando a mesma ligação.

Art. 45 - O DER/PR fixará o tempo de duração da viagem de suas etapas e da duração de suas paradas.

Parágrafo único - Ressalvado em seccionamentos autorizados, é proibida a parada para embarque de passageiros ao longo do itinerário.

Art. 46 - A interrupção da viagem decorrente de falha operacional, acidente do veículo ou motivo de força maior, será objeto de comunicação da transportadora ao DER/PR, no prazo máximo de vinte e quatro (24) horas.

§ 1º - A interrupção de viagem de que trata este artigo, ensejará ao passageiro, por conta da mesma, a alimentação, pousada e transporte, até o destino da viagem;

§ 2º - O cumprimento das obrigações estabelecidas neste artigo e seu § 1º, não exime a transportadora das penalidades a

que estiver sujeita.

Art. 47 - Na execução dos serviços, o veículo portará letreiro indicativo, iluminado à noite, contendo a procedência e destino da viagem.

Art. 48 - Na execução da viagem direta ou semi-direta, o veículo portará placa indicativa no pára-brisa dianteiro.

Art. 49 - Na execução dos serviços de que trata esta lei, não será admitido excesso de lotação.

Art. 50 - Considera-se o veículo lotado quando o número de passageiros for igual à capacidade constante do Certificado de Vistoria, ressalvado o disposto nos parágrafos seguintes:

§ 1º - Admite-se passageiros em pé, até o limite de trinta por cento (30%) da capacidade do veículo, em linhas com percurso inferior de 150 (cento e cinquenta) quilômetros e tempo de viagem inferior a três (03) horas, cuja finalidade principal seja atender movimento intermediário;

§ 2º - O limite de lotação poderá ser alterado a critério do DER/PR, para maior ou menor, considerando-se as peculiaridades do serviço, os períodos de excessos de demanda ou em casos de prestação de socorro.

Art. 51 - Será recusado o transporte ao passageiro, quando:

I - em visível estado de embriaguês;

II - portador de moléstia contagiosa, sintomas de alienação mental ou de intoxicação de drogas;

III - demonstrar comportamento incivil;

IV - apresentar-se em trajes ofensivos à moral pública;

V - comprometer a segurança, conforto ou a tranquilidade dos demais passageiros;

VI - a lotação do veículo estiver completa;

VII - não se identificar quando exigido.

Parágrafo único - É proibido o uso de fumo nos veículos de transportes de passageiros, devendo o infrator, caso se negue ao cumprimento do disposto neste artigo, ser retirado do veículo, se necessário, com a intervenção policial, de acordo com a Lei Estadual nº 02/80.

Art. 52 - A requerimento da transportadora ou "ex-offício", poderão ser estabelecidos os seguintes serviços complementares, o que não implica no reconhecimento de concessão independente:

I - ramal, em período e horários determinados para atender núcleo fora do itinerário normal, a critério do DER/PR, não havendo outro meio de transporte coletivo.

II - viagem direta em linha, sem prejuízo da viagem regular, desde que não exista outro serviço direto servindo a li-

gação pelo mesmo itinerário;

III - viagem semi-direta em linha, em prejuízo da viagem regular, desde que não exista outro serviço semi-direto servindo a ligação pelo mesmo itinerário;

IV - serviços especiais com utilização de veículos tipo ônibus executivo, ônibus leito e micro-ônibus;

V - viagem parcial cobrindo parte dos seccionamentos para os casos de maior demanda, desde que não exista linha regular executando a ligação resultante, até que se revele mercado autônomo;

VI - conexão de linha da mesma transportadora não havendo linhas servindo a ligação resultante.

§ 1º - Para os serviços previstos neste artigo, o DER/PR fornecerá certificado próprio para as suas operações, podendo ser cancelados a requerimento da transportadora ou "ex-offício".

§ 2º - Fica vedada a autorização para fusão, encurtamento e alteração de itinerários nos serviços previstos neste artigo.

§ 3º - No serviço ramal poderá ser autorizada, a requerimento da transportadora ou "ex-offício" a operação de ponto de seção na forma do artigo 24.

SEÇÃO II

DAS LINHAS METROPOLITANAS

Art. 53 - Para as linhas com características metropolitanas vigorarão as cláusulas da presente Lei, desde que não colidam com o estabelecido nesta Seção.

Art. 54 - Serão exigidos para estas linhas, veículos com duas portas, mediante controle de passageiros através de relógio marcador (catraca).

Parágrafo Único - Para estes serviços não se aplicarão as disposições dos artigos 33, 34, 35, 36 e 40.

Art. 55 - Para facilitar a identificação do passageiro, o letreiro do itinerário conterá, obrigatoriamente, o nome do local, da origem do mercado de trabalho.

Art. 56 - A lotação admitida será a capacidade normal do veículo, mais seis (6) passageiros por metro quadrado do espaço da área livre do veículo, devendo ser indicado em local visível aos passageiros, a lotação admitida de passageiros sentados e em pé.

Art. 57 - No início do serviço a fiscalização poderá ordenar a substituição do veículo que não se apresente em condições de higiene, perfeito funcionamento e segurança.

Art. 58 - Os motoristas e cobradores serão obrigados ao uso do crachá para identificação junto aos passageiros.

Art. 59 - Após o término do prazo de carência, as linhas com características metropolitanas, poderão ser prolongadas,

desde que satisfaçam as seguintes condições:

I - a inexistência de linha de outra transportadora ligando os terminais pretendidos, pelo mesmo itinerário;

II - que seja mantido o seccionamento original da linha.

SEÇÃO III

DOS TERMINAIS, PONTOS DE PARADA E DE APOIO RODOVIÁRIO

Art. 60 - Os pontos terminais e de parada somente serão utilizados pelas transportadoras, após devidamente homologados pelo DER/PR.

Parágrafo Único - Tal homologação será conferida aos pontos que ofereçam requisitos de segurança, higiene e conforto.

Art. 61 - Todo terminal a ser instalado ou construído, deverá ter seu projeto submetido a prévia autorização do DER/PR, e os existentes deverão ser adaptados aos requisitos do artigo 60 e seu parágrafo único.

Art. 62 - Os pontos de parada serão dispostos ao longo do itinerário, para assegurar, no curso das viagens e no tempo devido, alimentação, conforto e repouso aos passageiros e tripulação.

Parágrafo Único - A transportadora deverá fornecer ao DER/PR, todos os elementos descritivos dos pontos de parada, em uso ou que pretenda usar, para a competente homologação.

Art. 63 - Para segurança e normalidade das viagens, a transportadora é obrigada a dispor de serviço de manutenção e socorro próprios ou contratados.

Art. 64 - Será admitida e reconhecida como auxiliar de transporte coletivo de passageiros a execução autônoma de apoio rodoviário, consistente na prestação dos seguintes serviços que dependerão de prévia aprovação do DER/PR:

I - para veículos:

a. socorro nas rodovias, executado por equipamento apropriado;

b. assistência mecânica de revisão e reparo;

c. manutenção em geral;

d. guarda.

II - para passageiros:

a. refeição e lanches,

b. local para uso gratuito dos que conduzem suas refeições;

c. instalações sanitárias;

d. outras instalações visando conforto e o bem-estar dos passageiros;

e. comunicação telefônica urbana e interurbana, sempre que possível.

III - para transportadora.

a) - veículo para a condução dos passageiros, em caso de interrupção da viagem, resultante de acidente ou avaria;

b) - edificação que disponha de plata-

forma e cobertura para os veículos, oferecendo condições de segurança e comodidades para o embarque de passageiros;

- c) - agência para a venda de passagem;
- d) - escritório para administração;
- e) - depósito para almoxarifado;
- f) - dormitório e refeitório para motorista e outros prepostos;
- g) - assistência técnico-operacional, visando a regularidade e a segurança da viagem;
- h) - telecomunicação.

Art. 65 - A empresa de prestação de serviço de apoio rodoviário deverá requerer seu reconhecimento ao DER/PR, apresentando:

- I - Contrato ou estatuto social;
- II - Localização e Plantas de seus Prédios;
- III - Relatório descritivo de suas instalações;
- IV - Relatório sobre os serviços que prestará;
- V - Relação do equipamento de que disponha, especialmente, veículos de qualquer natureza.

Parágrafo único - Compete a Empresa manter atualizados os documentos acima, perante o DER/PR.

Art. 66 - O reconhecimento de empresa de apoio rodoviário dar-se-á, apenas, para efeito de registro e fiscalização de suas atividades, não estabelecendo qualquer relação contratual e, verificando o não atendimento da finalidade a que se destina, será cancelada.

Art. 67 - O contrato de locação de serviços com empresas de apoio rodoviário, devidamente homologado pelo DER/PR, fará prova do cumprimento das exigências previstas:

- I - na letra "e" do item VI e do item VIII do artigo 12;
- II - no item VI do parágrafo primeiro do artigo 14.

Art. 68 - É vedado a transportadora fazer ou aceitar propaganda nos veículos e nos pontos terminais, de parada ou de seção, não se considerando como tal, as informações sobre os serviços autorizados e outras de interesse público.

SEÇÃO IV

DO PESSOAL DAS TRANSPORTADORAS

Art. 69 - A transportadora adotará processo adequado de seleção e aperfeiçoamento de seu pessoal, especialmente dos elementos que desempenham atividades relacionadas com o público e a segurança do transporte.

Art. 70 - O DER/PR poderá exigir o afastamento de qualquer preposto que, em apuração sumária, assegurado o direito de defesa, for considerado culpado de grave

violação de dever previsto nesta Lei ou condenado por crime.

Parágrafo único. O afastamento poderá ser determinado imediatamente em caráter preventivo, até o prazo de vinte (20) dias, enquanto se processar a apuração sumária.

Art. 71 - O regime de trabalho da tripulação, observadas as Leis Trabalhistas, será regulado em normas suplementares.

Art. 72 - O pessoal da transportadora, cujas atividades são exercidas em contato com o público, deverá:

- I - conduzir-se com atenção e urbanidade;
- II - apresentar-se corretamente uniformizado e identificado em serviço;
- III - manter compostura;
- IV - dispor conforme a atividade que desempenhe, conhecimento sobre as rodovias percorridas e os serviços prestados pela transportadora.

Parágrafo único - A transportadora enviará ao DER/PR os tipos e cores do uniforme que adotará para o seu pessoal.

Art. 73 - Sem prejuízo do cumprimento dos demais deveres previstos na legislação de trânsito e no artigo 72 deste regulamento, os motoristas são obrigados a:

- I - dirigir o veículo de modo a não prejudicar a segurança e o conforto dos passageiros;
- II - não movimentar o veículo sem que estejam fechadas as portas e saídas de emergência;
- III - esclarecer aos passageiros, quando no veículo, as características dos serviços;
- IV - como medida de segurança, não permitir que os passageiros permaneçam, embarcados na ocasião do abastecimento do veículo, passagem em barcas ou balsas e em lugares considerados perigosos;
- V - não fumar quando em atendimento ao público;
- VI - não ingerir bebida alcoólica em serviço ou quando estiver próximo o momento de assumi-lo;
- VII - não se afastar do veículo no momento de embarque ou desembarque de passageiros;
- VIII - indicar aos passageiros, se solicitado, os respectivos lugares;
- IX - deliciar na obtenção de transporte para os passageiros, no caso de interrupção de viagem;
- X - providenciar refeição e pousada para os passageiros, na hipótese de atraso da viagem, nos casos previstos no parágrafo primeiro do artigo 46;
- XI - prestar à fiscalização os esclarecimentos que lhe forem solicitados;
- XII - exibir à fiscalização e entregar contra recibo, os documentos de habilitação do veículo, da linha e outros que fo-

rem por Lei exigidos;

XIII - fiscalizar o fiel cumprimento do disposto pelo parágrafo único do artigo 51, solicitando intervenção policial se for o caso.

Art. 74 - Aos despachantes, agentes comissionados ou não, e demais membros da tripulação do veículo, além da observância ao disposto no artigo 72, compete:

I - auxiliar o embarque e desembarque dos passageiros especialmente senhoras, crianças, pessoas idosas e outras com dificuldade de locomoção;

II - deliciar pela manutenção da ordem e limpeza do veículo;

III - proceder a carga e descarga de bagagem, salvo nos terminais e paradas que disponham de pessoal próprio;

IV - colaborar com o motorista em tudo que diga respeito à comodidade, segurança dos passageiros e regularidade da viagem;

V - não fumar quando em atendimento ao público;

VI - não ingerir bebida alcólica em serviço ou quando estiver próximo ao momento de assumi-lo;

VII - alertar os passageiros no sentido de ser evitado o esquecimento de objetos no veículo, entregando-os caso tal se verifique, à administração da transportadora.

SEÇÃO V

DOS VEÍCULOS

Art. 75 - Serão utilizados no serviço de transporte coletivo intermunicipal de passageiros, veículos tipo ônibus, observadas características e especificações técnicas fixadas pelo DER/PR.

§ 1º - A utilização do veículo com mais de dez (10) anos de fabricação não poderá ultrapassar de 20% (vinte por cento) da frota da transportadora;

§ 2º - A idade média da frota deverá se situar, obrigatoriamente, na faixa de zero (0) a sete (7) anos;

§ 3º - Não serão admitidos, para inclusão na frota, veículos com mais de quinze (15) anos de fabricação;

§ 4º - Em serviço cuja distância entre os terminais não ultrapasse setenta e cinco (75) quilômetros, poderá ser autorizada a utilização de veículo com poltronas fixas;

§ 5º - Implementos como poltrona-leito, sanitário e outros, visando o maior conforto dos passageiros, poderão ser exigidos ou admitidos pelo DER/PR, cabendo-lhe especificar em cada caso as condições mínimas necessárias, inclusive quanto a redução do número de lugares;

§ 6º - A critério do DER/PR, considerada a rodovia ou o mercado, comprovada a impossibilidade de adoção do veículo-tipo, poderá ser autorizada a utilização de outro, com capacidade ou característica in-

ferior que ofereça condição de segurança.

Art. 76 - Anualmente a transportadora apresentará junto ao DER/PR, inspeção ordinária dos veículos registrados, quanto as condições de conforto e segurança, face às exigências legais.

§ 1º - Apresentada a inspeção ordinária, será expedido Certificado de Inspeção pelo DER/PR a ser fixado no interior do veículo, em local de fácil visualização;

§ 2º - Independente da inspeção ordinária, em qualquer época e sem ônus para a transportadora, poderá o DER/PR realizar inspeção nos veículos, determinando a retirada de tráfego àqueles não aprovados;

§ 3º - Excepcionalmente e quando formulada exigência que não impeça a utilização do veículo, poderá ser expedido Certificado Provisório;

§ 4º - Não será permitida a utilização de veículo sem Certificado de Inspeção;

§ 5º - Observadas as disposições do art. 76 e seus parágrafos, ressalvada a proibição contida no parágrafo anterior, poderá a transportadora utilizar os seus veículos em quaisquer de suas linhas.

Art. 77 - As disposições de cores, logotipos e símbolos utilizados nos veículos, serão obrigatoriamente diferenciados para cada transportadora e deverão ser aprovados pelo DER/PR.

§ 1º - Nos veículos somente serão admitidas inscrições aprovadas e em lugares pré-fixados pelo DER/PR;

§ 2º - Na incorporação de transportadoras, cumprir-se-á o disposto neste artigo, no prazo de noventa (90) dias, contados da data do deferimento do processo de alteração.

Art. 78 - Será obrigatória a colocação no interior do veículo, em lugar visível, de quadro com os nomes dos tripulantes.

Art. 79 - A fiscalização poderá determinar, nos terminais, pontos de apoio e de parada, o procedimento de limpeza, reparo ou substituição do veículo que não apresente condições de higiene, de funcionamento ou de segurança.

Art. 80 - O DER/PR manterá atualizado o registro de veículos das transportadoras.

Art. 81 - A transportadora para obter registro de veículo, deverá apresentar os seguintes documentos:

- a. certificado de propriedade;
- b. certificado ou bilhete de seguro previsto em Lei;
- c. documento de licenciamento;
- d. outras exigências emanadas da Lei ou do DER/PR.

Art. 82 - A transportadora comunicará ao DER/PR, mediante comprovante, quando da ocorrência das seguintes alterações referentes ao veículo:

- a. venda, danificação total ou baixa.

definitiva;

- b. troca de carroceria,
- c. alteração de suas características técnicas.

Art. 83 - A frota da transportadora, deverá ser constituída de tantos veículos-tipo quantos forem necessários para a operação de suas linhas mais uma reserva de no mínimo vinte por cento (20%).

CAPÍTULO VIII

DAS INFRAÇÕES E DAS PENALIDADES

Art. 84 - O infrator aos preceitos desta Lei, está sujeito às seguintes sanções, sem prejuízo de responsabilidade civil ou criminal, caso exista:

- I - multa;
- II - advertência;
- III - suspensão da execução do serviço;
- IV - cassação da autorização ou concessão;
- V - declaração de inidoneidade;

Parágrafo Único - Quando da prática da infração resultar ameaça à segurança dos passageiros, será, quando cabível e sem prejuízo da penalidade a ser aplicada, determinada a retenção do veículo.

Art. 85 - Cometida simultaneamente, duas ou mais infrações de natureza diversa, aplicar-se-á penalidade correspondente a cada uma delas.

Art. 86 - As multas serão aplicadas em dobro e progressivamente, quando dentro do período de doze (12) meses for caracterizada a reincidência na mesma infração.

Art. 87 - A autuação não desobriga o infrator a corrigir imediatamente a falta que lhe deu origem.

Art. 88 - As multas por infração desta Lei serão fixadas em base percentual sobre a Unidade Padrão Fiscal do Paraná, UPFPR, obedecida a seguinte graduação:

I - vinte por cento (20%), nos casos de infração das obrigações determinadas para o pessoal das transportadoras, nos artigos 72, 73 e 74 desta Lei, e nos casos de:

- a) inobservância de horário;
- b) transporte de pessoas nas condições enumeradas no artigo 51, exceto o seu parágrafo único;
- c) transporte de bagagem ou encomenda fora dos lugares que lhe são destinados;

II - trinta por cento (30%), nos seguintes casos:

- a) retardamento ou atraso nos terminais, do horário de partida;
- b) inobservância ao disposto no artigo 46;
- c) falta de limpeza no veículo, no momento da partida;
- d) recusa ao embarque e desembarque de

passageiros, nos pontos aprovados, sem motivo justificado;

e) transporte de passageiros sem a emissão do respectivo bilhete de passagem;

f) transporte de animais, plantas, aves e produtos que comprometem a segurança ou conforto dos passageiros e em desacordo com a legislação aplicada;

g) ausência no veículo das legendas obrigatórias ou existência de inscrições não autorizadas;

h) ausência no veículo, em serviço, do Certificado de Vistoria de concessão ou de autorização;

i) alteração dos pontos de paradas sem autorização;

j) inexistência ou ocultação do Livro a que se refere o artigo 100;

k) modificação de horário ordinária, sem autorização;

l) ausência nos terminais e agências do Certificado de Concessão ou de Autorização;

m) retenção da via do bilhete de passagem destinada ao passageiro;

n) não fornecimento do comprovante do despacho de bagagem ao passageiro;

o) inobservância ao disposto no artigo 40.

III - cinquenta por cento (50%), nos seguintes casos:

a) recusa ou dificuldade do transporte dos servidores do DER/PR, incumbidos da fiscalização, devidamente credenciados;

b) incontinência pública da conduta, por qualquer preposto da transportadora que mantenha contato com o público;

c) defeito ou falta de equipamentos obrigatórios;

d) interrupção de viagem por falta de elementos essenciais à operação do veículo;

e) retardamento da entrega de elementos estatísticos ou contábeis exigidos.

IV - cem por cento (100%), nos seguintes casos:

a) transporte de passageiros em número superior a lotação autorizada;

b) retardamento no fornecimento de transporte para os passageiros, ou omissão das providências previstas no artigo 46, § 1º;

c) manutenção em serviço, de prepostos cujo afastamento tenha sido exigido na forma do artigo 70;

d) cobrança a qualquer título de importância não autorizada;

e) inobservância dos artigos 82 e parágrafo único do artigo 51;

f) venda de mais de um bilhete de passagem para uma poltrona, na mesma viagem;

g) inobservância ao disposto no artigo 37 e seu parágrafo único;

h) inobservância ao disposto no artigo 54.

V - trezentos por cento (300%), nos seguintes casos:

- a) alteração do itinerário sem autorização ou justa causa iminente;
- b) inobservância ao parágrafo único do artigo 43;
- c) omissão de viagem, salvo caso fortuito ou força maior;
- d) recusa no fornecimento de elementos estatísticos ou contábeis;
- e) ausência no veículo de licença para viagem especial;
- f) inobservância do regime de trabalho fixado para a tripulação do veículo, na forma do artigo 71;
- g) alteração do preço da passagem;
- h) deixar de atender seccionamento;
- i) utilizar veículo fretado ou cedido por transportadora, sem autorização do DER/PR, salvo em caso de socorro;
- j) executar viagem em horário não autorizado;
- k) inobservância do artigo 107;
- l) desacato a fiscalização;
- m) utilização em serviço de veículo com vistoria vencida;
- n) conexão de linhas sem autorização.

VI - quinhentos por cento (500%), nos seguintes casos:

- a) executar linha, explorar seção ou operar sem autorização, sem prejuízo de outras sanções previstas em Lei;
- b) manutenção em serviço de veículo cuja retirada de tráfego tenha sido exigida;
- c) adulteração do Certificado de Vistoria, de Concessão, de Autorização, sem prejuízo das penalidades previstas nos artigos 91 e 95;
- d) suspensão parcial ou total dos serviços, sem autorização, salvo hipótese do artigo 46;
- e) violação do lacre das catracas, em ônibus de linha metropolitana.

VII - cem por cento (100%) do valor que deixou de ser recolhido, em caso de inobservância ao disposto no parágrafo segundo do artigo 30.

Parágrafo Único - As concessionárias operadoras do vale transporte estarão sujeitas ao pagamento de multa correspondente a quinhentos por cento (500%) da UPFPR, sempre que, consoante as normas que regulam a espécie, deixarem de informar ao DER/PR, mensalmente o volume de vales transporte emitidos, comercializados e utilizados no mesmo período.

Art. 89 - A multa deverá ser recolhida pela transportadora no tesouro do Estado, no prazo de dez (10) dias, contados da data em que lhe foi dado conhecimento da decisão final, proferida em processo regular, de rito contraditório, instaurado na forma da regulamentação específica a ser procedida segundo o disposto no artigo 97.

Art. 90 - Sem prejuízo da multa cabível,

a retenção do veículo ocorrerá nos seguintes casos:

I - Não conduzir ou portar adulterados os Certificados de Vistorias, de Concessão ou de Autorização;

II - portar Certificado de Vistoria Vencido;

III - deixar de oferecer as condições de segurança exigidas;

IV - não apresentar as condições de limpeza e de conforto exigidas;

V - apresentar o motorista, sinais de embriaguês;

VI - não corresponderem características do veículo com a tarifa para tal estipulada.

§ 1º - A retenção dos veículos, nos casos dos incisos I, II, IV e VI, será efetuada nos terminais e nos casos dos incisos III e V, em qualquer ponto do percurso, e perdurará enquanto não forem corrigidas as irregularidades.

Art. 91 - A pena de advertência será aplicada expressamente, sem prejuízo das multas cabíveis, nos casos de reincidência na prática da mesma infração, dentre as previstas nos incisos V, alínea a, b, c, g, h, j, m e VI alíneas a, c, e d do artigo 88.

Parágrafo Único - A pena de advertência será aplicada, ainda, quando não recolhida a multa nos prazos a que se refere o artigo 89.

Art. 92 - A pena de suspensão de linha será aplicada quando:

I - na reincidência, após ter sido aplicada por três (3) vezes, na vigência do contrato, a pena de advertência, na prática da mesma infração, na forma do artigo 91;

II - na reincidência, após ter sido aplicada por seis (6) vezes, na vigência do contrato, a pena de advertência, na prática de quaisquer infrações, na forma do artigo 91.

Parágrafo Único - A suspensão de execução da linha será aplicada, por período de até trinta (30) dias, em época determinada pelo DER/PR, que deverá prover a continuidade dos serviços.

Art. 93 - A pena de cassação de concessão ou de autorização aplicar-se-á, nos seguintes casos:

I - inexecução do serviço durante cinco (5) dias consecutivos ou supressão de cinquenta por cento (50%) das viagens ordinárias em trinta (30) dias;

II - suspensão dos serviços por três (3) vezes, dentro do período de doze (12) meses, por força de aplicação do disposto no artigo 92;

III - lock out;

IV - dissolução legal da pessoa jurídica, titular da concessão ou autorização;

V - não habilitação à exploração dos

serviços com observância das exigências desta Lei, e no prazo de cento e oitenta (180) dias, de sucessores nos casos de falecimento do titular da firma individual;

VI - falência da transportadora, desde que incorra autorização do juízo competente, para continuidade dos serviços sob a administração do síndico da massa falida;

VII - superveniência da incapacidade técnico-operacional ou econômico-financeira devidamente comprovada;

VIII - configuração da interdependência entre transportadoras;

IX - redução da frota abaixo do mínimo exigido, sem a devida correção, no prazo de sessenta dias (60), a contar da data da notificação administrativa, pelo DER/PR;

X - transferência de concessão, sem prévia e expressa autorização do DER/PR.

Art. 94 - A cassação impedirá, em caráter definitivo, a transportadora de obter nova autorização ou concessão para a mesma linha e de habilitar-se a qualquer outra, pelo prazo de dois (2) anos.

Art. 95 - A pena de declaração de inidoneidade será aplicada à transportadora se, no prazo de dez (10) dias, a contar da notificação administrativa pelo DER/PR, não ocorrer a efetiva e formal exclusão das pessoas referidas no item I, a seguir, e se dará nos seguintes casos:

I - condenação, transitada em julgado, dos diretores de sociedade anônima, dos sócios gerentes de sociedades por cotas de responsabilidade limitada e dos proprietários de firma individual, de gerentes e procuradores detentores de poderes amplos de gestão e decisão em nome da transportadora, por crime contra a administração pública, no exercício de suas funções;

II - de condenação, transitada em julgado, de qualquer das pessoas previstas no item anterior, pela prática de crime contra a vida, a incolumidade ou a moral de qualquer pessoa, decorrente de prestação de serviço a que se refere esta Lei;

III - de apresentação de denúncia ou dado falso em proveito próprio ou de terceiro.

Parágrafo Único - A declaração de inidoneidade importará na revogação de pleno direito das outorgas, ficando, permanentemente impedida a transportadora de habilitar-se a outras.

Art. 96 - A cassação ou declaração de inidoneidade somente serão tornadas efetivas com a decisão final, em grau de recurso, na esfera administrativa.

CAPÍTULO IX

DAS ATUAÇÕES E DOS RECURSOS

Art. 97 - As normas relativas ao procedimento administrativo fiscal para apuração de infrações, lançamento de ofício e imposição de multas previstas nesta Lei,

bem como a forma de inscrição dos correspondentes débitos em dívida ativa do Estado e de sua cobrança, serão estabelecidos em Lei, observado, no que couber, o rito de instrução contraditória estabelecida na Lei orgânica do imposto a que se refere a Constituição Federal.

Parágrafo Único - Caberá em primeira instância de deliberação singular a revisão da legalidade do lançamento de ofício de taxas e penalidades pecuniárias.

CAPÍTULO X

DA FISCALIZAÇÃO

Art. 98 - A fiscalização dos serviços de que trata esta Lei, será exercida pelo DER/PR, por seus agentes próprios ou credenciados, devidamente identificados.

Parágrafo Único - O transporte de agente da fiscalização, quando em serviço, será gratuito, mediante requisição do DER/PR.

Art. 99 - Ao agente da fiscalização é atribuída a competência para autuação quando constatada infração aos dispositivos do Código Nacional de Trânsito, que tenha relação com o transporte coletivo intermunicipal de passageiros, bem como, tomar medidas restritivas previstas naquele Código.

Parágrafo Único - A fiscalização dos serviços de que trata esta Lei, não exclui a ação da Polícia Rodoviária Estadual e do Departamento Estadual de Trânsito, em suas respectivas áreas de jurisdição e competência.

Art. 100 - A transportadora manterá em suas agências e pontos terminais, livro próprio, rubricado pela fiscalização, a disposição dos usuários, para consignarem suas reclamações ou sugestões.

CAPÍTULO XI

DOS SERVIÇOS ESPECIAIS

Art. 101 - Entende-se por serviço de transporte turístico e de fretamento eventual, aquele executado para atender fins culturais ou recreativos, desde que não apresente caráter de linha regular.

Parágrafo Único - Na execução de transporte turístico, levar-se-ão em conta:

- o serviço de turismo em si mesmo, disciplinado pela legislação específica;
- as condições técnicas do transporte relacionado com o tráfego dos veículos e sua segurança, disciplinados pelo DER/PR.

Art. 102 - Na execução dos serviços especiais de turismo e fretamento eventual, serão observados os artigos 76 e 77 e seus parágrafos e os artigos 80, 81 e 82.

§ 1º - Na vistoria dos veículos de empresa de transporte turístico, serão consideradas as decisões de competência da

EMBRATUR, se for o caso, relativas a:

a) registro da organização para exploração de serviços de turismo ou de transporte turístico;

b) condições de execução do serviço.

§ 2º - Para os serviços especiais, deverão ser obrigatoriamente observados os preços da tabela vigente do DER/PR.

§ 3º - Para a realização de serviços especiais deverá a transportadora recolher, antecipadamente, a taxa de viagem especial, cujo valor corresponderá de cinquenta (50) UPFPR, dividido pelo PMA (Percurso Médio Anual do Sistema), para cada quilômetro do percurso da viagem;

§ 4º - Comprovado o recolhimento da taxa de viagem especial, de que trata o parágrafo anterior, o DER/PR, fornecerá licença de viagem especial, especificando a razão social da transportadora, o valor, o itinerário, data e hora da partida e de regresso e quantidade de passageiros a serem transportados.

Art. 103 - A viagem de transporte turístico será executada por veículos pertencentes a empresa de turismo, agência de viagem ou empresa de transporte turístico, registrada na EMBRATUR.

Parágrafo Único - Para fins de fiscalização, o veículo utilizado em transporte turístico, deverá apresentar, em local visível, o emblema e número de registro na EMBRATUR.

Art. 104 - Entende-se por serviço de transporte sob regime de fretamento contínuo aquele sem cobrança de passagem individual, com finalidade de transporte de trabalhadores e escolares.

Parágrafo Único - Para execução desses serviços serão observados os artigos 75, nos seus §§ 2º, 3º e 4º e 76 nos seus §§ 1º, 2º, 3º e 4º e os artigos 80, 81 e 82.

Art. 105 - Para a execução do serviço por fretamento contínuo a transportadora deverá estar registrada junto ao DER/PR, na forma dos artigos 27 e parágrafos, 28, nos seus incisos I, III, IV, V, VII e VI-II.

§ 1º - A transportadora deverá comprovar capital registrado de valor mínimo correspondente ao de dois (2) veículos - tipo adotado na composição tarifária vigente.

§ 2º - Autorização para a execução deste serviço, será expedida pelo DER/PR, a vista do contrato de locação de veículo e caso não se configure concorrência com serviço regular existente;

§ 3º - A transportadora recolherá a taxa de contribuição para melhoramento do transporte intermunicipal de passageiros correspondente a dois por cento (2%) do montante contratual.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 106 - Para bem atender o interesse público, o DER/PR poderá requisitar bens e serviços de transportadoras que serão indenizados na forma estipulada para remuneração dos serviços de que trata esta Lei.

Art. 107 - Na publicidade das transportadoras, é proibido o uso de expressões ou artifícios que induzam o público em erro sobre as verdadeiras características do serviço, especialmente itinerário, seccionado, tempo de percurso e preço de passagem.

Art. 108 - Para toda e qualquer planificação dos transportes a que se referem os artigos 6º, 7º e 8º, o DER/PR poderá se valer também de subsídios do Sindicato das Empresas de Transporte Intermunicipal de Passageiros do Estado do Paraná e do Sindicato das Empresas de Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros do Estado do Paraná.

Art. 109 - Os serviços de transporte coletivo intermunicipal de passageiros, em execução até cinco de outubro de mil novecentos e oitenta e nove, outorgados sob qualquer ato, para sua continuidade, prorrogação e renovação, serão adaptados às disposições desta Lei.

Art. 110 - O DER/PR deverá propor e prestar assistência técnica aos municípios, objetivando a racionalização do transporte coletivo, no âmbito municipal e a eliminação de conflitos entre linhas de jurisdição estadual e municipal, bem como para construção ou adaptação de terminais rodoviários.

Art. 111 - Fica assegurada a conversão em concessão, a critério do DER/PR, dos serviços complementares existentes anteriormente à aprovação da presente Lei, desde que atendam aos critérios instituídos no plano de que trata o artigo 7º.

Art. 112 - Toda linha intermunicipal rodoviária poderá ser transformada em ligação metropolitana pelo DER/PR, desde que se enquadre nos critérios instituídos pelo Plano para este fim, e a que se refere o artigo 7º.

Parágrafo Único - As linhas rodoviárias com características metropolitanas cuja transportadora seja exclusiva no itinerário, poderão a critério do DER/PR, ser transformadas em metropolitanas, desde que se enquadrem nos critérios instituídos no Plano para este fim, e de que trata o artigo 7º.

Art. 113 - Quando do desdobramento de municípios, poderá o DER/PR efetuar a regularização de serviço de concessão municipal de transporte coletivo de passageiros, obedecendo aos critérios para instituição de ligação fixados pelo Plano de que trata o artigo 7º.

Art. 114 - Todos os pedidos relativos a operação em linha e serviços, que possam implicar em interferência com direitos de outras concessionárias, serão objeto de publicação no Diário Oficial do Estado.

Parágrafo Único - A transportadora que se considerar prejudicada é assegurado o prazo de quinze (15) dias para apresentação de impugnação.

Art. 115 - Quando mais de uma transportadora operar numa mesma linha, em ligações sem restrição contratual, os sectionamentos e preços deverão obrigatoriamente ser iguais.

Art. 116 - Para adequação do Plano, previsto nos artigos 6º, 7º e 8º, a requerimento da transportadora, no prazo de cento e oitenta (180) dias a contar da data da publicação da presente Lei, serão admitidos desmembramentos de linhas.

Parágrafo Único - Os desmembramentos de linhas somente serão concedidos se não houver outra transportadora executando as linhas resultantes.

Art. 117 - Os casos omissos desta Lei serão decididos pelo DER/PR, e os lançamentos de ofício relativamente às taxas previstas no § 4º do artigo 101 e multa do artigo 88, inciso VII, serão revistos, em segunda instância, quando for o caso, na forma da regulamentação específica a ser procedida pelo Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais do Estado - CCRF.

Art. 118 - O DER/PR implantará, após sua aprovação, todas as recomendações enunciadas pelo Plano de que trata os artigos 6º e 7º da presente Lei.

Art. 119 - O DER/PR baixará instruções ou normas que se fizerem necessárias à execução desta lei.

Art. 120 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.11.89.

(a) HERMAS BRANDÃO

Apoiamto: Luiz Carlos Alborghetti, Antônio Annibelli, Werner Wanderer, Luciano Pizzatto, Tadeu Lúcio Machado.

JUSTIFICATIVA:

Atendendo dispositivo constitucional, promulgado em 5 de outubro do corrente, por esta Casa de Leis, faz-se imperiosa a necessidade de completá-la, promovendo a elaboração das respectivas leis complementares e ordinárias.

A matéria proposta neste projeto de lei complementar visa contemplar uma área prioritária para o funcionamento dos serviços públicos e atendimento à sociedade no que concerne aos Serviços de Transporte de Passageiros do Estado do Paraná.

O conteúdo da presente é uma adaptação do Decreto nº 5.246, de 29 de março de 1974, que conforme se constata atendeu eficientemente aos propósitos a que se

destinara.

Diante de tais considerações, e reconhecendo que a inovação deve sempre levar em conta os resultados, este legislativo entende que mesmo não criando novas disposições acerca da matéria é necessário manter o que o serviço público e a sociedade já incorporaram como regulamentação de tal serviço.

Para tanto contamos com a aprovação dos nossos Pares, nesta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não há oradores inscritos no Pequeno Expediente.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Lindolfo Júnior.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, funcionários públicos, colegas da imprensa: vivemos um momento de definições, vivemos um momento histórico e somente aqueles que convivem...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa solicita às pessoas que não fazem parte do Plenário para que, por obséquio, aguardem nas laterais.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Continuando, Sr. Presidente.

Apenas aqueles que convivem com os problemas, com as agruras de toda a classe trabalhadora, não só de nosso Estado mas de todo o País, podem, sem dúvida alguma, fazer um comentário com relação ao grave problema que vive, principalmente aquele que é o sustentáculo de qualquer administração; administração municipal, administração estadual e até a administração federal.

São eles que no dia a dia prestam serviços a uma gama imensa de paranaenses, de brasileiros. E, como serventário da Justiça, como servidor público também, não poderíamos, sabedores que somos dos problemas dos funcionários públicos do nosso Estado, deixar de mencionar o grave problema, a grande defasagem salarial que vive esta laboriosa classe de trabalhadores. E nós temos nos manifestado em todas as reuniões, citando como exemplo a história que julga os homens, homens que passam pela Câmara Federal, pelo Senado, pela Presidência da República, pelo Palácio Iguaçu, por que não? E se mais tarde a história julgar que o homem que ocupa o Palácio Iguaçu, que foi um bom administrador, a história não vai fazer justiça a um funcionário humilde de uma autarquia, de uma secretaria, de qualquer um dos escalões do Governo Estadual, sim, a história vai dizer que o Governador fulano de tal foi um grande governador. E agora eu digo

e aponto para esses homens, mulheres e jovens que aqui estão servindo ao nosso Estado, gente que sofre na carne dia a dia o problema e a falta de governo que existe hoje em nosso País.

Apresentamos um projeto, um projeto depois de muita discussão ao lado dos companheiros do Partido Liberal, da nossa Executiva, e do nosso Líder Ezequias Losso, e chegamos à conclusão, ao lado da sensibilidade também, que entendo ver estampado no semblante, no olhar de cada Parlamentar neste instante de que nós haveremos de conceder, Sr. Presidente, não apenas a reposição, mas o reajuste mensal para o funcionalismo público do Estado do Paraná. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa solicita às pessoas que se encontram nas galerias, que possam se manifestar, embora seja proibido, mas não com assovios e vaías. É uma recomendação que faço.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Quero testemunhar, nobres Pares, a emoção que nos tomou conta, não no momento em que adentrávamos neste Plenário, mas na última quinta-feira, lá, lá mesmo na Presidência desta Casa, conversando com o Presidente Anibal Khury e este se mostrou sensato, justo, e um homem que vê com bons olhos principalmente a reposição salarial mensalmente e por isso providenciou ao DAP e ao DL um requerimento para que pudéssemos dar entrada a esse projeto.

Obrigado, Deputado Anibal Khury, obrigado, Deputado Werner Wanderer, obrigado, Deputado Tadeu Lúcio Machado, e obrigado às lideranças dos Partidos que aqui se encontram. Porque esse precedente, nobres Pares, já existe, o Governador Moreira Franco do Rio de Janeiro encaminhou uma mensagem à Assembléia Legislativa daquele Estado, concedendo o reajuste mensal.

No Rio Grande do Sul já se começa a pagar quinzenalmente os funcionários públicos e por que isto não acontece aqui? Por que não pagarmos e dividirmos a mensalidade, o salário que já é minguado, que já é vergonhoso para essa classe de funcionários públicos, que antigamente era uma classe respeitada pelos governantes, hoje esquecida. Mas esta classe está dando o troco, está mostrando que tem força, não somente no Paraná, mas no Brasil também.

Por isso, nobres Pares, apresentamos este projeto por entendermos que o funcionário público não é diferente da iniciativa privada, porque, enquanto tentam comparar o setor público com a iniciativa privada dizendo que o setor público é ineficiente e a iniciativa privada é eficiente.

Vale a pena ressaltar que o funcionário

público é igual àquele da iniciativa privada; e por quê? Porque ele também come; ele também tem filhos; porque o funcionário público do nosso Estado, alguns deles, e muitos deles estudam; porque o funcionário público do nosso Estado também toma banho; porque o funcionário público do nosso Estado também - parece brincadeira - mas ele tem os mesmos direitos daquele da iniciativa privada e por isto merece o reajuste mensal; apesar de termos uma reposição aí, uma defasagem de 200, mais de 200%.

Concedo o aparte ao nobre Deputado e Líder da Bancada do PL, Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Nobre companheiro Lindolfo Júnior, Vossa Excelência demonstra mais uma vez a sensibilidade dentro do melhor espírito liberal, em atender às necessidades fundamentais do ser humano, no caso, funcionalismo público, através de um projeto de lei, que tem por objetivo reconhecer o valor deste que está prestando serviços para o desenvolvimento do Estado do Paraná.

Vossa Excelência consultou diversos integrantes do partido, que demonstraram entusiasmo pela iniciativa, e saiba, nobre Deputado, que estaremos aqui ao seu lado, lidando pela concretização desta iniciativa, que vem em boa hora, colocar as coisas em seu devido lugar.

Parabéns, Deputado.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Agradeço o aparte de Vossa Excelência, Deputado Ezequias, o vosso aparte engrandece qualquer pronunciamento.

Mas, continuando, Sr. Presidente, não paramos aí; queremos ver regulamentada esta Constituição que aí está. Uma Constituição elaborada com muita dedicação, tenho certeza, pela maioria dos Parlamentares desta Casa. Foram dias e noites de muito trabalho; eu que fui preterido muitas vezes da Comissão Constitucional; eu que recebi a violência da Bancada do PMDB, tentando me desligar de três Comissões. Tudo, por quê?

Porque estávamos demonstrando trabalho, estávamos nos dedicando, porque quando assumi um compromisso com a sociedade paranaense, de vir à Assembléia Legislativa, esqueci todos os meus afazeres particulares; dediquei-me diuturnamente à causa do Paraná, e diuturnamente à Constituição que aí está.

E esta Constituição nós a comparamos com a "Sinfonia Inacabada", porque não adianta termos uma Constituição bonita, encadernada e não regulamentada. Por isto, apresentamos, e Vossa Excelência, Deputado Anibal Khury, é testemunha de inúmeros re-

querimentos, como sugestões para o Governo do Estado do Paraná.

Agradeço o despacho de Vossa Excelência; apresentamos inúmeros projetos de lei complementar; apresentamos projetos de lei ordinária e agora queremos a regulamentação. E quando o artigo 27 diz, e esse um novo avanço, para o nosso Estado, graças à luta dos Parlamentares, onde diz, no seu artigo 27, § 7º:

"Os vencimentos dos servidores estaduais, devem ser pagos até o último dia do mês vencido, corrigindo-se os seus valores, se tal prazo for ultrapassado."

Tratei com a minha assessoria, de apresentar um projeto, já que em tudo se fala em BTN, se forem pagar os funcionários públicos do Estado do Paraná, no dia cinco do próximo mês, e no dia 30 ou 31, transforme em BTN este salário, e pague em BTN fiscal, o dia cinco.

Nós apresentamos outros projetos. O projeto que unifica um valor do salário-família, pago aos servidores públicos do nosso Estado, porque a Constituição, promulgada por nós no dia 05, garante isso.

E quando me recordo dos trabalhos e me recordo de um homem que, mesmo enfermo, estava aqui, ali mesmo onde sentou agora o Deputado Haroldo Ferreira. É ali que ele levantava a sua voz, a sua voz que já falhava, participando das comissões, discutindo com a nossa gente e com a sociedade paranaense. Eu recordo, neste momento, da memória de um companheiro que muito trabalhou também na unificação deste valor do salário-família, de acordo com o Art. 33 da Constituição Estadual, o saudoso Deputado Edmar Luiz Costa.

Por isso, outros projetos estão sendo apresentados, foram apresentados, e o que nós gostaríamos, Sr. Presidente, nobres Pares, era ver um funcionalismo trabalhando com vontade, com dedicação, sabendo que está sendo valorizado, porque não existe nada mais salutar, não existe nada melhor do que saber que está sendo bem remunerado por aquilo que faz.

Agora, porque estes homens, mulheres, estão aqui há mais de vinte dias, quase um mês parados? Eles estão amparados na Constituição Federal, no direito de greve, mas eu tenho certeza que eles não gostariam de estar aqui agora mendigando; eles gostariam de vir ao Parlamento e conversar conosco, com homens e mulheres que foram eleitos para defender interesses do Estado do Paraná e o funcionário público faz parte do povo do Paraná.

Quando se fala em corrigir os salários dos servidores de acordo com o aumento da arrecadação, faço questão de afirmar aqui: vamos parar de privilégios para alguns empresários e vamos dar autonomia ao fisco para que ele possa arrecadar. Se dermos

autonomia ao fisco do nosso Estado, se dermos autonomia aos fiscais da receita estadual, não tenho dúvida: coloque-me na Secretaria das Finanças que eu triplico essa arrecadação, em apenas dois meses. Agora, eu não sei também se o Secretário das Finanças da Fazenda manda na sua Pasta, isso eu também não sei.

Senhores Deputados, eu peço e acredito na sensibilidade de Vossas Excelências. Durante três anos convivemos quase que diariamente nesta Casa com companheiros que tive a oportunidade de aprender e muito, companheira como a Vera Agibert, uma voz feminina que sempre levantou ao lado também da Irondi, ao lado também da Líder do PRN, Amélia Hruschka, a sua voz em favor do Povo do Estado do Paraná, principalmente da sua região e do funcionalismo público.

Minha querida Vera, o seu nome significa verdadeira e eu tenho certeza, que você ao lado de todos nós Deputados Estaduais, votará pelo salário digno a esses trabalhadores que vêm a nossa Casa solicitar de forma ordeira justiça e não migalhas.

Muito obrigado Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Encerrado o Grande Expediente.

Passa-se ao Horário das Lideranças.

Com a palavra a Representação do PL. (Declina).

Com a palavra a Representação do PT.

Concedo a palavra ao Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, demais integrantes desta primeira Sessão da Semana, servidores públicos do Estado do Paraná que estão há 25 dias à espera, lutando por um direito líquido e certo e que infelizmente o Palácio Iguaçu, o nosso governante continua surdo às aspirações dos trabalhadores do Paraná e o exemplo mais claro é a desatenção em relação à greve que há quase um mês assola o funcionalismo público que está vivendo com um salário de fome e que não tem a devida compreensão, o devido respeito dos governantes, já que a sua sobrevivência depende dos servidores públicos do Estado do Paraná.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, quero deixar dito nesta tribuna, que necessário se faz a interferência deste Poder para abrir caminho, para buscar uma saída para o impasse dos funcionários públicos no Governo do Estado do Paraná.

Este Poder não pode passar e se fazer de surdo. Concordo plenamente com as alegações pronunciadas nesta tribuna pelo

nobre Deputado Lindolfo Júnior. Conhecemos o seu projeto, um projeto que tem um caráter autorizatório porque não é de competência exclusiva do Poder Legislativo tomar iniciativa sobre a política salarial do Estado, mas na data de hoje e amanhã são dois dias decisivos e é necessário que este Parlamento se pronuncie e existem duas propostas nas mãos da Mesa Executiva, uma é colocar na Ordem do Dia e aprovamos aqui o projeto de autoria do Deputado Lindolfo Júnior. Atendendo o apelo dos servidores públicos do Estado do Paraná nesta manhã, decidi encaminhar à Mesa um requerimento nos seguintes termos:

"O Deputado que o presente suscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que seja encaminhado imediatamente expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador Álvaro Dias, solicitando que o mesmo envie a esta Casa de Leis mensagem governamental que encontre uma política salarial de reajustes mensais baseados no Índice de Preços ao Consumidor para todo o funcionalismo do Estado do Paraná".

Por quê?

O funcionalismo público está em greve há 25 dias e até agora o Governo não apontou soluções capazes de cobrir as expectativas mínimas do funcionalismo.

A defasagem salarial chega a 205% para algumas categorias.

A inflação mensal, Senhor Presidente, Senhores Deputados, passa, todo mês, de 40% e só política de correção mensal pode diminuir as perdas nos vencimentos do funcionalismo público.

É por isso que o IPC é melhor dos índices para corrigir as perdas que estão submetidos os assalariados do Paraná, razão pela qual é que nós estamos propondo esse requerimento para apreciação hoje e já neste Plenário.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, precisamos manifestar a posição deste Parlamento, porque Sua Excelência o Governador está insensível, este Parlamento tem que reivindicar e exigir do Governador negociações imediatas, diálogos com os representantes, porque se ele assim não o fizer, não respeitar oficialmente este Parlamento, nós os Parlamentares, e quero convidar aqui a todos, da Situação e Oposição, nós temos que nos dirigir ao Palácio Iguazu, abrir as portas para conversar e dialogar e acertar a vida futura do funcionalismo público do Estado do Paraná. (Palmas)

O Sr. Lindolfo Júnior - Concede-me um aparte, Deputado?
(Assentimento).

Nobre Deputado Pedro Tonelli, gostaria de parabenizá-lo pela iniciativa também de apresentar um requerimento e gostaria de

aproveitar e fazer uma solicitação aos nobres Pares para que aprovemos o seu requerimento e aprovemos também o nosso projeto concedendo o reajuste mensal para os servidores públicos. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Está encerrado o prazo de Vossa Excelência.

O SR. PEDRO TONELLI - Concluindo, Senhor Presidente, Senhores Deputados, essa é a tarefa principal neste momento. Vamos buscar uma saída entre o Poder Executivo e o funcionalismo público que está parando o serviço público no Estado do Paraná. Está e a nossa tarefa neste momento. Vamos nos dedicar e vamos buscar uma solução.

Era isto Senhor Presidente, Senhores Deputados. Muito obrigado. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) PFL com a palavra.

(Declina).

PDS com a palavra. (Declina).

PTB com a palavra. (Declina).

PTN com a palavra. ((Declina)).

PRN com a palavra. Com a palavra o nobre Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Eu queria dizer a esta Casa e dizer ao Deputado Lindolfo Júnior que eu voto favoravelmente com Vossa Excelência, mas eu gostaria de deixar registrado que todos os órgãos de imprensa do Paraná noticiaram um ofício que eu, o Deputado David, Deputado Bárbara, Deputado Ferrari, a minha Bancada, nós enviamos ao Senhor Governador Álvaro Dias, pedindo pelo amor de Deus que ele analisasse friamente os salários dos servidores públicos do Estado do Paraná e eu dei uma idéia ao Senhor Governador, em papel timbrado desta Casa, um apoio da minha Bancada, que eu gostaria que os funcionários recebessem cada 15 dias e não esperassem 30 dias para receber um salário de miséria que é pago no Paraná, como é pago em toda a Nação brasileira.

Então quero deixar registrado nesta Casa que nós fizemos este apelo ao Governador Álvaro Dias, eu e a Bancada do PRN, para que ele pensasse, analisasse e refletisse para que o funcionalismo público do Estado do Paraná recebesse a cada 15 dias o seu salário e além do mais recebesse um salário justo.

Muito obrigado. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) PRP com a palavra.

(Declina).

PDT com a palavra. Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente,

Senhores Deputados. Na semana passada os servidores públicos do Estado estiveram aqui nesta Casa e saíram frustrados pela ausência de Parlamentares, pela ausência até certo ponto em alguns casos justificáveis porque ainda vivíamos o clima das eleições. Mas poucos Deputados aqui estavam, e nós, através dos companheiros Pedro Tonelli, Nereu Massignan, Paulino Delazeri e Luciano Pizzatto atendemos a classe dos funcionários públicos nos reunindo no plenarinho da Assembléia e ouvindo o clamor desta classe por melhores salários, não só por melhores salários, mas por melhores condições de trabalho. E na discussão que tivemos no plenarinho, muitas sugestões, muitas idéias, e evidentemente colocado também em discussão o Projeto do Deputado Lindolfo Júnior. Evidentemente a Bancada do PDT - publicamente nós podemos garantir aos servidores - de que vai votar favoravelmente a este Projeto.

Mas, eu queria também neste momento dizer que realmente nós não podemos admitir e não podemos aceitar a situação que vivem alguns funcionários públicos estaduais. Estamos procurando na Prefeitura da Cidade corrigir algumas distorções, alguns problemas salariais, e esperamos que o Governo do Estado também tenha essa sensibilidade de abrir-se ao diálogo e procurar reparar algumas injustiças que ocorrem. Veja, por exemplo, eu estou dando entrada nesta Casa de um Projeto de Lei que visa dar uma aposentadoria à viúva do servidor público que morreu em serviço, porque nesta Casa tem sido aprovada e concedida a pensão à viúvas de políticos, viúvas de prefeitos, e não se admite que aquele homem que trabalha em favor do Estado, e especialmente no caso da Segurança Pública que também está em greve, a nossa Polícia Civil. Lamentavelmente o Paraná todo resente-se da necessidade da atuação da nossa Polícia. Mas, também nós entendemos que o policial não pode desenvolver um bom trabalho se sai de casa com o miserável salário que ganha, mulher, dois, três filhos, escola, remédio, roupa, comida, luz e gás. E ele vai para o trabalho de cabeça quente e de repente até acaba cometendo algum deslize em razão dessa precariedade da sua sobrevivência. Por isso, nós somos solidários à greve da área da Segurança Pública que é a área que nós mais atuamos, que nós mais sentimos de perto o problema.

Mas vejam bem, na semana passada ocorreu aquele motim na Penitenciária Central do Estado e, em meio àquela baderna que lá se formou, o que é que aconteceu? Mataram 10 presos mas acabaram matando também um pai de família, um servidor público estadual, um homem trabalhador, cumpridor das suas obrigações que morreu por um salário miserável de pouco mais de 500 cruzados,

minha gente. Esse era o salário que recebia o agente de reclusão Adalberto Gomes da Silva, pouco mais de 500 cruzados por mês para estar lá diariamente enfrentando 1300 presos da mais alta periculosidade, e esta é a situação hoje dos demais agentes de reclusão que não querem reassumir o trabalho na Penitenciária por esse salário miserável, e lá estão também hoje há mais de 72 horas policiais militares que não puderam voltar para as suas casas, que não puderam fazer o contato com as suas famílias, que lá estão sem fazer um contato com seus filhos há três dias dentro da penitenciária, por quê? Porque esta situação os agentes não querem reassumir com esse salário miserável, e os policiais militares por sua vez se obrigam a permanecer há mais de 3 dias para poder manter a segurança do presídio.

Tudo isso por culpa dessa política de salário do Governo do Estado do Paraná que precisa urgentemente ser reparada sob pena de que possamos ter um caos total na administração do Estado do Paraná.

Queriatambém nesse momento dizer, que no nosso trabalho dentro da Assembléia Constituinte Estadual, fomos um daqueles que mais apresentou emendas e mais teve emendas aprovadas. E uma delas é muito importante e diz diretamente à classe dos servidores públicos:

"Artigo 29 - os vencimentos dos servidores estaduais devem ser pagos em data fixa, salvo impedimento por calendário, até o último dia do mês vencido, corrigindo-se os seus valores se tal prazo fosse ultrapassado". E esta nossa emenda é que está prevalecendo através da Constituição Estadual do Paraná. Houve uma outra emenda tentando rechaçar a nossa, mas, graças à sensibilidade do Relator dos demais Parlamentares das demais lideranças aqui presentes, esta emenda está anexada, está fazendo parte da nossa Constituição

Esta também é a nossa contribuição ao Servidor Público do Estado do Paraná. Faço aqui, mais uma vez, um apelo ao Governador em nome da Bancada do PDT, para que se abra o diálogo mais rápido possível. Não queremos a repetição do que aconteceu no ano passado: não queremos cães, nem bombas, nem cacetetes, nem pedras na cabeça do Servidor.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Nereu Massignan.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - A Bancada do PSDB - dos "Tucanos" na Assembléia Legislativa do Paraná, apóia o Projeto do Deputado Lindolfo Júnior e acrescenta, que: se houvesse menos publicidade no rádio, na televisão e nos jornais por parte

do Governador Álvaro Dias era possível se conceder os aumentos e a negociação com o funcionalismo público! Considera o PSDB que o salário faz parte da dignidade humana e como tal assim deve ser tratado e pede ao Senhor Governador Álvaro Dias que, ao contrário, ao invés de usar o horário nobre da televisão para promoção pessoal de seu Governo, use o horário nobre da televisão, convoque o funcionalismo público para o diálogo, para o entendimento, reconhecendo o estado de greve, e encaminhando a solução através do diálogo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o PMDB.

Concedo a palavra ao Deputado Artagão Mattos Leão.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada. Assistimos ao Deputado Lindolfo Júnior mais uma vez aproveitando a lotação das galerias fazer demagogia... (vaias).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa solicita encarecidamente que se respeitem os Deputados que estão falando. Nós estamos numa Assembléia democrática e eu não quero ser obrigado a esvaziar as galerias. Eu estou tolerando, acho que vocês têm o direito de se manifestar, mas, respeitem. Se vocês não respeitarem o Legislativo o Governo também não vai respeitar. (Palmas).

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Eu sei, Senhor Presidente, que a hora em que Vossa Excelência anunciou a palavra ao PMDB já algumas pessoas que tomam esta galeria, tinham a intenção de praticar a vaia. No entanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, achamos que não é o caminho. Estamos todos imbuídos de um mesmo propósito que é chegarmos a um acerto que seja justo para ambas as partes. Temos recebido representações dos senhores funcionários públicos que têm nos mostrado os contracheques e nós também, bancada do PMDB, estamos de acordo de que alguma coisa precisa ser feita. Mas precisamos seguir o caminho legal. Não podemos querer que esta Casa aprove projetos inconstitucionais para agradarmos as galerias, para sermos aplaudidos! Isto não é função de um verdadeiro Deputado!

Artigo 66 da Constituição do Estado do Paraná, promulgada em cinco de outubro próximo passado:

"...são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

I - criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo, ou aumento

de sua remuneração".

A bancada do PMDB, reconhecendo a legitimidade do requerimento do Deputado Pedro Tonelli, reconhecendo a legitimidade e a constitucionalidade do requerimento do Deputado Pedro Tonelli e aprovando que também deseja que o salário dos senhores funcionários públicos, dentro do possível, seja melhorado, vai aprová-lo, porque é um requerimento constitucional. Mas não pode a bancada do PMDB, com a finalidade única de agradar galerias, votar a favor de um projeto inconstitucional.

Por isto fazemos desde já a nossa declaração de voto, aprovaremos o requerimento constitucional do Deputado Pedro Tonelli e votaremos contra o Projeto de Lei inconstitucional do Deputado Lindolfo Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a hora do expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, ofício de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, na qualidade de Líder do PDT, constante do expediente, comunicando que a Bancada do PDT se retira da CPI que apura as irregularidades na aplicação dos recursos do SUDS. À Diretoria de Assistência ao Plenário, para os devidos fins.

Projetos de lei complementar, de autoria do Senhor Deputado David Cheriegate, devidamente apoiados, constantes do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei complementar, de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Luciano Pizzatto, devidamente apoiado, constante do expediente de sessão anterior. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente.

diente. Necessita de apoio. Apoiado.
A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Acir Mezzadri, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado.
A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pirajá Ferreira, constante do expediente, solicitando preferência de votação ao Projeto de Lei nº 129/89. Aprovado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando preferência de votação ao Projeto de Resolução nº 65/89. Aprovado.

De conformidade com os requerimentos de preferência de votação acima aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 129/89, de autoria do TRIBUNAL DE JUSTIÇA, que altera a redação dos dispositivos que especifica, da Lei nº 7.297, de 08 de janeiro de 1980, e adota outras providências. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 65/89, oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que autoriza a realização de plebiscito visando a criação do Município de Candói, desmembrado do Município de Guarapuava, formado com áreas do Distrito de Candói e do Distrito de Paz, com as divisas que especifica. Aprovado.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 65/89

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito, visando a criação do Município de Candói, desmembrado do Município de Guarapuava, formado com áreas do Distrito de Candói e do Distrito de Paz, com as seguintes divisas:

"Começa no Rio Carvernoso, no encontro com a Estrada Capão da Lagoa-Cantagalo, segue pela referida Estrada até o encontro com a Estrada Capão da Lagoa-Campo Fechado, segue por esta até o Lajeado dos Porcos, descendo o Lajeado dos Porcos até sua foz no Rio Campo Real, descendo o Rio Campo Real até a sua foz no Rio Jordão, descendo o Rio Jordão até sua foz no Rio Iguaçu, descendo o Rio Iguaçu até a foz do Rio Cavernoso acima até o encontro com a Estrada Capão da Lagoa-Cantagalo, ponto inicial.

Memorial descritivo do Quadro Urbano da sede do município de Candói: Partindo do eixo da BR 373 que vai de Três Pinheiros a Pato Branco, à altura do km 416,8 sobre o Rio da Divisa; pelo Rio da divisa abaixo, na distância de 1.400 m, passando

pelos fundos da Serraria Zagonei até encontrar a rede de energia elétrica; daí segue em linha reta e seca, no sentido de Pato Branco e numa distância de 8.200 m, até a altura do marco do km. 425; desse ponto, segue por linha reta e seca, numa distância de 1.000 m, até a BR 373, no marco 425; continua por linha reta e seca, no mesmo rumo por mais 2.500 m, daí reflete à direita e, por linha reta e seca, com a distância de 8.200 m, alcança a Estrada de Rio da Lage; desse ponto, por linha reta e seca, numa distância de 2.000 m, alcança o eixo da BR 373 sobre o Rio da Divisa na altura do km 416,8, ponto de partida".

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.11.89.

(Ass) CÂNDIDO BASTOS

Presidente

ANTÔNIO ANNIBELLI

Relator.

Passaremos à apreciação do restante da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 239/88, de autoria do Poder Executivo (Mensagem nº 96/88) que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Primeiro de Maio, o imóvel urbano medindo 152.571,09 m., no lugar denominado Parque Turístico Primeiro de Maio, matriculado sob o nº 1266, protocolo nº 6182, do livro 01 do Cartório de Registro de Imóveis, da Comarca de Primeiro de Maio. Aprovado. (Publ. no DA nº 83, de 15.08.88).

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 293/89, de autoria do Deputado Luciano Pizzatto, que declara de Utilidade Pública o Instituto Florestal do Paraná, conforme especifica. Com Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 301/88, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que denomina de Prefeito Otávio Furquim o trecho da PR- 092, que liga os Municípios de Rio Branco do Sul e Cerro Azul, neste Estado. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.O.P.T.C., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 29/89, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária de Almirante Tamandaré. Com Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 163/89, de autoria do Deputado Pirajá Ferreira, que declara de Utilidade Pública o Conselho de Entidades Sociais particulares de Curitiba, com sede e foro nesta Capital. Com Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 235/89, de autoria do Deputado Lauro Lobo Alcantara, que declara de Utilidade Pública o Movimento do Geral no Brasil, com sede e foro na cidade de Apucarana. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 240/89, de autoria do Deputado Valderi Mendes Vilela, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Professores- APP da Escola Estadual Nóbrega da Cunha, com sede e foro no Município de Bandeirantes. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 249/89, de autoria do Deputado Paul Lopes, que declara de Utilidade Pública a Associação da Vila Militar, com sede e foro em Curitiba. Com Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 165/89, de autoria do Deputado Eduardo Baggio, que acresce parágrafo e itens à Lei n° 1211, de 16 de setembro de 1953. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.O.P.T.C. e C.C.E., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. n° 62, de 29.06.89).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 165/89

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Eduardo Baggio, o plano de lei em tela tem por finalidade acrescentar parágrafos e itens à Lei n° 1211, de 16 de setembro de 1953.

Pela justificativa que se apresenta a esta presente proposta, podemos observar que a alteração em questão virá a consagrar o princípio da segurança jurídica, vigente em nosso ordenamento jurídico. Isto porque até então o tombamento de bens pertencentes a particulares, em nosso Estado vinha acarretando uma situação de insegurança e insatisfação por parte daqueles que fossem atingidos por ela.

Quanto a insegurança, pois não raramente são surpreendidos com decisões incorríveis de tombamento; e insatisfação pois o valor dos bens tomados vem sendo

reduzidos a valores inferiores aos de mercado e assim proprietários acabam por colocá-los à venda e assim a administradora vem a adquiri-los por preços ínfimos.

Diante destas situações, esta douta Comissão de Constituição e Justiça chamada a opinar de conformidade com o Regimento Interno desta Colenda Casa, nos aspectos legal, constitucional ou regimental, vem a se pronunciar favoravelmente pela proposta em análise.

Nestas condições o nosso Parecer é Favorável, opinando-se pela sua Aprovação em Plenário.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 22.08.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS
Presidente
ANTÔNIO ANNIBELLI
Relator.

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI N° 165/89

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Eduardo Baggio, tem a finalidade de acrescentar parágrafos aos arts. 5° e 8° da Lei n° 1211, de 16 de setembro de 1953, que dispõe normas em relação ao patrimônio artístico e natural do nosso Estado.

A douta Comissão de Constituição e Justiça, analisando o aspecto constitucional e do projeto deu parecer favorável.

No mesmo sentido foi o parecer dado pela douta Comissão de Cultura e Esportes. No que compete a esta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, nada encontra que possa obstar regimentalmente a tramitação deste pelos órgãos competentes desta Casa de Leis.

Assim sendo, é o nosso Parecer favorável, opinando-se pela aprovação do Projeto de Lei n° 165/89.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 16.10.89.

(aa) ACIR MEZZADRI
Presidente
DAVID CHERIEGATE
Relator.

COMISSÃO DE CULTURA E ESPORTES
PROJETO DE LEI N° 165/89

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Parlamentar Eduardo Baggio, o presente plano de lei visa acrescentar parágrafos aos arts. 5° e 8° da lei n° 1211, de 16 de setembro de 1953.

A referida lei dispõe sobre o patrimônio histórico, artístico e natural de nosso Estado. A presente proposição visa me-

lhor regulamentar os supra mencionados artigos da Lei n° 1211/53, já que o art. 5° diz que o "tombamento de coisa pertencente à pessoa natural ou à pessoa jurídica de direito privado se fará, voluntária ou compulsoriamente", sem contudo disciplinar o procedimento de tal tombamento. O art. 8° reza do procedimento do tombamento compulsório, deixando "lacuna legis" quanto ao encerramento do referido procedimento.

Mister se fazia, então, melhorar-se e preencher corretamente a lacuna em branco deixada pelo legislador nos referidos tópicos, a fim de melhor aplicá-la, evitando-se assim o risco de deixá-la como lei morta, sem uso legal próprio.

A douta Comissão de Constituição e Justiça posicionou-se favoravelmente, por entender não haver impedimento legal ou constitucional, além de que a alteração em questão virá consagrar o princípio da segurança jurídica.

Esta Comissão de Cultura e Esportes, chamada a opinar, de opinar, de acordo com a Resolução n° 120, de 22 de maio de 1979, que lhe dá competência para matéria cultural e esportiva, cabendo-lhe, também, difundir e estimular iniciativas e realizações desses setores de atividade, vem a se pronunciar pelo parecer favorável, opinando-se pela aprovação do Projeto de Lei n° 165/89.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.09.89.

(aa) RAUL LOPES
Presidente

DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR
Relator.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 180/89, de autoria do Deputado Namir Piacentini, que concede o Título de cidadão Honorário do Paraná ao Senhor José Aroldo Gallassini. Com Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. n° 66, de 08.08.89).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 180/89

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Namir Piacentini, objetiva conceder o título de Cidadania Honorária do Paraná, ao Sr. José Aroldo Gallassini.

Em sua justificativa, o autor traça um perfil sobre a personalidade, seu trabalho e dedicação ao cooperativismo, culminando sua atuação nessa área, com a fundação da COAMO, ocorrida em novembro de 1970, tornando-se o seu Presidente.

No que tange à manifestação desta Comissão de Constituição e Justiça, não encontramos quaisquer impedimentos que possam obstaculizar a normal tramitação do projeto por esta Casa de Leis.

Curitiba, segunda, em 20.11.89

Por outro lado, é de se reconhecer aqueles que dedicam sua vida às causas justas, de interesse de todos, não medindo esforços para alcançarem seu "desideratum".

Nestas condições, justifica-se o tributo que o autor pretende prestar ao cidadão José Aroldo Galassini, razão porque nosso parecer é pela aprovação do projeto. O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 19.08.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente
JOSÉ AFONSO JÚNIOR - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 242/89, de autoria do Deputado VALDERI MENDES VILELA, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DA ESCOLA DARIO VELOSO - APM, com sede e foro no Município de Bandeirantes. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado. (Publ. no D.A. n° 81, de 19.09.89).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 242/89

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Valderi Mendes Vilela, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres - APM - da Escola Estadual Dario Veloso, com sede e foro no Município de Bandeirantes.

Ao analisarmos o mesmo, vemos que a referida entidade encontra-se de acordo com os ditames da Lei n° 6994, de 10.01.78, que dita as normas para declaração de Utilidade Pública, já que foi registrada em 1979, sob o n° 1417, do livro-A, do Cartório de Registro Civil, Títulos e Documentos de Bandeirantes, tendo consequentemente personalidade jurídica há mais de um ano e que está em efetivo exercício junto à comunidade de maneira desinteressada, ou seja, não tem fins lucrativos e que através da integração escola-família-comunidade, desempenha dentro da área assistencial, atendimento aos alunos mais carentes, serviço médico-odontológico, distribuição de alimentos aos educandos.

Assim sendo, nada encontramos que possa impedir a legal tramitação do mesmo nesta Augusta Casa de Leis.

Isto posto, opinamos favoravelmente à aprovação do projeto de lei em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões em 24.10.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente

GERNOTE KIRINUS - Relator 1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 49/89 (Mensagem n° 62/89, ex-Proposição n° 54/89), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, que aprova os Termos Aditivos e de Revigoração de Convênios celebrados en-

tre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Fazenda e os Municípios que especifica, objetivando a construção de prédios destinados às Agências de Rendas do Estado, nas datas em que especifica. - **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 52/89 (Mensagem n° 61/89, ex-Proposição n° 53/89), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, que aprova os Convênios celebrados em 17 de julho de 1989, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Estado de Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e sua Superintendência do Controle da Erosão e Saneamento Ambiental - SUCEAM e os Municípios que especifica, objetivando a execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana nos respectivos municípios. - **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 49/89 (Mensagem n° 62/89- ex-Proposição n° 54/89), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, que aprova os Termos Aditivos e de Revigoração de Convênios, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Fazenda e os Municípios que especifica, objetivando a construção de prédios destinados às Agências de Rendas do Estado, nas datas em que especifica. **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 52/89, (Mensagem n° 61/89- ex-Proposição n° 53/89), oriundo do Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade, que aprova os Termos celebrados em 17 de julho de 1989, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e sua Superintendência de Controle da Erosão e Saneamento Ambiental - SUCEAM e os Municípios que especifica, objetivando a execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana nos respectivos Municípios. **Aprovado.**

Sobre a mesa, requerimento de n. 2453, de autoria do Senhor Deputado Werner Wanderer, com apoio do Senhor Deputado Pirajá Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 2445, de autoria do Senhor Deputado Werner Wanderer, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 2399, de autoria do Senhor Deputado Werner Wanderer, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n. 2417, 2416, 2420, 2421, 2422, a de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de ns. 2426, 2427, 2428,

2429, 2430, 2431, 2432, 2433, 2434, 2435, 2436, 2437, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 2402, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de ns. 2439, 2440, 2441, 2442, 2443, 2444, de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de ns. 2449, 2448, 2447, 2446, de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 2392, de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de ns. 2450, 2451, de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de ns. 2394, 2395, 2396, 2397, de autoria do Senhor Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 2405, 2406, 2407, 2408, de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 2409, de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 2452, de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. **Prejudicado.**

Requerimento de n. 2424, de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente. **Em votação.**

A Mesa alerta o Plenário, votado esse requerimento, o requerimento do Deputado Lindolfo Júnior será prejudicado.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - (Pela Ordem) Senhor Presidente, parece-me que o Regimento Interno não traria em seu bojo qualquer dispositivo que daria como prejudicado um projeto de lei mediante aprovação de um requerimento. Acho que um não prejudica o outro.

Por esta razão, apelo a Vossa Excelência para que se aprovado o requerimento, seja mantido o projeto de lei.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - (Pela ordem) A razão da questão de ordem também se direciona no mesmo sentido que coloca o Deputado Ezequias Losso.

Entendo Senhor Presidente, que o re-

querimento é uma forma de manifestação política da Assembléia Legislativa direcionando ao Governo uma orientação. Ela não tem força de lei. O Governo poderá aplicá-la ou não.

Enquanto que o projeto do Deputado Lindolfo Júnior, se aprovado, se transforme em lei, aí o Governador terá a prerrogativa de vetar ou não o projeto e a Assembléia Legislativa, apreciar o veto.

Entendo que a aprovação do requerimento não prejudica o trâmite normal do projeto de lei já que é prerrogativa do Parlamentar apresentar projetos de leis e, conseqüentemente, não se justificaria que um requerimento aprovado pela Assembléia prejudicasse um projeto de lei que deve obedecer os trâmites legais.

O SR. PEDRO TONELLI - (Para Encaminhar)
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não sei se é correto o encaminhamento da Mesa Executiva.

Ao meu ver não havia mal nenhum aprovarmos tanto o requerimento quanto o projeto.

O projeto do Deputado Lindolfo Júnior também é um projeto autorizatório. Não é um projeto que obriga, porque a Constituição assegura que política salarial é competência exclusiva do Poder Executivo. Então não podemos. Nós autorizamos e aprovamos.

Então, acho que o efeito é o mesmo. É uma manifestação política desse Poder que quer dar o encaminhamento melhor possível para a questão do funcionalismo público do Estado do Paraná. O efeito é o mesmo.

A única diferença que tem é que o projeto do nobre Deputado Lindolfo Júnior está tramitando e não sei quando ele irá para a Ordem do Dia para aprovarmos.

E o meu requerimento vai ser aprovado ou não hoje. E se for aprovado, imediatamente este Poder tem que oficializar Sua Excelência o Governador para ele saber qual a posição desse Poder. Se o Poder Legislativo quer que se resolva o problema do funcionalismo público do Paraná. Nós queremos resolver isso hoje.

Então, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a única diferença que tem, o efeito é o mesmo, o projeto do nobre Deputado Lindolfo Júnior é igual a um requerimento, porque não podemos obrigar o Governador a cumprir, então acho que tanto o do Deputado Lindolfo Júnior quanto o meu são bem intencionados, e eu peço ao Plenário que nós aprovemos isso aqui e inclua-se na Ordem do Dia o projeto do Deputado Lindolfo Júnior e aprovemos, para que fique explícito que os Deputados não estão surdos à miséria dos funcionários públicos que estão ganhando 500, 600, 1000, 1500 cruzados por que precisam ter reconhecido o seu

serviço através de um salário melhor e de uma política salarial condizente com a inflação de 40% ao mês, porque enquanto o Lula não assumir, este negócio vai continuar, para pior.

Então, por isso, Senhores Deputados, nós queremos a compreensão deste Parlamento, vamos aprovar e vamos interferir, no Palácio Iguaçu, para que se resolva este problema sério que atinge o serviço público do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

(Aplausos).

O SR. PAULO FURIATTI (Para encaminhar) -

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

Compete à Assembléia Legislativa demonstrar claramente ao conjunto dos funcionários públicos, que reconhece a situação desesperadora dos funcionários públicos.

Se não nos compete determinar o aumento, nos compete aprovar e remeter ao Sr. Governador! (Aplausos)

Eu gostaria de dizer que estas posições do líder da Bancada do PMDB, de que o Deputado A ou o Deputado B, estaria lançando uma mensagem, sabendo que ela não teria sucesso, é um sofisma usado, porque dentro do âmbito do Poder da Assembléia Legislativa, ela deve exercer este Poder, e se o Senhor Governador não admite analisar a situação dos funcionários, ele que assumira esta posição por inteiro!

Ele que assumira não dar e que assumira o ônus político dessa decisão!

APLAUSOS.

Nunca, nunca no Estado do Paraná nós tivemos um desmonte dos recursos humanos como nós temos hoje, no Estado do Paraná! Os funcionários públicos, infelizmente, é lastimável, é com tristeza que eu digo isso, mas mesmo no período da ditadura os funcionários não tinham o tratamento que estão recebendo hoje, do Governo do Estado.

APLAUSOS.

Senhor Presidente, eu sou funcionário do ITCP, licenciado, porque me elegi Deputado. Em 78 eu trabalhava em Londrina, eu casei, montei casa, comprei um carro zero quilômetro, com o salário de funcionário público. Hoje, o mesmo funcionário, naquelas condições, está terminando o mês no dia 12, 13!

A Secretaria da Agricultura tem um dos quadros melhores que eu conheço, tem feito um trabalho da aplicação da lei dos agrotóxicos, contra as multinacionais, no dia-a-dia, que é uma coisa maravilhosa, e esta estrutura está sendo desmontada, e no momento em que esta estrutura está sendo desmontada, nós estamos atendendo com poucos salários os interesses contra o Estado!

Pagar mal funcionário público é lesar a pátria, é lesar a pátria!

Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, compete a nós darmos aqui um grito a favor dos funcionários, e o Senhor Governador que assuma inteira responsabilidade.

Era isso, muito obrigado!
APLAUSOS.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa mantém a sua decisão.

O SR. NEREU MASSIGNAN (Pela ordem) - Eu consulto a Vossa Excelência se é possível recorrer ao Plenário da decisão da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não cabe recurso neste sentido, mas eu posso sugerir ao nobre Líder do PSDB e ao ilustre Deputado Pedro Tonelli que retire o seu requerimento. Não se pode confundir alhos com bugalhos.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, um projeto não pode ser revogado por um requerimento. Eu não estou pedindo a revogação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O projeto não vai ser revogado. Apenas a tramitação em caráter de urgência urgentíssima é que vai ser prejudicada.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu não estou fazendo referência ao projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência, lamentavelmente, caiu numa pequena armadilha; ou Vossa Excelência retira o requerimento, ou eu vou submetê-lo a voto.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu mantenho o requerimento Senhor Presidente.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está Vossa Excelência com a palavra, pela ordem.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Senhor Presidente, apenas gostaria de deixar registrado que nós tentamos. Nós apresentamos um projeto de Lei, um projeto autorizatório, o projeto hoje, nós aprovamos um requerimento, autorizamos a Assembléia a se formar numa grande Comissão Geral, e após a Comissão Geral votamos a partir de amanhã já em primeira discussão o nosso projeto de lei. É um projeto Senhor Presidente, e não uma sugestão como o Deputado Pedro Tonelli

está apresentando.

Eu fiz a minha parte. Se aprovarem o requerimento do Deputado Pedro Tonelli, nós teremos retardado, como disse Vossa Excelência o nosso projeto de lei que poderá ser aprovado esta semana e poderá ser sancionado até, porque não dizer esta semana pelo Governador e, os autógrafos tenho certeza como Vossa Excelência assumiu compromisso comigo, na quinta-feira, de, votado o projeto, encaminhar imediatamente ao Governador Álvaro Dias, eu lavo as minhas mãos.

Com relação ao pronunciamento do Líder do PMDB eu respondo com argumentos. Eu não respondo com ataques. Este histerismo de Vossa Excelência, Deputado Artagão...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa determina ao serviço de taquigrafia que elimine as expressões ofensivas.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - ... é argumento daqueles que não têm argumentos. Por que que não apresentou e não defendeu os funcionários públicos desde o começo? Então nós estamos aqui defendendo.

O SR. ALGACI TÚLIO - Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, se eu bem entendi, existem dois requerimentos além do projeto de lei do Deputado Lindolfo Júnior.

Vossa Excelência me parece está colocando em discussão os dois requerimentos sem prejuízo do projeto de lei. É isto que tem de ser esclarecido aos Senhores Parlamentares, e também ao Plenário aqui, de que Vossa Excelência está colocando em discussão e votação dois requerimentos: Um do Deputado Tonelli e outro do Deputado Lindolfo, independente do projeto de lei que vai ter tramitação normal.

O SR. HAROLDO RODRIGUES FERREIRA - Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Haroldo Ferreira.

O SR. HAROLDO RODRIGUES FERREIRA - Senhor Presidente, em cima do que o Deputado Algaci Túlio levantou, com um esclarecimento ao Plenário, para um esclarecimento ao Plenário Senhor Presidente, votando o requerimento do Deputado Pedro Tonelli, prejudica o requerimento do Deputado Lindolfo Júnior?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Perfeitamente.

O SR. HAROLDO RODRIGUES FERREIRA - Não o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não o projeto. O projeto continua tendo o seu curso normal.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está Vossa Excelência com a palavra.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Votaremos a favor do requerimento do Deputado Pedro Tonelli, porque entendemos que a propositura do nobre Parlamentar é correta e levará a Sua Excelência o Governador, a posição deste Parlamento como um todo. Digo deste Parlamento como um todo, porque já tivemos a oportunidade de, há questão de uns 10 dias atrás, quando aqui votamos o projeto de autoria do nobre Presidente Anibal Khury, Projeto n° 185/89, ao qual apresentamos emenda estendendo os 40% de anotação de responsabilidade técnica a algumas categorias profissionais, já tivemos oportunidade, por sugestão naquela ocasião em aparte a nós oferecido pelo Deputado Nilton Barbosa, de acompanhar o Deputado Artagão Mattos Leão no dia seguinte até o gabinete de Sua Excelência o Governador para esclarecê-lo do que estávamos votando e pedir a ele o necessário apoio e a necessária sanção àquele projeto de lei, de autoria de Vossa Excelência.

Como também naquela oportunidade, Sr. Presidente e Srs. Deputados, solicitamos de Sua Excelência o Sr. Governador que enviasse todos os esforços que fossem necessários para que pudessemos alcançar o entendimento, para que pudessemos chegar ao ponto ideal de negociações entre Governo e servidores públicos.

Parece-nos que o requerimento do Deputado Pedro Tonelli vem ao encontro, não só daquela nossa vontade, não só da vontade do Deputado Artagão naquela ocasião, mas vem ao encontro do interesse de todos aqueles que se manifestaram, buscando através da conversação e do diálogo o ponto de entendimento entre servidor público e Governo do Estado. Pelo menos daqueles que foram para a tribuna, todas as pessoas que falaram hoje da tribuna, em nenhum momento nós conseguimos captar na mensagem de cada um deles que devesse haver o confronto dos Poderes, o confronto dos interesses, que fosse para o confronto governo e servidores públicos. Mas todos pregaram o entendimento, e o requerimento do Depu-

tado Pedro Tonelli, na nossa maneira de ver, ao propor a vinda da mensagem, ele estará manifestando a opinião de que este Poder entende que o servidor público precisa urgentemente de ter os seus subsídios, os seus salários reajustados.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. funcionários públicos, tivemos aqui uma discussão agora com os líderes e vários Deputados de várias Bancadas e surgiu aqui um compromisso dos Deputados que nós conversamos agora.

Então, eu quero retirar o meu requerimento momentaneamente. Eu quero retirar porque há um compromisso de aprovação de urgência transformar esse Plenário em Comissão Geral e dar tramitação rápida no projeto que tem o mesmo efeito do meu requerimento.

Eu vou retirar, só que tem uma, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Eu retiro, só que, se acaso esse plenário amanhã não confirmar o que se comprometeram comigo aqui, voltarei à carga, porque se amanhã esse Plenário não se manifestar nós teremos outras medidas que nós tomaremos. Por isso eu acredito nos Líderes, nos meus colegas. Já convivi aqui durante o processo constituinte, acredito que seja aprovado, porque nós temos que resolver o problema dos funcionários públicos o quanto antes, não resolvido isso outras medidas tomaremos.

Portanto, eu requeiro a retirada momentaneamente do meu requerimento da ordem de discussão e votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Essa expressão momentânea não existe. Vossa Excelência retira ou não retira o requerimento?

O SR. PEDRO TONELLI (Pela ordem) - Eu retiro.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela ordem) - Senhor Presidente, eu consulto esta presidência se nos é permitido verbalmente apresentar um requerimento nos mesmos termos daquele que o Deputado Pedro Tonelli apresentou, para que seja votado nesse momento?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Só se Vossa Excelência tivesse 28 assinaturas. Eu quero esclarecer ao Plenário e principalmente aos funcionários que aqui se encontram, a fim de se evitar exploração e algumas explosões entusiásticas para que se dê o aumento para os funcionários, que o Deputado Pedro Tonelli quando fez o seu requerimento baseou-se no artigo 66 da Constituição; ressaltado o disposto nesta

Constituição, quando iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre: criação de cargos, funções, empregos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou o aumento de sua remuneração.

A Mesa decidiu corretamente.

Requerimento de n° 2419, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. - Em votação.

UM SR. DEPUTADO - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

A Mesa, tendo em vista que alguns funcionários, alguns irresponsáveis estão jogando pacotes no Plenário, vai advertir aos funcionários que se amanhã se repetir esse problema, não vai mais permitir que

ocupem as galerias. Eu peço aos funcionários conscientes, aos responsáveis, que fiscalizem aqueles menos responsáveis. (Palmas).

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 21, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n° 301/88, 29, 163, 235, 240 e 249/89.

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n° 165, 180 e 242/89, e dos Projetos de Resolução n° 49, 52, 65 e 42/89.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n° 317 a 320/89, e do Projeto de Resolução n° 67/89.

Levanta-se a sessão.